

KLEBER CARVALHO DOS SANTOS

**A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO NAS
ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE
JAPONVAR, MG: PRESCRIÇÃO OU RELIGAÇÃO?**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração de Empresas, área de concentração em Gestão e Dinâmica de Cadeias Produtivas, para obtenção do título de "Mestre".

APROVADA em 06/02/2004

Prof. Euler David Siqueira

UFJF

Prof. Paulo Sergio N. Lopes

UFMG



Prof. Edgard Alencar
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

**Dedico este trabalho
à minha família,
pelo zelo e amor.**

AGRADECIMENTO

Como não agradecer !

À minha amada esposa Kátia, meu filho Glauber, minha filha Tátia; meus irmãos Roges, Artur, Regis, Aydano e Íris; cunhadas Anas e Lúcia; cunhado João Gabriel; sobrinhos, sobrinhas e, especialmente à minha mamãe Zilda e à minha irmã Fátima, por toda solidariedade e apoio.

À comunidade de Japonvar, MG pela acolhida e por compartilhar comigo as suas histórias, projetos e sonhos.

Ao Professor-orientador e amigo Dr. Edgard Alencar por possibilitar-me, além de uma orientação competente, caminhos, atalhos e vias para tornar-me um professor melhor e um pesquisador comprometido com a vida.

Ao Professor e amigo Dr. Euler David Siqueira, por sua solidariedade, generosidade e pelas diversas discussões construtivas.

Ao Professor e amigo Dr. Paulo Sérgio N. Lopes, pelo incentivo em trabalhar com o pequi e por sua certeza de que estaríamos contribuindo efetivamente com a região norte-mineira.

Aos amigos do Centro Federal de Educação Tecnológica, pelo incentivo constante e, na lembrança dos nomes de Roberto Comini, Clarice e Jarbas, estendo meus agradecimentos a todo corpo funcional daquele educandário.

Ao Grupo Jovem (Frederico, Daniel e Virgílio), pelas incontáveis discussões e parcerias, resultando em comprovações irrefutáveis: “o correr da vida embrulha tudo”.

Aos colegas de mestrado que se tornaram inesquecíveis.

À Capes, pela concessão da bolsa.

E, especialmente, a Universidade Federal de Lavras e na lembrança dos nomes de Eveline e Sílvia, agradeço a todos servidores do Departamento de Administração e Economia.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS	i
FIGURAS	iii
QUADROS	iv
TABELA.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
1 INTRODUÇÃO	01
2 PRÁTICAS COMUNICATIVAS, AÇÕES DE INTERVENÇÕES E OBJETIVO DA PESQUISA	08
2.1 Objetivo geral.....	10
2.2 Objetivos específicos	10
3 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 Cerrado: contexto das inter-relações de saberes	13
3.1.1 Pequi: muito além dos espinhos.....	27
3.2 Cadeia de produção: o enfoque teórico.....	30
3.3 Intervenção ou comunicação.....	33
3.4 Comunicação dialógica e não dialógica.....	42
3.4.1 O modelo humanizador.....	48
3.4.2 A ação comunicativa e o processo de intervenção.....	50
4 PERSPECTIVA METODOLÓGICA	60
4.1 Estudo de caso tipo multicaso	62
4.2 Seleção dos entrevistados.....	63
4.3 Técnicas de coleta e análise de informações.....	64
4.4 A pesquisa de campo e os seus momentos	67

5 FALAS, AÇÕES E PROPÓSITOS DAS INTERVENÇÕES DIRIGIDAS ÀS ASSOCIAÇÕES APPRAMIGOS, APPORT E APROCAM	70
5.1 Caracterização da área em estudo: geografia, pequi e atores sociais.....	70
5.2 Appramigos – trajetória participativa e mudança de rumo com a intervenção	81
5.3 Apport – a repetição de uma história.....	91
5.4 O insucesso dos projetos do BNB na percepção dos envolvidos	94
5.5 Aprocam – trajetória de retorno à autopromoção	103
5.6 As percepções dos ITs e AIs sobre os significados de intervenção e comunicação na Appramigos, Apport e Aprocam.....	111
5.7 Intervenção protagonizada pelo BNB: prescrição ou religação?.....	118
5.8 Intervenção articulada pela prefeitura e EMATER: prescrição ou religação?.....	126
5.9 Comparativo das intervenções dirigidas às associações	138
5.10 Pequi/pequizeiro: seus significados e lógicas.....	140
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158
ANEXOS	165

LISTA DE SÍGLAS

AIs	Atores impactados
APPORIT	Associação dos Pequenos Produtores de Porteiras
APPRAMIGOS	Associação dos Pequenos Produtores Amigos de Japonvar
APROCAM	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cabeceiras do Mangai
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CBs	Catadores Urbanos
CEASA	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEIP	Cadeia extrativo-industrial do pequi
CES	Compradores externos atacadistas
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CLs	Compradores locais
COOPAGRO	Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros
COOPERJAP	Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
EMATER, MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FAT	Fundo de Amparo do Trabalhador
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
ITs	Intervenientes
ONGs	Organizações não governamentais

PADAP	Programa do Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PAPP/MG	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Minas Gerais
PCI	Programa de Crédito Integrado
PDA	Programa de Desenvolvimento de Área
PMC	Programa de Mobilização de Comunidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRs	Produtores rurais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SERVAS	Serviço Voluntário de Assistência Social
SETAS	Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TRs	Trabalhadores rurais
UBP	Unidade de Beneficiamento de Pequi
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

FIGURAS

	Página
FIGURA 1	Limites e confrontações do bioma cerrado 15
FIGURA 2	Modelo de comunicação 43
FIGURA 3	Componentes do modelo clássico de comunicação 46
FIGURA 4	Modelo circular interativo de pesquisa social 66
FIGURA 5	Fluxograma da cadeia extrativo-industrial do pequi (CEIP), Japonvar, MG 76
FIGURA 6	Fluxo sistêmico, seus pressupostos e suas ações 119
FIGURA 7	Fluxo comunicativo, seus pressupostos e ações..... 129

QUADROS

	Página
QUADRO 1	
Características atribuídas à fonte e ao receptor – modelo de comunicação tradicional.....	44
QUADRO 2	
Demonstrativo sintético das asserções articuladas nos discursos dos ITs e AIs, referente às intervenções dirigidas a Appramigos, Apport e Aprocam	111

TABELA

Página

TABELA 1 **Número de nascidos vivos mês/ano, Japonvar, MG 145**

RESUMO

SANTOS, Kleber Carvalho dos. **A comunicação como instrumento de intervenção nas associações de pequenos produtores de Japonvar, MG: Prescrição ou Religação?** Lavras: UFLA, 2004. p. 174 (Dissertação - Mestrado em Administração de Empresas)*

Procurou-se identificar as práticas comunicativas dos intervenientes nas ações de intervenções dirigidas às três associações de pequenos produtores rurais do Norte de Minas Gerais em Japonvar (Appramigos, Apport e Aprocam) e se estas ações teriam a forma prescritiva ou de religação e se os resultados desses processos permitiram a inclusão dos sertanejos em situação de pobreza acentuada nos projetos de desenvolvimento local. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, tendo como referência o paradigma interpretativo e como principal aporte teórico a teoria da ação comunicativa, para discutir as percepções dos atores envolvidos nos processos de intervenção, os seus fluxos comunicativos, seus pressupostos e suas ações. Realizou-se um estudo multicaso, obtendo-se a informação por meio de roteiro de entrevista, da análise documental e da observação participante; procedeu-se à triangulação desse conjunto de dados analisando-os por meio da redução dos seus significados, bem como pela construção das asserções articuladas nos discursos produzidos pelos atores envolvidos nos processos de intervenções. Os resultados permitiram perceber que as intervenções dirigidas à Appramigos e à Apport, tendo como interveniente principal o Banco do Nordeste do Brasil, caracterizaram-se pela forma de intervenção sustentada nos pressupostos prescritivos, em uma comunicação não dialógica e tutorial, ficando conhecidos em Japonvar como o projeto da vaca preta do BNB. Estas ações dificultaram de forma significativa a permanência dos sertanejos nesses projetos de desenvolvimento. Já a intervenção dirigida à Aprocam, articulada principalmente pela EMATER e Prefeitura Municipal local, caracterizou-se pela busca da interligação entre o saber local e os saberes dos técnicos, por uma comunicação dialógica e educativa, instituindo-se condições mais favoráveis à inserção dos sertanejos no projeto de desenvolvimento local com o aproveitamento industrial do pequi.

Comitê Orientador: Edgard Alencar - UFLA (Orientador), Euler David Siqueira - UFJF e Paulo Sérgio N. Lopes - UFMG

ABSTRACT

SANTOS, Kleber Carvalho dos. Communication as an intervention instrument in small producers associations in Japonvar, MG: Prescription or Reconnection? Lavras: UFLA, 2004. p. 174 (Dissertation – Master Degree in Business Management)*

This work had the objective of identifying communication practices of the interferers in the intervention actions directed to three small rural producers associations in Japonvar, North of Minas Gerais (Appramigos, Apport and Aprocam). And if these actions would have a prescriptive or reconnecting form and if the results of these processes would allow the inclusion of the “sertanejos” as very poor in local development projects. A qualitative approach was used, having as reference the interpretative paradigm and as main theoretic basis the theory of communicative action, to discuss the perception of the actors involved in the intervention processes, their communicative flows, their presuppositions and actions. A multi-case study was carried out, obtaining information through interview script, documental analysis and from observation. These data were triangulated and analyzed through reduction of their meanings and by the construction of assertions articulated in the speeches produced by the actors involved in the intervention processes. The results led to the perception that the interventions directed to Appramigos and Apport, that have as main interferer the Banco do Nordeste do Brasil, were characterized by the intervention form based on prescriptive presuppositions, in a tutorial and non dialogic communication. These interventions are known in Japonvar as the BNB’s black cow project. These actions made the permanence of the “sertanejos” in these development projects significantly more difficult. On the other hand, the intervention directed to Aprocam, articulated mainly by EMATER and the local City Hall, was characterized by an effort to connect local and technical knowledge, through a dialogic and educational communication, establishing conditions that are more favorable for the entrance of the “sertanejos” in the local development project of industrial utilization of the “pequi”.

* Guidance committee: Edgard Alencar – UFLA (advisor), Euler David Siqueira – UFJF and Paulo Sérgio N. Lopes - UFMG

1 INTRODUÇÃO

As ações de intervenções dirigidas às instituições rurais ou urbanas podem ser caracterizadas pela prática comunicativa dos agentes intervenientes. Pode-se identificar duas formas de atuação comunicativas bem diferenciadas. A primeira busca o desenvolvimento local ancorada em uma forma prescritiva para as ações dos atores sociais impactados¹ e sustenta-se na ciência e técnica dos especialistas, em uma comunicação não dialógica e de caráter tutorial. A segunda é construída no consenso comunicativo, na mediação entre o saber do técnico com o saber prático dos grupos sociais. E a mediação se dá a partir do que Habermas denomina dialética entre o saber e o poder técnico com o saber e o querer prático. Esta ação de religar os saberes sustenta-se em uma comunicação dialógica e de caráter participativo.

No Brasil, a ação de intervenção prevalecente é a de cunho prescritivo. A razão para tal primazia prende-se às pretensões do capitalismo mundial em estimular rapidamente a formação de mercado interno por meio da ampliação da divisão do trabalho; pela subordinação da agricultura à indústria transformando-a em um elo da cadeia produtiva e dependente do sistema financeiro e derivou da própria performance produtiva alcançada por esta iniciativa em outros países capitalistas.

Para este resultado positivo, contribuiu decisivamente a ciência. Esta, instrumentalizada na técnica, apartou-se como conhecimento privilegiado das relações cotidianas, promovendo níveis de produção elevados. Essa eficiência de caráter exclusivamente instrumental criou a condição de legitimação deste modelo de intervenção, como padrão para países que queriam resolver seus problemas de subdesenvolvimento.

¹ Os pequenos produtores foram denominados de atores impactados, uma vez que, historicamente, estes, nos processos de intervenções foram caracterizados como passivos nos processos comunicativos.

Esses resultados econômicos e a performance produtiva destas ações, com a transformação do cerrado em espaço de excelência produtiva e amplamente integrado ao sistema industrial e financeiro, não podem ser negados. Foi justamente com base neste discurso sustentado pelo agir racional com respeito a fins que levou o modelo prescritivo a ser acolhido como parâmetro ideal e único de exploração do cerrado por várias décadas.

As posições contrárias ao modelo, indicando estar este apartado das interações humanas cotidianas e mitigando as conseqüências sociais (concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados e a concentração de renda) e as externalidades provocadas ao ambiente não foram suficientes para dificultar a adotabilidade do modelo. Pelo contrário, a sua adoção como prática de exploração do cerrado foi acompanhada da utilização massiva de incentivos governamentais e com uma prática intensa de intervencionismo estatal.

Da mesma forma, no norte de Minas Gerais não foi diferente. O ambiente rural foi literalmente queimado, primeiro para alimentar os fornos da indústria de gusa e, posteriormente, para abrigar vastos plantios de eucalipto e acolher o megaprojeto de irrigação de área denominado de Projeto Jaíba. Repete-se a essência do modelo produtivista: transformação aguda do espaço natural, apoiada na ciência e técnica, que interfere na auto-organização das interações humanas locais, visando à mudança social, via adoção de inovações técnicas.

Além da performance econômica positiva, outras justificativas para a adoção e a legitimação desse modelo de intervenção no Cerrado brasileiro e norte-mineiro apresentaram-se e apoiavam-se nos seguintes argumentos discursivos estratégicos: a) o modelo produtivista seria capaz de acabar com a fome mundial; b) a utilização do cerrado como fronteira agrícola não acarretaria danos significativos à natureza e, conseqüentemente, à vida humana, uma vez

que este bioma não possui o mesmo status ecológico dos outros dois importantes ecossistemas brasileiros – as florestas amazônica e atlântica; c) o cerrado representa um espaço vazio, no qual não há uma população presente que convive histórica e produtivamente nele e d) o indicativo de que somente a agricultura patronal de larga escala poderia viabilizar-se neste espaço (Duarte, 2002). Surgiram também como justificativas os próprios mitos edificadas pela modernidade: o da natureza infinita, o do progresso e do crescimento ilimitado, o da igualdade socioeconômica, o do sucesso garantido nos grandes centros urbanos e o mito da superioridade da ciência e tecnologia (Duarte, 1998 e 2002).

Contudo, um olhar mais atento além do caráter puramente econômico leva à percepção das conseqüências advindas das visões preestabelecidas sobre o Cerrado e a adoção do modelo de exploração produtivista e os mitos construídos pela modernidade. Na linguagem de Duarte (2002, p.14), eles são “a crise societal, a perda da identidade cultura e o desenraizamento progressivo dos modos de vida e das representações locais e o estranhamento do homem com a natureza”.

De modo semelhante, Habermas (1987) argumenta que há um desgaste progressivo e um distanciamento significativo entre as relações travadas no dia-a-dia e os interesses da burocracia e do mercado, o que leva ao rompimento do equilíbrio e permite que os imperativos funcionais e formais da razão instrumental², particularmente os subsistemas econômico e burocrático, mediados pelo dinheiro e poder, autonomizados, aninhem-se subrepticamente aos atos de fala e se instalem no mundo vital cultural, provocando diversas patologias. Na perspectiva de enfrentamento desses dilemas ou patologias, Habermas (1989) propõe o direcionamento das conquistas da ciência incorporadas em tecnologias para o desenvolvimento das inter-relações

² A razão instrumental é metódica, individualista e subjetiva, que se materializa pelas relações entre sujeito e o objeto, voltados para o aspecto cognitivo e instrumental, objetivando o domínio e o êxito sobre a natureza e os homens.

cotidianas. Ou, de outra forma, que haja uma religação entre os saberes dos intervenientes (ITs) e dos atores impactados (AIs).

Nesta pesquisa, procurou-se verificar se existem, nas ações de intervenções dirigidas às três associações de pequenos produtores de Japonvar, MG, o propósito de buscar o direcionamento da tecnologia ao encontro dos recursos intrínsecos do Cerrado e do saber da população local, como forma de reduzir os efeitos provocados pela ocupação e exploração desse conjunto de ecossistemas, apenas sob o aspecto econômico. Busca-se ainda verificar se os intervenientes posicionam-se criticamente diante das ações de colonização do mundo da vida e se valorizam as ações de manutenção e reprodução das estruturas simbólicas do cotidiano dos sertanejos. Também interessa saber se os intervenientes atuam buscando mediar as inter-relações entre os saberes diferenciados dos especialistas e as estruturas das comunidades impactadas, criando os espaços de consenso comunicativo e quais os resultados destas ações para o desenvolvimento de Japonvar, MG.

Nesta cidade, as ações de intervenção vêm sendo sistematicamente realizadas mesmo antes da sua emancipação política e administrativa, conquistada em 1996. Em um primeiro momento, percebe-se a intervenção como iniciativa do governo do estado, traduzida no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Minas Gerais (PAPP/MG). A essência deste programa era a transferência de recursos, não reembolsáveis, via mobilização comunitária em associação, cuja função específica era a de expectadora passiva das ações empreendidas pelos técnicos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) e da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS).

Em um segundo momento, apresenta-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), dirigindo-se às associações dos pequenos produtores com uma estratégia

assentada em crédito rural e com os argumentos discursivos sociais de busca do melhoramento dos meios de vida da comunidade local, via investimento em infra-estrutura, financiamentos pessoal e associativo por meio de implantação de unidades agroindustriais associativas.

Posteriormente, a comunidade japonvareense, em um terceiro momento, articula-se em busca do desenvolvimento local. Intervenientes, como o prefeito municipal, o extensionista da EMATER, o gerente do BNB e a agente do programa de desenvolvimento de área (PDA) da Visão Mundial³, por um lado e a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar (COOPERJAP), associações comunitárias e demais atores envolvidos com a cadeia extrativo-industrial do pequi (CEIP), por outro, recorrendo às suas vivências sociais e comunicativas, tendo como recurso um fruto do cerrado – o pequi (*Caryocar brasiliense Gamb.*), engendram relações e intercâmbios, procurando construir projetos de desenvolvimento local.

Esta pesquisa procura analisar o segundo e o terceiro momento destas ações de intervenção presentes no município de Japonvar, MG. Ela tem como suporte teórico a abordagem habermasiana da teoria da ação comunicativa, posicionando como pano de fundo a cadeia extrativo-industrial do Pequi (CEIP).

Para isso, dividiu-se em quatro capítulos adicionais esta dissertação. No próximo capítulo, capítulo dois, descrevem-se a prática comunicativa, as ações de intervenções e os objetivos da pesquisa, o problema e sua importância, que são o de analisar os fluxos comunicativos dos processos de intervenções (se organizados/sistêmicos ou se discursivos), as suas ações (teleológicas, estratégicas, dramáticas, normativas e comunicativas), os seus pressupostos

³ A Visão Mundial é uma organização internacional, não governamental cristã, fundada em 1930, cujo propósito principal é o de atender às crianças, por meio de uma estratégia de apadrinhamento. Outras ações desta entidade são: financiamento de pequenos produtores por meio de microcrédito, orientação técnica e patrocínio de projetos de irrigação e manejo da agricultura com preservação do meio ambiente.

(comunicativos ou instrumentais) e o resultado deste conjunto de atos dirigidos à associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cabeceiras do Mangai (Aprocam), da Associação dos Pequenos Produtores de Porteiras (Apport) e da Associação dos Pequenos Produtores Amigos de Japonvar (Appramigos) nas intervenções protagonizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil e a ação articulada pela comunidade local.

Inserida no terceiro capítulo, de forma sumária e caminhando do todo para o território norte-mineiro, encontra-se uma breve contextualização do cerrado, sua ocupação, a sua população e ações articuladas por esta comunidade, como forma de interagir e construir seus objetos culturais e o relacionamento dela com o contexto e os demais objetos físicos deste ambiente.

O quarto capítulo é considerado o mais importante do referencial, uma vez que, nele, procura-se discutir e esclarecer efetivamente a conectividade entre intervenção/extensão-comunicação e a ação comunicativa habermasiana. No primeiro momento, busca-se investigar o conceito de intervenção e sua conexão com a comunicação, caracterizando o planejamento participativo como espaço propício ao consenso comunicativo na busca do desenvolvimento local. Posteriormente, discute-se a comunicação dialógica e não dialógica, chegando-se até a abordagem da teoria da ação comunicativa.

O quinto capítulo é reservado à análise dos processos de intervenções dirigidas às associações em estudo, tendo como suporte os depoimentos dos intervenientes, atores impactados, a observação participante e a análise documental. Finalmente, apresenta-se uma análise crítica dos resultados dos processos de intervenção nas três associações, tendo como base as percepções de seus atores, corroboradas pelas observações do pesquisador durante a pesquisa de campo.

Ainda que não tenha sido o objetivo central da pesquisa, pretendeu-se entender a importância dos significados atribuídos ao pequi e ao pequizeiro pela

comunidade local e como os fluxos comunicativos dos sertanejos de Japonvar, MG, levou o fruto do pequiizeiro, um recurso do uso sustentável do cerrado, à condição de possibilitador e estruturador de uma cadeia produtiva, rompendo-se com os vários estigmas impingidores da impropriedade do extrativismo em lastrear o desenvolvimento local.

2 PRÁTICAS COMUNICATIVAS, AÇÕES DE INTERVENÇÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA

A região pertencente à área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), especificamente o Norte de Minas Gerais, tem sido alvo de inúmeros programas nomeados como de desenvolvimento. As primeiras tentativas foram de cunho claramente clientelistas e se traduziam em frentes de trabalho, construção de açude e, em certos momentos, ações provisórias e reféns apenas ao tempo da propaganda política.

Em outros momentos, as agências governamentais de desenvolvimento ditavam o receituário para o progresso da região, expresso em ações para expandir os setores produtivos capazes de rápida incorporação de mudanças técnicas, garantindo recursos para infra-estrutura, empresários e empreendedores.

Esses intervenientes tinham a convicção da existência de um setor produtivo tradicional, estando os representantes deste setor apenas dependentes de incentivos para substituir seu modelo produtivo obsoleto por outro de caráter moderno, determinando, após isso, o desenvolvimento local.

O resultado percebido e derivado desta decisão governamental de incentivar o setor produtivo existente teve um raio de produção de efeitos sobre os ambientes sociais extremamente modestos, tímidos, localizados, passageiros e, por vezes, com altíssimos custos associados à biodiversidade. A tradução desta iniciativa pôde ser vista com a implantação de diversas indústrias produzidas pelos incentivos fiscais em áreas de abrangência da SUDENE.

Assim, o fracasso destas iniciativas de financiamentos subsidiados desaguou em um conjunto de empreendimentos em não funcionamento, com estruturas físicas e maquinários “no meio do nada”. Continuou a população,

denominada de beneficiária, dependente da transferência de renda do estado, via programas diversos e de caráter compensatório, para a sua sobrevivência.

Estes freqüentes insucessos impuseram as condições para o surgimento de outros caminhos para as ações de intervenções. Assim ocorreu a procura pelo desenvolvimento local por meio da maturação das próprias atividades tradicionais, a técnica foi colocada ao alcance dos sertanejos que vivem em situação de pobreza acentuada e iniciou-se a abertura de crédito aos pequenos produtores rurais via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Na região em estudo, manifestaram-se, na última década, atuações de intervenções vinculadas aos governos municipal, estadual e federal, a organizações não governamentais (ONGs) e instituições de crédito religiosas ou não, dirigidas às associações locais, com o discurso semelhante de criar as condições para o desenvolvimento local. Porém, os diferenciais de cada ação, como o grau de participação da população local na definição e execução dos projetos, a política de crédito e a prática comunicativa dos intervenientes, se de caráter prescritiva ou de religação de saberes, têm influenciado o maior ou menor êxito destas iniciativas.

Sendo assim, o problema que orienta a necessidade de construção deste trabalho é entender qual a prática comunicativa dos intervenientes nas ações de intervenção dirigidas às três associações de pequenos produtores rurais em Japonvar, MG e os resultados advindos destas.

O desvelamento dessas práticas possibilita aos intervenientes, em particular, perceberem criticamente as suas atuações no processo de intervenção e faculta a oportunidade de levá-los a incorporarem, como compromisso principal, a prática de mediar o saber de experts e a práxis necessitada de orientação, rompendo com a acomodação e a resignação profissional normativa ou de continuar atuando prescritivamente. Possibilita também esclarecer aos

intervenientes como o consenso comunicativo e a resignação profissional normativa são determinantes para o direcionamento e legitimação da aplicação de recursos públicos extremamente escassos e dirigidos ao Norte de Minas Gerais.

Dessa forma, estas colocações motivaram a realização da pesquisa sobre o processo de intervenção, os fluxos comunicativos e as ações dos intervenientes praticadas em projetos de desenvolvimento dirigidos às três associações de pequenos produtores do município de Japonvar.

Preliminarmente, fez-se a caracterização da cadeia extrativo-industrial do pequi (CEIP), como forma de identificar os atores sociais participantes nos processos de intervenção. Posteriormente, partindo da descrição das ações de intervenções protagonizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil em duas associações e a descrição da construção da unidade de beneficiamento de pequi (UBP), conduzida via articulação e a participação de diversos atores locais, pretendeu-se atingir os objetivos descritos a seguir.

2.1 Objetivo geral

- Analisar e comparar os fluxos e as práticas comunicativas dos atores envolvidos nas ações de intervenção dirigidas às três associações comunitárias de Japonvar, MG, sob a perspectiva teórica da ação comunicativa em relação aos seus propósitos e os resultados obtidos.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar e caracterizar os atores envolvidos nos processos de intervenção e suas ações (se teleológicas, estratégicas, dramatúrgicas, normativas ou comunicativas).

- **Caracterizar as práticas comunicativas adotadas pelos intervenientes em cada um dos projetos de intervenção.**
- **Identificar os pressupostos do agir prescritivo e do agir dialógico (religação) presentes nas ações de intervenções e os resultados proporcionados por estes.**

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão caracterizados os marcos teóricos que orientam a condução deste trabalho. Na primeira seção, “Cerrado: o contexto das inter-relações”; identificar-se-ão a sua ocupação, seus objetos físicos, a sua população e seus objetos culturais, bem como as inter-relações travadas historicamente neste território.

Busca-se também discutir os argumentos discursivos presentes no modelo produtivista que dissemina idéias da inexistência de uma população local atuante produtivamente, portadora de um saber e de que somente a agricultura patronal de larga escala pode ser viabilizada neste ambiente. Discute-se também a afirmação de que o Cerrado não é portador do mesmo status ecológico das florestas Amazônica e Atlântica.

Inserir-se ainda nesta seção (uma vez que a discussão desta dissertação parte da descrição da cadeia extrativo-industrial do pequi), a descrição detalhada deste fruto, revelando as suas possibilidades de uso, presença no imaginário e vida cotidiana do sertanejo do Norte de Minas Gerais. Revela-se, ainda, o conceito de cadeia de produção agroindustrial (*filière*) e da cadeia de comercialização do pequi.

Na segunda seção, “Intervenção e comunicação”, será discutido como as ações de intervenção manifestam-se dentro do processo de desenvolvimento local. Discutir-se-á o conceito de comunicação dialógica e não dialógica, chegando-se até ao aporte teórico da dissertação: a Teoria da Ação Comunicativa.

3.1 Cerrado: contexto das inter-relações de saberes

No primeiro olhar, entende-se por cerrado um tipo bastante distinto de cobertura vegetal: árvores baixas, tortuosas, cascas grossas, folhas largas e de um verde escuro acentuado. Composto este ambiente, apresentam-se as gramíneas e outros tipos de vegetações rasteiras. No entanto, em um segundo olhar, o cerrado revela-se em uma diversidade da flora, fauna e recursos hídricos fabulosos. Um olhar às pressas não consegue perceber o sistema radicular vegetal profundo e característico da vegetação de cerrado – o volume de biomassa na parte subterrânea tende a superar o da parte aérea, o que o leva a ser chamado de uma floresta de cabeça para baixo (Novaes, 1993).

Estas características revelam um cenário em que a visão apressada deverá ceder lugar a uma observação mais exigente, a uma análise minuciosa, cuidadosa, demorada e paciente, situações improváveis aos requisitos apressados do desenvolvimento indicado pela modernidade. E mesmo este olhar atento pode revelar apenas parte da dimensão da biodiversidade dos cerrados.

Ao descrever as espécies vegetais presentes no cotidiano das populações locais como utilidades, Almeida et al. (1998) informam a existência de cerca de 80 espécies alimentícias, bem como a presença de inúmeras espécies utilizadas como condimentos, aromatizantes, corantes, têxteis, corticeiras, taníferas, oleaginosas, ornamentais e apícolas. Quanto à exuberância de espécies animais, percebe-se a presença de aves, mamíferos, borboletas, cupins, abelhas, répteis e vespas.

O relevo acolhedor destas espécies, em sua maior parte, é ondulado ou suave ondulado, com solos de formação antiga, de elevada acidez e baixa fertilidade. A maioria de seus solos é rica em argila e óxido de ferro, que lhe dão a cor avermelhada característica (Alho & Martins, 1995).

Esta característica de relevo plano foi fator extremamente determinante para a introdução de plantios mecanizados que, conjugado à tecnologia de produção de corretivos de solos, propiciaram as condições para transformação do Cerrado em área qualificada como de “fronteira agrícola” (Cunha, 1994).

Sem a ação da tecnologia corretiva, os solos do Cerrado apresentam alta concentração de alumínio, o que pode inibir a absorção de nutrientes pelas raízes, ou mesmo causar toxidez às plantas. O alumínio, ao combinar com o fósforo, forma uma substância denominada fosfato de alumínio, não absorvida pelos vegetais, levando a uma conseqüente concentração de alumínio no solo (Alho e Martins, 1995). Contudo, a flora nativa, como por exemplo o pequizeiro, apresenta mecanismo eficiente de captação de nutrientes, conseguindo burlar esta dificuldade que lhe é imposta pela natureza, nutrindo-se, vivendo, produzindo e reproduzindo.

Esta região tem um clima tropical com uma estação seca. No espaço global, os Cerrados são únicos no planeta, mesmo se identificados na denominação internacional de savanas, só presente em nosso território (Dayrell, 1998 e Silva, 1999, Goedert, 1989). No Brasil, constituem o segundo maior bioma brasileiro (o primeiro é a floresta amazônica) ocupando praticamente um quarto do território nacional, com extensão estimada em dois milhões de quilômetros quadrados. Este espaço corresponde à área ocupada pela Europa Ocidental ou caberiam dentro deste espaço três França, seis Itália ou quarenta Holanda (Dayrell, 1998).

Sob o enfoque regional, os cerrados estão presentes em catorze unidades federativas do Brasil: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí e Rondônia. Observando-se a Figura 01, percebe-se que o Cerrado limita-se com todos os outros complexos ecossistemas das demais regiões brasileiras: floresta amazônica, caatinga, floresta atlântica, pradarias de campo limpo e Pantanal

Mato-Grossense, e contém trechos das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul.



FIGURA 01-Limites e confrontação do bioma cerrado
Fonte: Ecologia hypermart net

Estas condições favoráveis à diversidade das espécies revelam-se na dimensão da biodiversidade do Cerrado que, mesmo ainda não completamente conhecida, já lhe garante ser considerado como o segundo bioma em importância da América Latina, após o da Amazônia (Dayrell, 1998).

Para Alho e Martins (1995), a biodiversidade exuberante apresentada pelo Cerrado deriva das seguintes razões: sua vasta extensão, aliada à posição central, onde ocorre a possibilidade e facilidade de compartilhamento de espécies com os outros biomas, sua heterogeneidade vegetal e o fato de conter trechos das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul.

Sendo assim, além da diversidade de flora e fauna, o Cerrado é considerado o “berço das águas”, por abrigar as nascentes das bacias hidrográficas Platina, Amazônica e a do São Francisco. Esta condição de provedor de água deriva de certas condições peculiares das espécies nativas do Cerrado. Elas apresentam uma transpiração baixa e uma produção de biomassa aérea modesta, se comparadas a ecossistemas florestais, o que lhes atribui características de economizadoras e abastecedoras dos lençóis freáticos (Miranda e Miranda, 1996).

Amparado neste conjunto de informações, deve-se questionar a qualificação atribuída ao Cerrado de “patinho feio” dos nossos biomas. Esta situação foi estabelecida pela Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF, 1988, p. 100), quando o excluiu da condição de patrimônio nacional, não assegurando o seu uso dentro de condições que preservem o meio ambiente. Ou, nas palavras de Ribeiro (2000),

ao Cerrado está reservado o papel de fronteira agrícola em expansão e o seu destino é o de desaparecer do mapa, pois as visões míopes não percebem em árvores tortas, baixas e cascudas a exuberância majestosas das outras floresta (Ribeiro 2000, p 52).

Estas características naturais do cerrado, incluindo as suas riquezas minerais, a concentração de frutíferas nativas, a existência de diversos barreiros⁴ e a concentração de uma rede hídrica vasta propiciaram as condições iniciais para a ocupação mercantil.

Porém, antes da sua ocupação mercantil, o Cerrado foi ocupado pela população humana há, pelo menos, 11.000 anos, ligado ao que os arqueólogos chamam de tradição Itaparica (Dayrell, 1998). Trata-se de povos caçadores e coletores que se aproveitavam dos recursos oferecidos pelos cerrados para

⁴ Os barreiros são locais úmidos onde há grande concentração de sal mineral natural, utilizado como alimento, principalmente pelos mamíferos.

estruturar seu modo de vida. A tradição Itaparica teve seu clímax ao redor de 10.000 A.P. (antes do presente) e parece ter terminado bruscamente a partir de 8.500 A.P., iniciando uma nova fase com tendência para a especialização à caça de animais de pequeno porte e a coleta de moluscos (Barbosa e Nascimento, 1993).

Juntamente com a tradição Itaparica, apresentava a Uma e Aratu/Sapucai, esta associada às tribos indígenas do grupo lingüístico Macro Jê, herdeiras de uma longa tradição de povos primitivos ocupantes dos Cerrados. Nos Cerrados mineiros, a ocupação se dava por três famílias deste tronco lingüístico: Bororó, Cariri e Jê (Ribeiro, 1997a).

Estes grupos indígenas não se limitaram apenas à coleta e à caça. Segundo Anderson e Dayrell (1987), sistemas ecológicos existentes em áreas de Cerrados que pareciam “naturais” eram, de fato, produtos da manipulação humana. Foram encontradas 58 espécies cultivadas nas roças, além de uma diversidade de variedades que são plantadas de acordo com agroambientes específicos.

Tal atuação agrícola indígena é reforçada por Furtado (2002), quando relata que os Caiapós sabiam como “fabricar solos”. Aproveitando-se das depressões do solo, onde a água das chuvas ficava retida, colocavam palha misturada com terra de cupinzeiros e formigueiros. As formigas e os cupins eram depositados vivos. Travava-se um duelo entre estas espécies e o resultado era a morte de vários destes insetos, deixando os seus esqueletos como nutrientes para o solo. Esses montículos de terra, com um a dois metros de diâmetros e 50 a 60 centímetros de profundidade, recebiam as mudas de plantas diversas. Com o tempo, transformaram-se em pequenas ilhas de vegetação em pleno cerrado.

Em síntese, pode-se depreender, das primeiras sociedades de caçadores-coletores e dos agricultores indígenas, um saber em que a transformação de

recurso da natureza era para o consumo e visava basicamente à reprodução da própria sociedade. Predominava o intercâmbio ecológico com a natureza, podendo haver trocas econômicas pouco significativas com outros grupos sociais (Dayrell, 1998).

A intensificação dos intercâmbios comerciais se dá com a ocupação mercantil do cerrado. Esta ocupação se iniciou no século XVIII, com a busca do ouro e pedras preciosas, desencadeando um rápido ciclo de exploração intensiva. A necessidade de abastecimento dos povoados surgidos nos sertões de Goiás e Mato Grosso incentivou a entrada de pecuaristas vindos da Bahia. Após a decadência da mineração, a região passou por um período de estagnação até o início do século XX (Buschbacher, 2000).

Na década de 1930, surgiu neste cenário a estrada de ferro, proporcionando um certo dinamismo econômico com a possibilidade de trocas diversas com as regiões mais urbanas do país. Na década seguinte, políticas públicas direcionadas para a ocupação do estado de Goiás culminaram com a criação da Colônia Agrícola de Goiás, considerado o primeiro passo na “marcha para o oeste brasileiro”. Esta ação se consolidou com a construção de Brasília no primeiro momento e os programas de desenvolvimento agropecuário do Cerrado.

Embora estes programas não tenham se concentrado na região nortemineira, foco deste trabalho, é relevante analisá-los, uma vez que por detrás de sua concepção encontra-se a visão prevalecente que condiciona as ações de exploração dos cerrados em curso e a lógica instrumental que sustenta a visão do “desenvolvimento” desta região.

Na verdade, a lógica destes projetos surgiu numa fase de mudança no meio rural, quando se intentava a capitalização do campo sustentada na técnica, no agir racional com respeito a fins e em uma intervenção denominada tutorial, e em um discurso linear identificado como difusionista. A essência deste modelo é

a visão dicotômica: um pólo valorado positivamente e o outro negativamente. O primeiro detém a prerrogativa da fala, o moderno; o segundo, o dever de ouvir, o atrasado.

Segundo esta concepção, o produtor se torna um joguete das mudanças e inovações a que deve se submeter. É negado a este qualquer poder de decisão, de análise, de questionamento, de participação ativa no projeto que ele deve cumprir. Tendo como referência Freire (1979), pode-se dizer que é estabelecida a dicotomização entre os que sabem e os que não sabem, os que pensam e os que não pensam, na absolutização da ignorância e incapacidade de uns, frente ao poder indiscutível e a própria legalidade de setores tecnicamente competentes.

Em suma, estes projetos vieram no bojo da chamada modernização da agricultura brasileira, baseados na concepção tecnológica denominada Revolução Verde ou, em outras palavras, é a subordinação da agricultura aos complexos agroindustriais, aos pacotes tecnológicos intensivos em motomecanização, insumos industriais, sementes e raças melhoradas.

O governo brasileiro se faz presente fortemente neste programa, atuando de forma a garantir o crédito, a isenção, e na maioria das vezes, o subsídio. Segundo Ribeiro (1997b), os principais programas governamentais de desenvolvimento agrícola do Cerrado ligados a esta concepção são o Programa de Crédito Integrado (PCI), o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER I, II e III).

Estes fatores impõem ao Cerrado brasileiro o papel estratégico de se constituir na fronteira agrícola a ser amplamente ocupada para ser capaz de incrementar a produção agrícola de exportação. Esta concepção unicamente quantitativa não incorpora critérios qualitativos, como a autonomia, a participação, a auto-afirmação da identidade individual e grupal, em que a

comunidade toma parte na definição dos seus caminhos, tornando-se co-responsável por sua trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável.

Assim, o que se traduz desta intervenção, por um lado, é o aumento significativo de produtividade e qualidade dos produtos agrícolas e a concentração de renda nas mãos dos grandes setores industriais. Por outro lado, agravam-se significativamente as condições de vida e de trabalho dos empregados rurais. Expulsos das fazendas, despojados de qualquer meio de produção e sem rumo ou indicação de qualquer nova oportunidade, viram-se à porta da marginalidade econômica, da mendicância e empurrados aos conglomerados urbanos e ao subemprego. Entende-se por marginalidade a falta de participação de indivíduos e grupos naquelas esferas em que, de acordo com determinados critérios, lhes corresponderia participar.

Além desta marginalização, a erosão dos conhecimentos dos agricultores familiares, especialmente dos países menos desenvolvidos, é outra consequência negativa advinda desse modelo difusionista. Os seus pacotes tecnológicos, as suas prioridades, eram definidas sob a influência de interesses das corporações e do setor agroindustrial, que privilegiavam, como critérios de utilidade e validade, apenas o saber elaborado em laboratório.

Com presença determinante nesta situação se apresenta a extensão rural, tendo como papel pivotal o de adestrar as populações rurais, de forma a possibilitar a transformação dos conhecimentos tradicionais, caracterizados como ineficientes, irracionais e representando obstáculos para a adoção do referido pacote tecnológico, em um conhecimento “moderno”. Mesmo com os graves problemas sociais advindos deste modelo, os mitos construídos pela modernidade foram suficientes para a sociedade moderna atual utilizá-lo e propagá-lo como norma de orientação ideal para se atingir o desenvolvimento. São estes mitos, segundo Duarte (1998):

uma relação indivíduo-sociedade em que a competição e a dominação do homem pelo homem, características próprias do capitalismo, predominam sobre as relações de cooperação e solidariedade. Constrói-se o mito de que a felicidade está no sucesso material individual;

uma relação indivíduo-natureza de caráter antropocentrista que coloca a espécie humana como senhora do mundo, manipulando, dominando e transformando o ambiente ao seu bel-prazer;

uma idéia dicotomizada do desenvolvimento como sinônimo de progresso econômico e tecnológico, trazendo no seu bojo a idéia de subdesenvolvimento. O progresso passa a ser identificado como a ciência moderna, com a técnica e com a razão e deve ser conquistado a qualquer preço;

um etnocentrismo e um epistemicídio, conseqüentes da negação das diferenças e da construção simbólica do tipo humano ideal para o processo civilizatório;

uma urbanização generalizada e desordenada em que as promessas de emprego e melhores condições de vida não se realizam. Configura-se o mito da igualdade sócio-econômica e da possibilidade de sucesso nos grandes centros urbanos industrializados (Duarte, 1998, p.13-14).

O ideário configurado nestes mitos estará presente de forma marcante na prática da ocupação mercantil moderna do Norte de Minas. Assim, ao verificar as inter-relações travadas entre os ocupantes desta região e os agentes externos, busca-se entender as possíveis resistências ou colaborações à construção do território norte-mineiro.

Esta região, antes da chegada dos bandeirantes vindos de São Paulo e da pecuária introduzida no Norte de Minas provinda do nordeste brasileiro, tendo como via o rio São Francisco (rio dos Currais), era ocupada, segundo Dayrell (1998), por cerca de dez nações indígenas. Estes povos viviam da caça, pesca, coleta e agricultura. Hoje, somente estão presentes os Xacriabá, no município de São João das Missões.

Já a ocupação mercantil do Norte de Minas historicamente se entrelaça com a realidade econômica e social do nordeste brasileiro e com o fluxo migratório dos bandeirantes vindos de São Paulo e que se estabeleceram nesta região “fundando povoados e se estabelecendo como grandes criadores” (Mata-Machado, 1991, p.24).

Este vínculo econômico com o nordeste se deu principalmente puxado pela forte economia exportadora açucareira. Se houvesse expansão do pólo exportador litorâneo, a demanda por produtos de origem nas periferias expandia; caso contrário, não ocorrendo o crescimento das exportações, o interior continuava sua expansão vegetativa, autoconsumindo sua produção. Ou, em outras palavras, a economia açucareira se apresentava como o “pano de fundo” das demais atividades produtivas no seu tempo áureo (Cardoso, 1996).

Com a desaceleração das atividades açucareiras e a expansão da mineração, o Norte de Minas, por sua posição estratégica, passou a ter a função de supridora de carne e de demais produtos às outras regiões, tendo como escoadouro o rio São Francisco (Mata-Machado, 1991).

Porém, esta mesma atividade mineradora que possibilitou um apogeu econômico ao Norte de Minas foi precursora do seu isolamento econômico imposto pelo poder real, como represálias à constante sonegação de tributos.

Mesmo não tendo sido respeitadas as medidas contidas na carta régia de 1701, a Coroa demonstrou a preocupação de isolar a região. Assim, medidas como o estabelecimento de contagens e a concorrência de outras regiões mineradoras, conjugadas à cobrança do imposto da captação, à repressão exercida pela Coroa, ao confisco dos bens dos líderes da Conjuração do São Francisco (movimento de reação de grandes proprietários que se associaram numa luta contra a Metrópole), bem como à abertura do “caminho novo” em direção ao Rio de Janeiro, fazendo com que as mercadorias européias, que antes

vinham de Salvador, passassem a ser transportadas por esta nova rota, foram suficientes para criar o isolamento da região (Mata-Machado, 1991).

Contraopondo-se a este isolamento, a população local desenvolveu um modo de vida autônomo, estruturado na agricultura para subsistência e na utilização das riquezas naturais. Porém, este isolamento do sertanejo dos centros litorâneos mais desenvolvidos do país gerou a crença de ser o sertão habitado por uma população miserável e sem recursos.

O que se via, em uma outra perspectiva, era uma população despojada, em que praticamente inexistia a miséria e a desigualdade social era pouco acentuada. Não prevalecia neste cenário a mentalidade capitalista e a abundância de recursos naturais levava a população a trabalhar apenas o bastante para sua subsistência (Mata-Machado, 1991). Mas, para o olhar dos viajantes acostumados com os hábitos capitalistas, a caracterização do sertanejo não tardou: “preguiçoso”.

As alterações introduzidas pela Revolução Industrial, via mecanização do processo produtivo, provocaram modificações profundas nos sistemas produtivos mundiais. Estas alterações nos processos manufatureiros, sobretudo da indústria têxtil, onde ocorreu a substituição da lã pelo algodão, propiciando uma expansão da cultura algodoeira, refletiu diretamente no Nordeste do Brasil e representou um ligeiro surto de desenvolvimento no Norte de Minas (Fleyre, 1967).

Outro fator gerador de um surto produtivo no mundo foi a procura do mercado mundial pela borracha. A mangaba, espécie nativa dos Cerrados, propiciou a produção de látex (borracha) na região. Concentrando-se em Januária, MG, a produção regional, além de produzir, coletava e também comercializava o látex produzido em outras localidades, tendo sido inclusive exportador deste produto para outros países (Mata-Machado, 1991).

Em suma, neste contexto histórico, apresentam-se dois modos fundamentais/fundantes na região: a grande propriedade de criação de gado e os núcleos camponeses. Nas argumentações de Costa (1997), apesar da independência existente entre pequenos e grandes proprietários, ocorria nestas relações de troca uma certa interdependência. Contudo estas relações eram predominantemente de poder, em que os grandes fazendeiros, os coronéis, submetiam os camponeses e se legitimavam pelo atendimento de certas necessidades e favores.

Tal relação se manifesta nas relações de compadrio e viabilizou a estruturação da organização regional de produção, assentada em relações pré-capitalistas de produção. Assim, segundo Costa (1997), o coronel tanto era o mediador entre o camponês e o estado como se investia da própria figura do estado.

A população desta região, articulando-se interna e externamente, construiu uma identidade própria e uma cultura singular – “a cultura sertaneja”. As pessoas, ao se tratarem como parceiros na reprodução da vida, constituíram coletivamente e estruturaram um modo de viver característico, cujo principal valor cultural se revela na “solidariedade, através da parentela, bem como por relações de vizinhança e compadrio” (Costa, 1977, p. 80).

Para Queiroz (1973), a parentela tem a ajuda mútua por dever e a reciprocidade é questão de fundamental importância nestas relações. O compadrio, para essa autora, segue o mesmo princípio das relações criadas pelo casamento, o que acarreta também obrigações recíprocas. Assim

o padrinho está ligado ao pai e à mãe de seu afilhado, do mesmo modo que a este. Além disso, uma ligação de parentesco se estabelece entre o padrinho e a madrinha de um mesmo afilhado, constituindo todo um grupo de compadres (Queiroz, 1973, p.53-54).

Já Mata-Machado (1991), argumentando sobre as relações de compadrio, afirma que estabelece-se uma afinidade entre as diferentes classes sociais, a dos fazendeiros e as mais humildes. E estas ligações autorizam certas liberdades e asseguram proteção, sem, contudo, destruir as distinções de classe. Dessa forma:

às diferenças sociais entre a classe elevada dos fazendeiros e a mais humildes, desde os vaqueiros até os humildes agregados, mitigam-se pela instituição interessante do compadrio: os filhos tem como padrinhos membros da classe elevada que passa a tratar os pais de compadres (Mata-Machado, 1991, p. 26)

São estes compadres que assistem à chegada, na primeira década do século XX, da via férrea no Norte de Minas. Este meio de transporte veio consolidar o comércio de gado na região e a expansão econômica passou a se dar, então, não só via rio São Francisco, mas, principalmente pelas localidades postas ao longo da ferrovia. Iniciou-se assim uma dinamização das relações com o centro-sul brasileiro e o rompimento do isolamento ao qual a região ficou submetida. É neste contexto que se dará a intervenção desenvolvimentista da SUDENE na região norte-mineira (Silva, 1999).

A SUDENE, à época, incorporava os pressupostos da Revolução Verde e por meio de políticas de subsídios e da política de incentivo ao reflorestamento, escancarava de vez as faces excludentes destas ações de intervenções: “a face da produtividade e dos grandes empreendimentos por um lado, e a face da carência, da pobreza e da exclusão econômica, social e cultural, por outro” (Carneiro, 1997, p. 17).

Nesta mesma linha de intervenção e com o mesmo discurso estratégico, foram implantados grandes perímetros irrigados para a produção de frutas para exportação, grandes projetos agropecuários subsidiados e as grandes plantações de eucaliptos, para produção de carvão, com o fito de alimentar os fornos do

pólo siderúrgico do estado e as monoculturas agrícolas subsidiadas (Carneiro, 1997).

Os resultados destas intervenções, conhecido no Brasil e reproduzido no Norte de Minas, são a expulsão do sertanejo, com o seu favelamento e a concentração de posse de áreas num profundo processo de concentração fundiária.

Como forma de contraposição deste modelo, Chambers (1983) aponta que o desafio está em ouvir e aprender com os agricultores, encorajando-os a expressarem suas categorias, definições e prioridades e tratá-los não somente como colegas e colaboradores profissionais, mas também como professores.

Já Salazar (1992) sugere uma estratégia de comunicação em que os agricultores incorporem as tarefas de planejamento, execução e avaliações das ações de investigação, partindo das propostas sociológicas da teoria da ação comunicativa. A base desta proposta apóia-se na intensificação da interação simétrica entre agricultores e os agentes institucionais para produzir maior e melhor entendimento mútuo de seus respectivos mundos e conhecimentos.

Destaca Brandão (1986, p.10) a força e a firmeza do saber das populações rurais, em que “não existe apenas um saber pronto de uma cultura feita, mas, ao contrário, um vivo trabalho coletivo que reproduz, tanto o saber, quanto as próprias estruturas locais e as regras de sua reprodução”. No saber popular existe uma dimensão cultural, uma dimensão social e uma dimensão política mantidas pelos valores e interesses de uma cultura construída e vivenciada. Isto permite, em graus diferentes, à população detentora deste estoque de saber, contrapor ao processo de colonização do seu mundo cotidiano.

Diante desses argumentos que valorizam o saber e os recursos locais, o pequi, um fruto nativo do Cerrado, utilizado desde as comunidades primitivas até hoje, pode ser indicado como mais uma alternativa para o desenvolvimento local. Se manejado adequadamente, tal recurso pode gerar ocupação permanente

para um grande número de pessoas, fornecer matéria-prima para a indústria, podendo ser o estruturador de uma cadeia produtiva e estimular a exploração sustentável dos recursos nativos do cerrado.

3.1.1 Pequi: muito além dos espinhos

Os frutos do pequizeiro são obtidos essencialmente do extrativismo e de dimensões econômica, social e humana, importantíssimas para Japonvar, MG. Esta fruteira tem uma vida útil estimada em cerca de 50 anos, podendo atingir uma altura de até 10 metros; sua produção inicia-se a partir do seu oitavo ano. Floresce, sendo suas flores bancas e grandes consideradas melíferas e frutifica anualmente. A floração ocorre durante os meses de setembro a novembro; seus frutos amadurecem e caem de outubro a fevereiro, de acordo com a região.

Cada árvore pode produzir, dependendo da umidade, de 500 a 2.000 frutos a cada safra. Os frutos, quando maduros, caem, quando ocorre a cata no chão. Se colhidos verdes, no pé, antes do tempo, não prestam para o consumo. Os pequizeiros podem produzir frutos por até 50 dias. Cada fruto varia em tamanho, de 6 a 14 cm de comprimento e 10 cm de diâmetro e dá origem de uma a quatro sementes, normalmente.

É um fruto de cor amarelada e gosto inconfundível, típico do cerrado brasileiro. Seu relacionamento com as populações tradicionais é muito mais antigo do que os 500 anos celebrados da chegada do europeu às terras das Américas. Seu nome liga-se às suas características e etimologicamente à língua tupi: py = pele, casca e qui = espinho.

Uma dúzia de pequi descascado, segundo dados da pesquisa, pesa em torno de 500 gramas; uma dúzia com casca pesa cerca de 1,3 a 1,5 kg. Já uma caixa de madeira (tipo K) pode conter de 12 a 15 dúzias de pequi. A caixa

plástica pode receber de 15 a 18 dúzias. De 35 dúzias de pequi podem-se extrair 5 quilos de polpa e da mesma quantidade pode ser extraído um litro de óleo.

Quanto ao valor nutricional, segundo Ribeiro et al. (1994), em 100 gramas de polpa de pequi, aproximadamente 12 frutos, são encontradas 271,1 calorias, superando alimentos tradicionais, como ovo de galinha (163 cal), frango (200 cal) e leite (68 cal). O percentual de proteínas existente na polpa do pequi (13,5%) é superior ao encontrado no arroz e na batata.

Por isso mesmo, o pequi chega ao nosso tempo com a responsabilidade redobrada ao se traduzir em “carne dos pobres” (Ribeiro, 2000), por apresentar grande valor nutricional; como suprimento às agroindústrias do Norte de Minas e como provedor de renda para os agricultores. Este reconhecimento foi recentemente externado pela população mineira, ao eleger o pequi como árvore símbolo do seu estado.

Os seus apreciadores utilizam-no, no período da safra que vai de novembro/fevereiro, em inúmeros pratos, como o arroz com pequi, tropeiro com pequi, arroz com carne de sol e pequi, feijão com pequi, galinhada com pequi, pequizada com maxixe, farofa dourada, pirão de pequi, paçoca de castanha de pequi, molho de pequi com pimenta, pamonha de pequi, vitamina, chocolate de pequi, licor de pequi, batida de pequi, sorvete, picolé e refresco de pequi (Ribeiro et al., 1994).

Quanto à renda, segundo Pozo (1997), a contribuição do pequi acontece justamente na época que os camponeses sofrem uma elevada falta de liquidez, devido aos excedentes da safra agrícola estarem acabando e os da safra atual não terem chegado. No período da safra, este fruto de alto valor nutricional, medicinal e culinário é transformado em moeda pela população de Japonvar. O dinheiro circula de mão em mão; seja em mãos de crianças e jovens ou de velhos, políticos locais, comerciantes e atravessadores.

Esta renda provém da comercialização do fruto *in natura*, no próprio Norte de Minas e em Goiás, Brasília, Bahia e em Belo Horizonte. À guisa de exemplo, foram comercializados 493.180 kg de pequi somente na Central de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA) de Belo Horizonte, em 2002 (CEASAMINAS).

Porém, a comercialização do fruto “in natura” é apenas uma forma de aproveitamento comercial deste bem. Outros subprodutos, como o óleo do pequi, o pequi em conserva, a farinha de pequi, o licor, o tempero em tabletes e o seu óleo como base para a produção de cremes para pele, sabonetes e emulsões cosméticas, revelam a sua importância como suprimento às agroindústrias.

Mas, é a relação do sertanejo com o pequi o âmago da questão. Na alimentação ele é considerado um alimento “forte”, que tem “sustança”, que é “sadio”, é natural, portador da “força da terra” e que dá energia para o trabalho (Ribeiro, 2000). Além disso, os sertanejos consideram-no como potencializador e revigorante do poder sexual. Maurício (1988, p.17), referindo-se aos poderes afrodisíacos deste, assim se manifesta: “uma coisa é certa – o pequi é a antipílula; não se encontra casal estéril na região dos pequizeiros, as famílias são prolíferas, sendo natural o número de prenhez gemelar”. Vários ditos populares revelam esses poderes do pequi, por exemplo: “ano de pequi, ano de muito guri” ou “muito pequi na feira, trabalho dobrado pra parteira”.

Remonta, esta relação do pequi com a sexualidade humana, a uma lenda (ANEXO 1) dos Kamayurá, povo tupi que habitava o Cerrado brasileiro. Segundo Ribeiro (2000), apoiado em trabalho dos irmãos Orlando e Cláudio Villas Boas, o pequizeiro nasce das cinzas do amante morto adorado pelas mulheres e a reconciliação destas com o marido assassino somente se efetua quando este toma o mingau de pequi.

Esta lenda perpetuou-se nas crenças populares, no imaginário da população sertaneja, que ainda atribuem ao pequi o poder de abrasar as relações

sexuais, de estimular as traições amorosas debaixo do pequizeiro e de contribuir para o nascimento de crianças, em maior quantidade, nove meses após a safra do fruto.

Assim se manifesta um dos entrevistados na pesquisa quanto ao poder revigorante e afrodisíaco do pequi:

Por onde eu tenho andado, por onde eu tenho andado, eu tenho falado isso aí. Não é pesquisa com os outros não, é pesquisa comigo mesmo, comigo mesmo; na época do pequi, meu potencial sexual aumenta em 50%; é 50%. Quer dizer, é uma coisa que eu tenho falado nisso aí, eu fico até perigoso na época do pequi (IT2).

Depreende-se desta pluralidade de significados e de usos do fruto do pequizeiro como recurso não madeireiro, a sua consolidação como fonte de renda, de alimentação, como insumo para diversas indústrias e de vida. Já os processos de catação, comercialização, transformação e distribuição dão sinais de organização dos atores em uma cadeia produtiva.

3.2 A cadeia de produção: o enfoque teórico

Far-se-á a análise dos processos de catação, comercialização, transformação e distribuição, centrada no conceito de análise de *filières*. Esta palavra não encontra uma tradução direta para o português, mas, segundo Batalha (1997), pode ter o significado de cadeias de produção, a qual acata-se e adota-se neste trabalho.

Dentre os vários autores da referida escola e que trabalharam inicialmente com essa análise, Morvan merece destaque, pois forneceu subsídios teóricos a diversos autores brasileiros, como Farina e Zilberstajn (1994), Neves & Spers (1996), Batalha (1997), entre outros. Assim, a cadeia de produção ou *filière*, definida por Morvan e seguida por Neves e Spers (1996), vem a ser:

uma seqüência de operações que conduzem à produção de bens, cuja articulação é amplamente influenciada pelas possibilidades tecnológicas e definidas pela estratégias dos agentes. Estes possuem relações interdependentes e complementares determinadas pelas forças hierárquicas (Neves e Spers, 1996, p.6).

Para Batalha (1997), uma cadeia de produção agroindustrial pode ser segmentada em três macrosssegmentos, que são: a) comercialização – representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais, neste estudo é representado por supermercados, sacolões e restaurantes; b) industrialização – representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais, destinados ao consumidor – no caso, os principais representantes são as indústrias alimentícias, representadas pela Cooperativa dos pequenos produtores e catadores de pequi de Japonvar e Unidade Produtiva de Cabeceiras do Mangai; c) produção de matérias-primas – reúne as firmas que fornecem as matérias-primas iniciais para que outras empresas avancem no processo de produção do produto final; aqui o representante é o setor extrativista.

Pozo (1997, p. 61), ao estudar a cadeia de comercialização do pequi no Norte de Minas, a descreve da seguinte forma: “a cadeia de comercialização do pequi se inicia com a colheita do fruto, atividade realizada por trabalhadores rurais; produtores familiares; atacadistas regionais, atacadista regionais – estaduais, varejistas e consumidores”. Esses atores que integram a cadeia do pequi são a seguir caracterizados.

Os trabalhadores rurais são definidos por Pozo (1997, p.61) como “pessoas não-proprietária de terras, que durante a época da safra do pequi, dedicam-se à sua colheita, em terras dos outros, sem que para isto tenham que pagar”. Os produtores familiares são aqueles que “durante a safra do pequi, organizam seu tempo para dedicar-se às atividades agropecuárias e à colheita do

fruto na sua propriedade”. Os atacadistas regionais, segundo este autor, são “os produtores familiares capitalizados, com veículo próprio, os quais, além de colher pequi na sua propriedade, compram o fruto dos coletores de sua comunidade e algumas vezes das comunidades vizinhas”. Já os atacadistas regionais-estaduais “compram pequi nas comunidades, para vender em mercado dentro e fora do estado”. Os atacadistas estaduais procedentes da Bahia e em maior quantidade vindo de Goiás “são geralmente comerciantes, com caminhão próprio, que durante o ano todo se dedicam a diversas atividades de comercialização”. Quanto aos varejistas “encontrados nos mercados, vendendo durante o ano todo, diversos tipos de produtos: vendedor de pequi *in natura* e vendedor de óleo de pequi”. Finalmente, Pozo (1997, p. 61) cita os consumidores que se constituem no último e maior segmento da cadeia de comercialização.

Além dos esforços da comunidade local e dos agentes intervenientes em indicarem caminhos à viabilização da cadeia produtiva do pequi, percebe-se, no âmbito institucional, uma inquietação no sentido de atuar diretamente na cadeia produtiva do pequi, de catalisar o processo de organização dos atores da cadeia produtiva em estágio incipiente de organização, por meio de esforços de articulações dos recursos humanos do Estado e de incentivos econômicos diversos. A manifestação prática deste interesse é demonstrada na Lei 13.965 (ANEXO 2), conhecida como Lei Pró-Pequi. Em síntese, essa Lei traz, primeiramente, o reconhecimento do Legislativo Mineiro, com o endosso do Executivo, da importância social, econômica e cultural do pequi e demais frutos do Cerrado, bem como avança ao reconhecer a possibilidade do pequi em estruturar uma cadeia produtiva e indica a possibilidade concreta do Estado incentivar todas as etapas desta cadeia.

Contudo, o programa por si só, mesmo que instituído em lei, não se transforma em realidade sem a participação efetiva da comunidade sobre a qual

recaem os possíveis benefícios. Por isso, o grau de sucesso ou não da lei depende das atuações dos atores impactados e dos intervenientes no processo de intervenção e de suas práticas comunicativas.

3.3 Intervenção ou comunicação

Uma vez que as associações em estudo receberam influências tanto na sua instituição quanto no recebimento de investimento e de interferências organizativas e de propostas de desenvolvimento sustentadas em práticas comunicativas diferentes, tornou-se necessário discutir o problema de intervenção. Assim, preliminarmente, entende-se por intervenção, tendo como referência o trabalho com comunidades, segundo Alencar (1995, p. 97-98), “uma ação (ou conjunto de ações) praticadas por pessoas (agentes, assessores) que não pertencem ao núcleo comunitário onde tal ação se realiza. Ela pode assumir o caráter tutorial ou um caráter educativo”.

A ação tutorial se dá quando o agente externo busca introduzir idéias preestabelecidas, sem que haja participação dos indivíduos impactados na formulação das idéias. Isso pode resultar no reforço dos traços de dependência (por exemplo expressos no compadrio) e descontinuidade do trabalho iniciado, quando cessar a intervenção do agente externo. Pois não se tem o propósito de construir um espaço garantidor da comunicação livre das coerções e sim de invadir o território do outro a meros objetivos de sua ação. Já a ação de caráter educativa, na linguagem de Alencar (1997), ocorre quando

(..)a população alvo é estimulada pelo agente externo a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar seus problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los, executar tais ações e avaliá-las, buscando sempre que necessário, novas alternativas (Alencar, 1997, p.24-25).

Assim, o propósito da ação educativa é o comprometimento com o vivenciar do diálogo, com o consenso comunicativo. Isto leva os atores impactados de recebedores passivos do conhecimento a criadores de conhecimento, com oportunidades tanto para os intervenientes quanto para os atores impactados de descobrirem a existência de um mundo diferente da concepção de mundo que lhes foi imposta pela sociedade (Alencar, 1990).

No cenário da agricultura moderna, a extensão rural surge como forma específica e planejada de “intervenção”. Para Oakley e Garforth (1985, p. 23), extensão é qualquer atividade de colaboração com os agricultores e sua família com o propósito de melhorar os seus meios de vida. Para estes autores há duas práticas de extensão rural: “extensão agrícola” e “extensão não agrícola”.

A primeira refere-se especificamente ao assessoramento técnico a respeito das questões agropecuárias. Ou, de outra forma, é a transmissão de novas idéias procedentes de institutos de pesquisa, de novos processos ou técnicas para melhoria da produtividade e qualidade de suas explorações. A segunda acolhe atividades consideradas não agrícolas, mas de cunho extremamente importantes para as famílias rurais impactadas, por visarem seu bem-estar, saúde, economia do lar e desenvolvimento comunitário.

Esse desenvolvimento é entendido, conforme define Oakley e Garforth (1985, p. 2), tendo como dimensões o “desenvolvimento econômico, social e humano”. A primeira dimensão se atrela à produção dos bens e materiais necessários para a vida; a dimensão social se vincula ao acesso aos diversos meios e serviços sociais (saúde, educação e bem-estar) atendendo às necessidades não produtivas da comunidade e à dimensão humana, referindo-se às pessoas e suas condições (individual ou coletiva) para a construção de seus espaços relacionais e exercer suas possibilidades, talentos e habilidades.

Contudo, a concepção de extensão rural nasce nos Estados Unidos, orientada pela “sociologia do mundo rural” com a inclinação pelos “estudos de

comunidade” e com visíveis pretensões instrumentais, ao indicar como principal função da agricultura, a de ofertar suporte ao desejado crescimento industrial, estabelecendo as políticas para a consolidação do capitalismo (Caporal e Costabeber, 1994 e 2000b).

No Brasil, este modelo de extensão rural foi acolhido prontamente, uma vez que, supostamente, trazia as respostas aos problemas do subdesenvolvimento brasileiro. O modelo prescrevia mecanismos e ferramentas para o meio rural, considerado o responsável pelos problemas do desenvolvimento do país. Assim, em 1948, foram instituídas no Brasil as organizações de extensão rural, vinculadas ao setor público e atuando junto às comunidades rurais (Caporal e Costabeber, 2000b).

Sumariamente, com base nas descrições de Caporal e Costabeber (1994 e 2000b), pode-se entender a prática histórica do extensionismo brasileiro da seguinte forma:

a) em seu primeiro período, o extensionismo identifica-se como sendo o momento do assistencialismo familiar. As atenções são centradas nas famílias e comunidades rurais mais pobres, no lar e nas condições de saúde e bem-estar dos assistidos. O crédito rural orientado era uma ferramenta para ajudar nos processos de mudança;

b) a partir de 1960, mudam-se as exigências do modelo de desenvolvimento e, com isso, os rumos da política agrícola. Começa nesta data o período do difusionismo ou produtivismo, adotando-se o modelo proposto por Roger e Shoemaker (1971), sendo a difusão de inovações o processo pelo qual as inovações são comunicadas aos membros de um sistema social. O objetivo da difusão é aumentar a eficiência da adoção de inovações que se baseiam em “novas idéias”, de maior produtividade. Passou-se a exigir da extensão rural uma ação voltada para o aumento da produção e produtividade da agricultura, em particular dos produtos destinados à exportação. Este modelo levou os

extensionistas a atuarem por produto. Ocorreu a subordinação do setor agrícola aos setores estabelecidos a montante e a jusante da produção, sendo relegadas ao segundo plano todas as externalidades ambientais e ocorrendo uma drástica redução de preocupação com a família rural;

c) antes mesmo do fim da ditadura militar, as práticas da extensão rural brasileira começam a sofrer diversas críticas baseadas nas propostas de Paulo Freire, bem como nos problemas gerados pela modernização da agricultura, como a diferenciação social, o êxodo rural, a degradação ambiental, a contaminação por pesticidas, a concentração de terra e a marginalização do conhecimento da população rural.

Esta marginalização do conhecimento da população rural é uma das principais marcas dentre a gama de conseqüências negativas ocasionadas pela opção difusionista sustentada no discurso linear e condutivista. Este modelo, apoiado no modelo clássico de comunicação, atribui ao extensionista rural a função essencial de “adestrar” as populações rurais de forma a “trocar” seus próprios conhecimentos, chamados de tradicionais ou caracterizados como ineficientes e irracionais, por outros elaborados em contextos estranhos, sob a supervisão atenta das corporações e do setor agroindustriais.

Quando se fala em comunicação clássica, o interesse do falante é o de determinar as ações do ouvinte. Por isso, ela condiz perfeitamente com os objetivos da “Revolução Verde” de convencer os agricultores a adotarem os pacotes tecnológicos sem ouvir o que eles têm a dizer sobre o assunto. Os extensionistas atuam como catequizadores dos agricultores atrasados, levando-os a abandonar suas práticas tradicionais pelas “modernas”. Contudo, a simples intervenção técnica, apesar do esforço para fazer crer o pensamento difusionista, não uniformiza as relações sociais. O mercado, por si só, não nivela as diferenças preexistentes na esfera da produção.

Dessa forma, os produtores que não tinham condições de adotar o “pacote tecnológico” foram excluídos deste processo, apesar de constar no discurso oficial a idéia de propiciar oportunidades a todos os agricultores, indistintamente, de poderem migrar para a nova agricultura mercantil (Barbosa, 1986).

Como forma de contrapor as intervenções de caráter tutorial, instrumentalizadas em uma comunicação linear e condutivista, Chambers (1983) defende a necessidade dos agricultores locais assumirem um papel central nas ações de desenvolvimento local. Para este autor, eles não devem desempenhar o papel de ouvinte passivo de informações, tecnologia e de programas de desenvolvimento, mas o de atores ativos e fundamentais, com o poder de dialogar e definir ações e, conseqüentemente, escolher soluções para seus próprios problemas.

Nesta abordagem, a busca pela modernidade e progresso está alinhada à valorização do conhecimento local. Tal propósito leva a comunicação rural e o processo de intervenção a mudarem seus enfoques. A valorização das culturas locais fez com que os moradores passassem a ser ouvidos no processo de escolha dos caminhos a seguir quando se buscava o desenvolvimento de uma comunidade.

Várias críticas (Sardan, 1990, Brown, 1994 e Kitching, 1989) têm sido dirigidas a esta abordagem, principalmente no que tange à “idealização do conhecimento popular” como melhor e mais apropriado que o científico, para enfrentar os problemas e buscar formas de desenvolvimento local.

Dessa maneira, segundo os críticos, há uma interpretação acrítica dos conhecimentos idealizados, enquanto a análise crítica volta-se completamente para o conhecimento científico, avaliando-o como inferior e desqualificando-o frente ao popular. Em outras palavras, a idealização do conhecimento popular reproduz de forma invertida o que era originalmente criticado.

Outra limitação desta abordagem é a não preocupação com os motivos específicos que levam os indivíduos a participarem de ações em seu cotidiano. Ao entender como definidora do grau de participação a consciência crítica (faculdade crítica) do indivíduo, ou seja, a capacidade de perceber as causas dos problemas que o cercam e, por meio da conscientização, ser capaz de solucionar estes entraves, dá-se pouca atenção aos motivos individuais deste para a adesão, comprometimento, expectativas de retornos e predisposição de continuar ou abandonar um empreendimento.

Juntam-se àquelas críticas, outros questionamentos de Sardan, Brown e Kitching, citados por Alencar (1997, p. 17), indicando

que as intervenções calcadas na organização dos camponeses, na participação e geração de tecnologias apropriadas, não são suficientes para eliminar a tendência histórica de desarticulação da pequena produção artesanal provocada pelo processo de capitalização.

É justamente a capacidade dos indivíduos contraporem-se a esta tendência de marginalização que lhes impõem estas forças sociais e econômicas, que vários autores, como Galjart (1981) e Verhagen (1984), analisam o processo de intervenção.

Verhagem, citado por Alencar (1997), identifica a organização dos produtores como forma eficiente de contraposição e de emancipação, ou seja,

o aumento do poder de reivindicação (aumentar o controle sobre a política e sobre o trabalho das organizações e agências de desenvolvimento que distribuem recursos e serviços às populações que deles necessitam) e de poder de barganha (o fortalecimento da posição de negociação no mercado através da compra e venda em comum) (Alencar, 1997, p. 69).

Além do conceito de organização descrito anteriormente, esta concepção de contraposição (“conterdevelopment”) tem como pressupostos centrais a “independência” e a “interdependência”. O primeiro conceito significa

autonomia, derivada de uma combinação de autoconfiança, sentimento de auto-suficiência e predisposição para a ação. Já interdependência tem como significado a equidade, ou seja, é a cooperação entre os indivíduos marginalizados sem que produza novos padrões de dependência.

As duas estratégias de intervenção assentadas na teoria “conterdevelopment” são a nova abordagem cooperativa e a educação participativa. Esta é um processo em que os atores locais adquirem a capacidade para diagnosticar os seus problemas, decidir por soluções e colocá-las em prática, avaliá-las e, se for o caso, redefinirem nova alternativa de solução, sem a interferência tutorial dos intervenientes.

Para a efetivação do processo de educação participativa, Oakley (1980, p. 16-18) considera como fundamental os seguintes subprocessos: faculdade crítica, participação, organização, solidariedade e a articulação.

A faculdade crítica permite ao indivíduo captar e perceber os fatos, conseguindo desocultar as razões que os explicam e é capaz de compreender seus nexos causais e circunstanciais, indicando ações para as mudanças ou soluções para os seus problemas. Quanto à organização, trata-se da estruturação interna do grupo, objetivando que seus membros assumam efetivamente a condução e sobrevivência da entidade, independente do interveniente. A solidariedade se revela na predisposição dos membros agirem em conjunto na busca de solução para seus problemas. Já a extensão pode ser entendida como a extensão da solidariedade a outros grupos, inclusive como forma de resistência à marginalização imposta pelos grupos sociais ou econômicos.

Quanto à nova abordagem cooperativa, ela idealiza um modelo de organização para cooperativas e associações sustentado na concepção do “counterdevelopment”, tendo como pressupostos a autoconfiança, independência, interdependência e a participação dos membros no planejamento, implementação e avaliação e controle das ações. São a importância e a

valorização da participação dos atores impactados, resgatadas por esta abordagem, que a aproxima da teoria da ação comunicativa. É certo que o planejamento, a implementação e a avaliação e controle das ações respeitam uma opção política, orientada por certos valores. Estes valores tanto podem remeter a uma ação estratégica, tutorial, paternalista, unidirecional ou não dialógica, como podem conduzir a ações abertas, comunicativas, educativas, multidimensionais e dialógicas.

A nova abordagem cooperativa reconhece a importância do planejamento como instrumento que atende aos procedimentos técnicos, sujeito a uma razão instrumental, mas lhe atribui também um ato político sustentado por uma razão comunicativa que é a construção participativa e consensual deste instrumento construído por meio do poder e o saber do técnico com o saber e o querer prático da comunidade impactada.

A própria ciência da administração vem aperfeiçoando o conceito de planejamento. Num primeiro momento, planejamento é uma metodologia e não um fim em si mesma, ou seja, explica que planejar é antever e escolher meios para superar uma situação ou um problema a ser enfrentado. Há uma separação entre teoria e prática. Em um segundo momento, em face do crescimento e complexidade das organizações das pressões advindas das freqüentes mudanças ambientais, há uma aproximação do plano teórico com o prático. Aproxima-se assim da idéia de planejamento participativo.

Segundo Demo (1986), são três os componentes básicos do planejamento participativo: a) formação da consciência crítica e autocrítica na comunidade, por meio da qual se constrói o conhecimento adequado dos problemas que afetam o grupo; a comunidade formula, com o seu saber e em consórcio com o saber do interveniente, um posicionamento crítico diante da realidade; b) dentro de um contexto planejado e em comum, identifica e prioriza os problemas, formula ações concretas de enfrentamento e encontra caminhos

criativos e proposta de negociação; c) a organização do grupo é a estratégia para as duas ações anteriores, ou, em outras palavras, o planejamento participativo pode ser entendido como o poder com os outros, poder em conexão, poder em relação mútua.

A busca pelo planejamento participativo como instrumento da intervenção de contraposição significa recuperar a participação efetiva da sociedade e calcar-se no mundo da vida, de modo que o cidadão contribua na elaboração das ações desde a informação até a execução da proposta, transformando a sociedade em poder organizado, uma vez que esta toma consciência de si mesma e começa a indagar-se e a conhecer-se.

Dessa forma, pode-se perceber, nestas estratégias de contraposição, a valorização da discussão dialógica. Não se manifesta esta comunicação por meio da simples emissão de informações elaboradas e transmitidas pelo falante ao ouvinte passivo, mas por uma comunicação problematizadora, questionadora, analítica e crítica. Esta comunicação leva ao conhecimento do outro como igual e remete à necessidade da construção do consenso comunicativo quantos às relações sociais, econômicas, humanas e políticas dos partícipes das ações de intervenção. Ou, nas palavras de Alencar (1997), em que o processo participativo/educativo

é visto como uma oportunidade de aprendizagem, tanto para o agente externo como para os indivíduos com quem ele trabalha. Uma oportunidade de descobrirem que existe um mundo diferente da concepção de mundo que lhes foi imposta pela sociedade, construída em cima de valores que restringem o diálogo, gera um sistema educacional tutorial, molda o cidadão e limita sua criatividade (Alencar, 1997, p. 77).

Destarte, não se pode desconhecer o vínculo estreito das práticas de ações de intervenções - suas formas, performance e resultados - com a comunicação dialógica ou não dialógica. São faces da mesma realidade, atuam

juntas e são determinantes para a implementação e êxito de programas e projetos de desenvolvimento local.

3.4 Comunicação dialógica e não dialógica

A comunicação aninha-se estreitamente com o desenvolvimento econômico e promoção social, o poder e o domínio, como fator de coesão e desagregação dos povos, significando promessas de desenvolvimento ou instrumento de exploração. Com este leque de possibilidades, a comunicação tem atraído a atenção de intervenientes, políticos, estudiosos e oportunistas, dentre outros.

O ato de comunicar-se, entre os indivíduos, data da época dos primeiros grupamentos sociais. As teorizações da comunicação têm a Grécia como seu berço. O primeiro momento da comunicação é entendido como puramente autoritário, quando alguns homens privilegiados falavam aos outros homens como intérpretes diretos dos deuses – como tais, portadores da verdade, desconheciam o diálogo. O segundo momento se deu com o estabelecimento de uma comunicação entre homens igualmente dotados da capacidade de pensar. Consistia na elaboração de uma série de raciocínios e argumentos, organizados no interior de um discurso que objetivava, primordialmente, a conquista do ouvinte, sustentada nos meios possíveis e disponíveis de persuasão (França, 1978). Esta forma de ver a comunicação continuou aceita até o século XVIII, embora a ênfase tivesse se deslocado dos métodos de persuasão para o que houvesse de “bom” em quem falava (Berlo, 1985).

Segundo Berlo (1985), o modelo clássico de comunicação originou-se na pesquisa de problemas técnicos da comunicação telefônica, com Claude Shannon (matemático) e Warren Weaver (engenheiro eletricitista), que trabalhavam para uma empresa telefônica. Este modelo, com pequenas

modificações, foi adotado por cientistas do comportamento para descrever a comunicação humana. É um modelo mecanicista e linear, uma vez que o foco original da pesquisa não eram as características humanas da comunicação e sim a transmissão de sinais e energia através de fios condutores. Em síntese, a comunicação era concebida como uma transmissão de mensagens, dependendo, para sua efetivação, de uma fonte que produzisse a mensagem, um transmissor para emití-la em forma de sinais eletrônicos que codificassem a mensagem, um receptor que captasse os sinais e os decodificasse, e o destinatário que recebia a mensagem. O esquema abaixo descreve este processo:

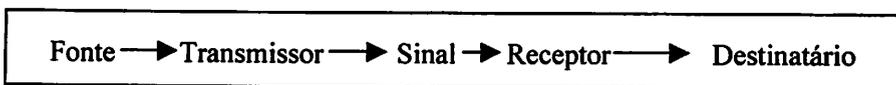


FIGURA 2 Modelo de comunicação
Fonte: Friedrich (1988, p. 16)

Sumarizando, pode-se dizer que este modelo se caracteriza por um processo unilateral e vetorizado – alguém que diz a alguém, unidirecional, da fonte ao destinatário, sujeito aos riscos de autoritarismo, verticalismo, paternalismo e assistencialismo. Os objetivos da comunicação, neste modelo, são fixados pela fonte em relação a mensagens que são expressas de forma a conseguir a persuasão, ou seja, recorre a emoções, interesses pessoais, desejos e motivações irracionais, estratégias, subjetividade, casos, piadas e adesões, a fim de que o outro incorpore a mensagem.

As características atribuídas às fontes e ao receptor, no modelo de comunicação tradicional, segundo Friedrich (1988), estão expressas no Quadro 1.

QUADRO 1 Características atribuídas à fonte e ao receptor, modelo de comunicação tradicional

CARACTERÍSTICAS DA FONTE (técnico)	CARACTERÍSTICAS DO RECEPTOR (produtor)
- TEM CONHECIMENTO	- VAZIO DE CONHECIMENTO
- TEM ATITUDES PROGRESSIVAS	- APÁTICO AO PROGRESSO
- TEM VALORES CORRETOS	- NÃO POSSUI VALORES ADEQUADOS
- TEM CONDUTAS OU SABE QUAIS SÃO AS DESEJÁVEIS	- TEM CONDUTAS INDESEJÁVEIS
- REPRESENTA O QUE É MODERNO	- É TRADICIONALMENTE RESISTENTE À MUDANÇA
- TEM TECNOLOGIA	- É IRRACIONAL NO PROCESSO PRODUTIVO
- INTERPRETA CIENTIFICAMENTE A REALIDADE	- NÃO SABE INTERPRETAR A REALIDADE, É ACIENTÍFICO
- ATO-EMITENTE DE MENSAGENS	- RECIPIENTE DAS MENSAGENS
- PROTAGONISTA	- ESPECTADOR
- SÁBIO	- IGNORANTE
- DONO DA VERDADE	- DESCONHECE A VERDADE
- AUTORIDADE	- SUBORDINADO
- LÍDER	- SEGUIDOR
- SUPERIOR	- INFERIOR
- SUJEITO DO PROCESSO	- OBJETO DO PROCESSO

Fonte: (Friedrich, 1988, p. 51)

Percebe-se a vinculação estreita deste modelo ao paradigma da filosofia da consciência ou subjetividade, em que o sujeito é mostrado como capaz de assumir um duplo enfoque com relação ao mundo dos objetos: seu conhecimento e sua dominação.

Na ótica da teoria habermasiana, é possível perceber que o modelo de comunicação linear confere, por definição, ao falante, a capacidade de gerar sentido para a mensagem, dentro de um contexto teórico de ação orientada a fins ou estratégica.

Porém, tais características não são auto-produzidas pelos indivíduos e grupos, mas são como um reflexo e uma consequência da realidade. Se esses grupos realmente interiorizam sentimentos de fraqueza e inferioridade informados no Quadro 2, tendo uma forma dependente e alienada de vida, não visualizam no mundo senão relações às quais estão presos. Isto ocorre porque esta é a realidade que lhes é apresentada.

Com o passar do tempo, percebeu-se que as mensagens emitidas pelo falante não eram adotadas de forma automática pelos ouvintes. Assim, a percepção que os ouvintes têm de cultura determinou mudanças. As mensagens como unidade de sentido deveriam ser ajustadas a partir do conhecimento prévio do ouvinte.

Berlo (1985) apóia-se na relação estímulo-resposta para esclarecer melhor o que se passaria além desta simples relação linear. Como modo de ajustar o modelo clássico, insere-se neste um novo elemento, o qual denominou de realimentação ou retroalimentação (Figura 3).

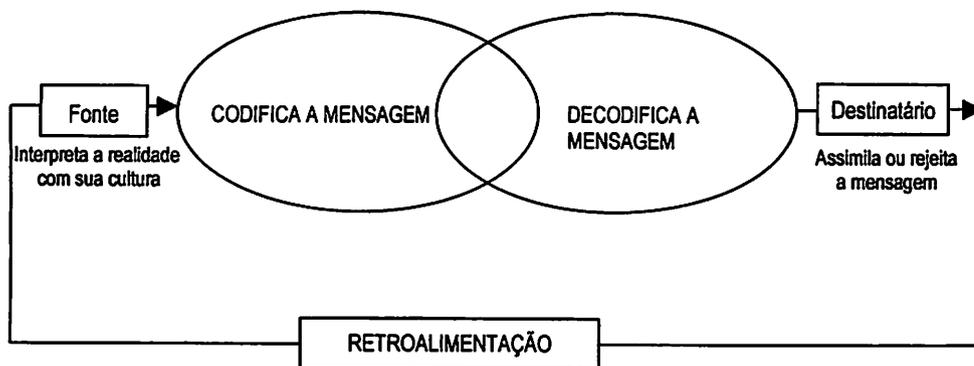


Figura 3 Componentes do modelo clássico de comunicação
Fonte: Guardagnin, (1995, p. 22)

O acréscimo deste elemento ao processo de comunicação não o altera; ele continua linear e unilateral – alguém dirigindo-se a alguém, porém, realçando os objetivos da relação (efeito da emissão), que se situa na linha de uma modificação no outro pólo. Eleva-se, contudo, a possibilidade da fonte conduzir o destinatário ao comportamento desejado. Indo ao encontro do mesmo argumento, Friedrich (1988) assevera que o modelo clássico de comunicação, acrescido do elemento retroalimentação, não logra estabelecer diálogo; ele dá-se em momento e intensidades diferentes e, em geral, alheio e, por vezes, até contrário à realidade concreta.

Este modo de comunicar veio servir como instrumental perfeito à persuasão do outro. Freire (1980) demonstra como as estratégias de intervenção sustentadas neste modelo transformam o camponês em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento, negando-o como ser partícipe da transformação do mundo. Já para Bordenave (1985), a comunicação não se dá independente e separada da estrutura econômica, social e política da sociedade; os meios de comunicação de massa e demais práticas de comunicação da sociedade estão estruturados em correspondência com o poder econômico, cujos interesses representam e atuam.

É dentro deste jogo de interesses que se estrutura a comunicação: as regras esclarecem sobre o que falar, a não permissão de falar de muitas coisas, a

quem se permite falar, a alguns a obrigação de falar somente o permitido, a outros a obrigação de ouvir, não por voluntária renúncia, mas porque renunciam a ele. A essência desta situação são a não comunicação, a imposição e a resignação acrítica e normativa de técnicos, submetendo-se a programas e projetos de desenvolvimento, cujo resultado previsto é persuadir os sertanejos para que “aceitem a propaganda, que, qualquer que seja seu conteúdo, comercial, ideológico ou técnico, é sempre domesticadora” (Freire, 1980, p. 24).

Essa prática e modelo em que um dos pólos tem o monopólio do saber, da fala, da realidade, da verdade, que consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e ou indiretos de tal distorção, não podem ser chamados de comunicação. São denominados por Bordenave (1995) e França (1978), como atos de incomunicação. Segundo Bordenave (1995):

(...) podemos forçar a modificação de opiniões, sentimentos, crenças, mediante a persuasão manipuladora, a sedução, a lavagem mental, a coação violenta e o domínio imposto. Este tipo de “falsa comunhão” é muito freqüente. Muitos diálogos aparentemente “comunicativos” podem de fato ser atos de “incomunicação (...)” (Bordenave, 1995, p. 19).

A comunicação, para Bordenave (1985), serve para que as pessoas se relacionem entre si, transformando a realidade que as rodeia. Já Freire (1980, p.70) afirma que “a comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado”.

Assim, a comunicação se estabelece por meio da troca de idéias, do diálogo, da construção comum, que só são possíveis quando entre os dois pólos da estrutura relacional funciona uma lei de bivalência; todo transmissor pode ser receptor, bem como todo receptor pode ser transmissor.

3.4.1 O modelo humanizador

Acatando a idéia da bivalência, da construção do comum, Friedrich (1988) apresenta seu modelo de comunicação rural, o modelo humanizador, caracterizando-o como mais dinâmico, trazendo em seu bojo como essencial o processo de interação social ou de diálogo, tanto no âmbito de produtores rurais como de indivíduos ou mesmo dos seus grupos sociais. Em outras palavras, é a criação de um espaço onde estejam garantidas as condições de diálogo entre os atores, bem como seja possibilitado o desenvolvimento das potencialidades de criar e transformar os recursos naturais e o meio no qual vivem. Porém, Friedrich (1988) informa que esta nova forma de comunicação, diferente da empregada pelo modelo difusionista, requer uma nova postura do agente de intervenção, como explica a seguir:

(...) Esta nova postura frente ao processo de comunicação implica, preliminarmente, numa grande dose de criticidade, de idealismo e de persistência, assim como de realismo por parte dos técnicos-comunicadores (...) Outra dificuldade que os técnicos terão que superar é o seu forte condicionamento motivado por sua origem e valores urbanos (...) A posição do técnico na escala social implica na tendência em defender os interesses de sua classe ou mesmo os das classes dominantes que são, sabiamente, diferentes e até antagônicas, aos da maioria rural (Friederich, 1988, p.56).

Porém, apenas a democratização da comunicação não é suficiente para realização da comunicação dialógica e a participação plena de todos. Esta tem sido utilizada muito mais para legitimar e manter uma ordem social caracterizada pela exploração das maiorias do que para apoiar o surgimento de uma nova civilização e de um homem novo (Bordenave, 1995).

O aumento do número de pessoas envolvidas nos atos de fala também é de interesse dos proprietários pois reflete em aumento de lucro e influência, permanecendo dentro de um contexto teórico de ação orientada a fins, sustentada

por atos de fala perlocucionários (o falante busca causar um efeito sobre o ouvinte e age orientado para o êxito, a dominação). Já a ação comunicativa dialógica migra para uma perspectiva aberta, no qual a relação é percebida como mediada pela linguagem e cujo sentido não parece como dado de antemão, mas se constrói dentro da tensão por produzi-lo, no âmbito de um mundo da vida de sentidos compartilhados por meio dos atos de fala ilocucionários (o falante faz uma ação com a sua fala, convidando o ouvinte para um sim ou para um não), ou seja:

ações da fala não podem ser realizadas com a dupla intenção de chegar a um acordo com um destinatário sobre algo e, ao mesmo tempo, produzir algo nele, de modo casual. Na perspectiva de falantes e ouvintes, um acordo não pode ser imposto a partir de fora e nem forçado por uma das partes seja através de intervenção direta na situação de ação, seja diretamente através de uma influência calculada sobre enfoques proposicionais de um oponente. Aquilo que se obtém visivelmente através da gratificação ou ameaça, sugestão ou engano, não pode valer intersubjetivamente como acordo; tal intervenção fere as condições sob as quais as forças ilocucionárias despertam convicções e geram contatos (Habermas, 1990a, p. 71-72).

O processo de comunicação não deve basear-se somente nos aspectos formais e metodológicos de como comunicar. É verdade que a opção pelo diálogo depende muito do receptor. Bordenave (1995) caracteriza as pessoas em abertas (com capacidade de julgar as mensagens e de reorganizar seus sistemas de crenças) e fechadas (aquelas que aceitam as mensagens de acordo com sua estrutura mental previamente existente). Mas, o importante é que os envolvidos no ato da fala tenham o interesse em criar essa interação; caso contrário, o processo fica prejudicado, não se cria o consenso defendido por Habermas.

3.4.2 A ação comunicativa e o processo de intervenção

O que Habermas (1987) indica é uma via assentada na comunicação, como indicadora de transformação de prática de relacionamento, evoluindo de uma perspectiva autoritária, fragmentada e individualista para uma visão democrática, integrada, baseada no trabalho coletivo, na solidariedade, na comunicação, na troca de experiências, no confronto de opiniões e na busca do consenso e que se fundamenta em uma forma específica de racionalidade.

Esta racionalidade tende a superar o reducionismo de um conceito limitado de razão que se restringe à esfera da subjetividade, migrando de uma perspectiva do sujeito que age solitariamente frente ao mundo dos fatos para uma outra razão, a razão comunicativa ou da intersubjetividade, em que os sujeitos se entendem e buscam o consenso. Em outras palavras:

(...) O foco da investigação se desloca da racionalidade cognitivo-instrumental para a racionalidade comunicativa. Para esta o paradigmático não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo, que possa representar-se ou manipular-se, mas a relação intersubjetiva que estabelecem os sujeitos capazes de linguagem e de ação quando se entendem entre si sobre algo em seu próprio mundo subjetivo (Habermas, 1987 I, p.499)⁵.

Racionalidade, para Habermas (1987), é a maneira como se adquire e usa o conhecimento. Assim, racionalidade é entendida, antes de tudo, como a disposição dos sujeitos capazes de falar e de agir para adquirir e aplicar um saber falível. Para este autor, há dois tipos de racionalidades a cognitivo-instrumental e a racionalidade comunicativa.

Na racionalidade cognitivo-instrumental, centrada no sistema (estado e mercado), emprega-se o conhecimento monológico, o fluxo organizado da

⁵ As traduções para o português de obras em língua espanhola que aparecem neste trabalho são traduções livres do próprio pesquisador.

comunicação e a ação estratégica. Este fluxo tem um caráter prescritivo e apóia-se em uma comunicação monológica/linear, tendo uma orientação para o êxito e o sucesso, implantando para tanto no dia-a-dia, por meio de uma ação ou omissão calculada, um estado de coisa desejado. Estas

(...) ações racionais têm fundamentalmente o caráter de intervenção efetuadas com objetivo de consecução de um propósito e controladas por sua eficácia, em um mundo de estados de coisas existentes (Habermas, 1987, I, p. 29).

Na racionalidade comunicativa, centrada no mundo da vida, faz-se o uso da linguagem dialógica, emprega-se o fluxo comunicativo discursivo de orientação voltado à busca do entendimento e à obtenção de acordo entre sujeitos lingüisticamente e interativamente competentes, tendo como meta um acordo que satisfaça às condições de aceitação, racionalmente motivada por meio de uma ação comunicativa. Habermas percebe a racionalidade comunicativa como

(...) a disposição por parte do sujeito falante e atuante de adquirir e utilizar um saber falível. Enquanto os conceitos básicos da filosofia da consciência impuserem que se compreenda o saber, exclusivamente como saber de algo no mundo objetivo, a racionalidade limita-se ao modo como o sujeito isolado se orienta em função dos conteúdos das suas representações e dos seus enunciados (...) A razão comunicativa encontra os seus critérios no procedimento argumentativo da liquidação direta ou indireta de exigências de verdade proposicional, justiça normativa, veracidade subjetiva e coerência estética (Habermas, 1990b, p.291).

O sistema é representado, por um lado, pelo subsistema Estado, que utiliza-se da lógica estratégica do poder, por meio de código negativo da sanção para atingir o desejado. Já o subsistema mercado fundamenta-se na lógica estratégica da troca, valendo-se do código positivo da recompensa para atingir os seus fins.

Já o mundo da vida pode ser considerado com a esfera da cultura, da sociedade e da personalidade. Estes componentes estruturais são responsáveis, respectivamente, pela renovação do saber cultural, pela integração social e criação de solidariedade, bem como pela formação de identidades pessoais. Estes componentes são reproduzidos no dia-a-dia e são definidos por Habermas da seguinte maneira:

Chamo cultura ao acervo de saber, em que os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para entender-se sobre algo. Chamo sociedade às ordenações legítimas através das quais os participantes na integração regulam suas pertinências a grupos sociais, assegurando a solidariedade. E por solidariedade entendo como as competências que possibilitam um sujeito a tornar-se capaz de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam para tomar parte em processos de entendimento e para afirmar neles, sua própria identidade (Habermas, 1987 II, p. 196).

Porém, o sistema busca, muitas vezes, “colonizar” o mundo da vida. Entretanto, Habermas (1987) não aceita sua mercantilização e burocratização e propõe, na teoria da ação comunicativa, a descolonização do mundo vivido com a restauração da solidariedade. Indica o mesmo autor que a barreira protetora contra a colonização, a blindagem, é construída na sociedade, quando o indivíduo tem a possibilidade de agir comunicativamente e de dialogar, pois é por meio do contato com o outro, sob a forma de diálogo, que se dá o esclarecimento e torna-se possível o consenso. Este embate gera constante conflito entre os dois mundos, em disputa do espaço social, o que conduz à seguinte indagação: como resistir à penetração dos subsistemas estratégicos ou da racionalidade instrumental nos espaços onde predomina a ação comunicativa, seja por meio do dinheiro ou do poder.

Um dos caminhos de contraposição indicados é a organização da sociedade civil em associações ou em organizações não governamentais (ONGs), pois intitulam-se livres, não estatais e não econômicas, as quais

ancoram as estruturas de comunicação na esfera pública, nos componentes sociais do mundo da vida.

Para se estabelecer o consenso comunicativo, condição essencial para a contraposição, necessita ser estabelecida a situação ideal de fala. Para ser possível a comunicação cotidiana entre os falantes, devem estar sempre presentes algumas condições imprescindíveis para o entendimento. A primeira condição é a de que todos os participantes possam exercer aquilo que Habermas denomina consciência intuitiva de regra. Todo falante detém uma competência comunicativa que se expressa na disposição para o entendimento.

A outra condição para o entendimento comunicativo por meio da fala é que os próprios atos de fala estejam voltados para a produção do consenso. Para tanto, torna-se imprescindível que, ao estabelecer atos de fala, sejam levantadas sempre quatro pretensões universais de validade: 1) compreensibilidade/inteligibilidade – o que é dito é inteligível, ou seja, a utilização de regras de semânticas inteligíveis pelos outros, como, por exemplo, a mesma língua e a não utilização de códigos lingüísticos privados; 2) a verdade de proposição, conteúdos verdadeiros – o conteúdo do que é dito é verdadeiro; 3) a correção e adequação dos desempenhos – expressando seus conteúdos de forma que o ouvinte possa acreditar em suas manifestações e 4) manifestação de forma correta ou adequada – de acordo com normas e valores vigente, derivado de um fundo normativo reconhecido e compartilhado de forma intersubjetiva (Habermas, 1987).

Nesta pesquisa, chama-se de ideal aquela situação da fala na qual as comunicações não são prejudicadas nem por meio de distorções de fala provocadas pelos intervenientes e nem por coerções resultantes da própria estrutura da comunicação. Assim, a estrutura da comunicação não produz coerções se a todos os participantes do discurso é dada uma distribuição

simétrica de chances no sentido de escolher os atos de linguagem e de realizá-los.

Dessa forma, todos os participantes potenciais de um processo de intervenção devem ter igual chance de servir-se de atos comunicativos de linguagem, de modo que a todo tempo possam iniciar discursos, perguntar e responder. Também, todos os envolvidos no processo de intervenção devem ter igual chance de fazer explicações, asseverações, recomendações, críticas e justificações. Nestas condições garante-se a todos os participantes do processo de intervenção a oportunidade de produzir um discurso e não somente de julgar que o produziu.

Diante dessa situação, outras indagações se colocam: como conseguir a condição ideal de fala e o consenso, em um contexto em que as condições capitalistas de produção colocam os atores impactados, nos processos de intervenções em uma posição de inferioridade, em que a idéia prevalecente é a do mercado e da burocracia, nas quais substituem-se freqüentemente o diálogo, o saber e as possibilidades, por formas completamente estranhas às condições locais? Como resolver o problema do distanciamento entre o interveniente e o grupo comunitário impactado, tendo em vista que os saberes provenientes da racionalização cultural vão se tornando monopólio daqueles técnicos e distanciando-se da prática comunicativa cotidiana?

As respostas a estas indagações situam-se em recolocar em movimento a cooperação entre os três aspectos constitutivos da tradição cultural: o cognitivo-instrumental – alicerçado na ciência e na técnica; o prático-moral – alicerçado na moral e no direito e o estético-expressivo – alicerçado na arte e na crítica artística. A presença destes conteúdos e o seu usufruto pelos participantes da ação de intervenção são fundamentais para obtenção de uma comunicação dialógica, plena e emancipadora. É isso que sustenta Habermas quando diz que:

(...) As três esferas culturais de valor têm que chegar conectadas com os correspondentes sistemas de ação de modo que se assegure uma produção e provimento de saber especializado segundo pretensões de validade; o potencial desenvolvido pelas culturas de especialistas tem (...) que, efetivamente passar à prática comunicativa cotidiana para que possa ser utilizado nos sistemas sociais de ação; e, finalmente, as esferas culturais de valor têm que ser objeto de uma institucionalização equilibrada, de forma que as ordens da vida correspondentes sejam autônomas o suficiente para não serem submetidas à legalidade interna de outras ordens distintas (Habermas, 1987, I, p. 313).

Na maioria das vezes, o técnico, por meio de sua “superioridade técnica”, propõe os caminhos e trabalha para os legitimar. O proposto é o contrário: um acordo em que a “superioridade técnica” alinhe-se ao saber popular como forma de estruturar novas possibilidades. Este acordo deve ser alcançado por meio de ações comunicativas, não podendo ser imposto por nenhuma das partes, seja instrumentalmente, por força da norma institucional, seja estrategicamente, pela “superioridade técnica” do interveniente. O consenso deverá basear-se em convicções comuns do interveniente e do grupo comunitário impactado.

Não ocorrendo o consenso, o que ocorre, segundo Habermas (1987), é o exercício assimétrico do poder e a falta de oportunidade para a participação cidadã na tomada de decisões sobre as práticas e procedimentos que afetam seus interesses e sua vida cotidiana. Esta situação acarreta uma das graves manifestações patológicas do mundo contemporâneo, qual seja: a falta de motivação dos indivíduos para a transformação de sua sociedade.

Assim, é necessário, como ação precedente ao resgate da motivação transformadora dos atores impactados, que os intervenientes rompam com a chamada resignação profissional normativa. Ou seja, os agentes de intervenção reproduzem, consciente ou inconscientemente, por meio de métodos e técnicas que detêm em suas mãos e à sua disposição, “o que” a maioria dos sertanejos

deve pensar e “como” pensar. E estes “o que” e “como” são prerrogativas dos técnicos.

Esta conduta do interveniente, sustentada na resignação normativa profissional, considera os indivíduos, grupos ou massas como objetos da sua ação de comunicação. Baseia-se também na norma organizacional em detrimento de uma realidade vivenciada diariamente. Daí constantemente serem indicados projetos completamente estranhos ao contexto adotante, elaborado sem uma discussão dialógica e com chance remota de êxito, tanto nos aspectos econômicos, quanto sociais e humanos, porém, respondendo completamente aos termos normativos da instituição do interveniente.

Dessa forma, a prática comunicativa de uma significativa parte dos intervenientes sustenta-se em uma “ação estratégica encoberta, um engano consciente (manipulação)”, com o objetivo de levar os atores impactados a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos elaboradores dos programas. A justificativa para tal conduta é sempre definida como a impossibilidade de transformar uma realidade controlada pelos ditames normativos organizacionais (Habermas, 1994, p. 386).

Em certas situações, as ações dos intervenientes ocorrem de forma inconsciente – “engano inconsciente”. As organizações utilizam-se de técnicas persuasivas, por meio do “adestramento funcional”, capaz de solapar o senso crítico destes técnicos, induzindo-os a uma atitude cega, retirando destes a capacidade de julgar por si mesmos. Contudo, na maioria das vezes, é a resignação, a aceitação da impotência diante da organização ou instituição, a indutora da conduta do interveniente.

Atuando de uma forma ou de outra, as ações dos intervenientes são sempre conseqüentes. Estas ações interferem no grupo, estabelecendo tanto uma colaboração na dinamização de um determinado processo já existente, como

pode atrapalhar o andamento natural do grupo, ou ambas as coisas. Enfim, o que não consegue é ter uma ação neutra.

As ações são definidas por Habermas (1987) como sendo: ação **teleológica** - é aquela realizada por uma só pessoa em busca de um certo objetivo; ela poderá ser transformada em **ação estratégica** quando as decisões de pelo menos uma outra pessoa são incluídas no cálculo correspondente de meios e fins; **a ação normativa** - é caracterizada como a ação social em que a atenção primária é atender a necessidades recíprocas mediante o ajuste da conduta a normas e valores compartilhados, possibilitando neutralizar a busca de metas pessoais, pelos deveres sociais ou padrões de gosto; **a ação dramática** - tem por objetivo principal a auto-apresentação, ou seja, a projeção de uma imagem pública e faz referência à livre expressão seletiva da personalidade; é implicitamente estratégica e busca obter determinada resposta de certa audiência; **a ação comunicativa** - se dá quando duas ou mais pessoas procuram expressamente chegar a um acordo voluntário de modo a poder cooperar.

Estas ações compõem as práticas dos intervenientes nos momentos de intervenções e os processos de intervenções se estabelecem na confrontação de dois saberes: o do agente da intervenção (especialista) e o do grupo impactado. O modo como se dá este confronto tende a reproduzir as relações presentes no contexto social. Segundo Cavalcante (2001), a especialização gerará tanto aspectos positivos quanto negativos. No plano da cultura (ciência, moral e direito), a:

(...) especialização dos conteúdos da ciência e da tecnologia, dos valores morais e jurídicos e da arte não deixa de ser positiva para reprodução simbólica (cultura, sociedade, personalidade) do mundo da vida. O problema reside no distanciamento de tais conteúdos da prática cotidiana dos indivíduos e na sua apropriação por um pequeno número de especialistas (cientistas, moralistas e juristas, artistas), não estando mais à disposição dos indivíduos no seu dia-a-dia para a configuração racional de suas relações cotidianas (Cavalcante, 2001, p. 129).

No plano do sistema (economia e política), o mesmo autor assim se manifesta quanto aos efeitos positivos ou negativos da especialização.

meios como o dinheiro e o poder, extremamente necessários na reprodução material do mundo da vida. Mas ocorre que, a partir de um determinado momento, esses meios deslinguistizados, que são o dinheiro e o poder, vão gerando formas de integração – não comunicativas – no mundo da vida, substituindo as formas de reprodução simbólica por formas de integração sistêmica, ameaçando e empobrecendo a dinâmica peculiar e própria do mundo da vida (Cavalcante, 2001, p. 129).

Particularmente no Norte de Minas Gerais, onde as relações sociais são fortemente marcadas e se caracterizam na divisão entre os que sabem e os que não sabem, a um cabe, basicamente, a atividade de execução e a outro a de mando. O interveniente tanto pode ratificar essa prática social, buscando conduzir os sertanejos e afirmando a hegemonia do seu saber, atuando resignadamente ao atendimento da norma de sua instituição, ou, o contrário, buscar reforçar o saber popular, desmistificando a legitimidade do seu saber e valorizando o agir comunicativo, construtivo do consenso. Segundo Habermas, 1989:

(...) o agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis; ao mesmo tempo, ele é também o produto das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria (Habermas, 1989, p. 166).

Portanto, por meio da razão comunicativa, os membros da comunidade passam a questionar os valores e fatos vigentes. Além do mais, esta forma de razão representa o rompimento com a idéia de que a verdade é resultante de um processo reflexivo individual, isolado, ocorrendo apenas no interior de uma consciência. Assim, criam-se as condições básicas para que a comunidade se

estruture e elimine a sua patologia mais visível que é a apatia participativa de seus cidadãos.

4 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Os objetivos deste trabalho (analisar as percepções dos atores envolvidos nos processos de intervenções sobre os seus fluxos comunicativos, sua prática comunicativa e suas ações) evidenciam a necessidade desta investigação ancorar-se em uma abordagem qualitativa, tendo como referência o paradigma interpretativo.

Segundo Guba e Lincoln (1994, p.105-106), paradigma é “um sistema básico de crenças ou visão do mundo que guia o pesquisador, não somente na escolha do método, mas também dos fundamentos ontológicos e epistemológicos da sua pesquisa”. Continuam os autores argumentando que “(...) paradigma representa o sistema de crenças que define para o pesquisador a natureza do mundo, situa os indivíduos no mundo e a gama de possíveis relações do mundo com suas partes”.

Especificamente, paradigma interpretativo é um dos três grandes aportes teóricos das ciências sociais e centra-se na interpretação que os indivíduos fazem da realidade em que vivem. Os outros dois são a abordagem estrutural do consenso e a abordagem estrutural do conflito

Assim, pode-se compreender a construção do conhecimento e da realidade como um mesmo movimento no qual o mundo faz sentido para a pessoa, no qual sempre se está com o outro, no qual se dá a atribuição de significados e no qual se participa da construção da realidade vivida.

Bogdan e Bikkle (1994) enunciam cinco características da investigação qualitativa, presentes em todos os estudos que seguem esta abordagem, muito embora em diferentes graus: a) fonte direta dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; b) os dados recolhidos são, em sua essência, descritivos; c) interessa mais o processo do que o simples

resultado ou os produtos; d) os dados costumam ser analisados de forma indutiva; e) é dada especial importância aos pontos de vista dos participantes.

Neste trabalho, todas estas características são bastante evidentes. Assim, torna-se necessário e imprescindível o recolhimento de informações em ambiente natural, uma vez que o contexto em que os envolvidos nos processos comunicativos da intervenção atuam é determinante para a partilha de conhecimento e formulação do consenso comunicativo, bem como para indicar a participação, as ações, as práticas, o agir e os papéis de cada um dos envolvidos nos discursos.

Em segundo lugar, a propósito de construir uma visão sustentada nestas dimensões torna-se indiscutível a necessidade de recolher informações ricas em pormenores descritivos, obtendo-se dados sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos de acordo com a perspectiva dos sujeitos.

Em terceiro, mais do que conhecer exatamente como são os processos de intervenção dirigidos às associações, interessa saber como ocorrem os fluxos comunicativos, as ações dos intervenientes e atores impactados e os pressupostos do agir de cada um destes. Em quarto lugar, não se pretende testar qualquer teoria previamente estabelecida, mas compreender como atores sociais específicos interpretam o contexto em que atuam, extraindo dele informações para o estabelecimento de suas estratégias, com as quais procuram influenciar o contexto. Desse modo, as perspectivas dos participantes assumem a maior importância, de maneira a compreender a forma como traduzem as suas experiências e os significados que lhes atribuem.

Outra característica que identifica a abordagem qualitativa é que ela se estabelece em contextos sociais específicos, ou seja, estudo de caso ou casos. Neste trabalho, o cenário social específico são três associações de produtores rurais de Japonvar, MG – Norte de Minas Gerais e as relações comunicativas

travadas entre os intervenientes e atores associativos impactados nos processos de intervenção.

4.1 Estudo de caso tipo multicaso

Quanto ao desenho da investigação, a escolha recaiu sobre o “estudo de caso” do tipo multicaso, o qual envolveu três associações de pequenos produtores, impactadas por ações de intervenções.

Optou-se pelo estudo de caso pelos seguintes motivos: trata-se de investigação empírica que estuda fenômenos contemporâneos, ancorados na vida cotidiana, em situações em que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2001); por permitir o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular (Bogdan e Bikken, 1994) ou permitir o exame de grupos de pessoas que desempenham diferentes ações em um programa ou em um projeto (Alencar e Gomes, 1998). Mais especificamente, Godoy (1995, p. 26) observa que:

(...) quando o estudo envolve dois ou mais sujeitos, duas ou mais instituições, podemos falar de casos múltiplos. Aqui podemos encontrar pesquisadores cujo único objeto é descrever mais de um sujeito, organização ou evento, e aqueles que pretendem estabelecer comparações”.

Neste trabalho buscam-se objetivos de natureza comparativa entre as práticas comunicativas utilizadas pelos intervenientes, suas ações e o agir destes e dos atores impactados quando das intervenções dirigidas a cada uma das associações em estudo e percebidas pelos atores sociais envolvidos.

4.2 Seleção dos entrevistados

No estudo foram consideradas duas categorias de entrevistados: a) os intervenientes (ITs) - são os atores externos, que não pertencem aos quadros sociais das associações de produtores, porém, desenvolvem ações diversas sobre esta; são representados pelo que se denominam prefeito, extensionista da EMATER, gerente do Banco do Nordeste do Brasil, agente de desenvolvimento de área da Visão Mundial, projetista de escritório de planejamento, presidente de cooperativa e agentes de desenvolvimento do BNB; b) os atores impactados (AIs) são os sócios das associações impactadas por ações de intervenções.

A escolha dos ITs foi realizada tendo como parâmetros as atas das reuniões das associações e em informações dos seus presidentes atuais. Definiu-se a escolha pelo grau de participação dos intervenientes revelada em suas ações dirigidas às associações e transcritas nestes documentos ou por meio de informações sobre o grau de participação de intervenientes nestas instituições.

Quanto aos AIs, os critérios principais de escolha foram: ter vivenciado os processos de intervenções como beneficiário, bom conhecimento do assunto e facilidade em se expressarem. Para tanto, utiliza-se o recurso do informante na identificação dos possíveis entrevistados. Além disso, por julgar a pertinência e relevância para a pesquisa, foram entrevistados os presidentes das associações que vivenciaram ou estão vivenciando as ações de intervenções.

Utilizou-se de uma amostragem não-probabilística por julgamento que, segundo Mattar (1993), tem como suposição básica que sustenta esta opção a premissa de que, com bom julgamento e estratégia adequada, podem ser escolhidos os casos a serem incluídos, chegando, assim, a amostras que sejam satisfatórias para a necessidade da pesquisa. Dessa forma, a amostra apresentou a seguinte composição:

- oito intervenientes;

- dezoito atores impactados.

Para identificação dos significados do pequi e pequizeiro para a comunidade de Japonvar, MG, foram selecionados dez moradores, também amparados em critérios de conhecimento do assunto, recorrendo-se também a informantes.

4.3 Técnicas de coleta e análise de informações

Um dos métodos de coleta de informações utilizados foi o *focused-interview*, que tem as seguintes características gerais: a) está centrada em tópicos dispostos em um roteiro que serão abordados durante a entrevista; b) esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas; c) não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista (Alencar e Gomes, 1998, p. 100). Para a realização das entrevistas foi elaborado um roteiro baseado nos seguintes motivos: o histórico das intervenções, a percepção da importância e propósitos das ações de intervenções; a caracterização da consciência crítica pelos ITs e AIs; a existência e importância dos espaços comunicativos e os pressupostos que sustentam as ações de intervenções.

Outra técnica de recolhimento de dados utilizada para a leitura da realidade envolvendo ITs e AIs foi a observação participante. Entende-se esta técnica como aquela em que o observador não é apenas um expectador do fato. Ao contrário, atua efetivamente no ambiente e juntamente com os demais atores, sendo ao mesmo tempo observador e observado (Godoy, 1995a. e Da Matta, 1987). Tal técnica foi utilizada especificamente na reunião de trabalho das associações comunitárias, acontecimento anual patrocinado pela Prefeitura Municipal de Japonvar, como forma de analisar as práticas comunicativas e os discursos dos intervenientes e atores impactados em um espaço coletivo.

Também a análise documental foi utilizada, por tratar-se de um estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações sobre leis, atas, relatórios, etc. Segundo Yin (2001, p. 109), “o documento desempenha um papel óbvio em qualquer coleta de dados, ao se realizar ‘estudo de caso’, uma vez que corrobora e valoriza as evidências oriundas de outras fontes”. Para Laville & Dionne (1999, p. 167), “(...) os documentos aportam informações diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa (...)”.

Na pesquisa, ancorou-se a busca em documentos, como as atas das reuniões do Farol do Desenvolvimento, dirigidas pelo Banco do Nordeste do Brasil; em atas das associações comunitárias, atas dos encontros anuais das associações e relatos dos encontros dos Seminários do Pró-Pequi e na Lei Pró-Pequi (Lei 13.965 de 27.07.2002) e Decreto 42.646 de 05.06.2002).

Esta forma de buscar informações em várias fontes denomina-se processo de triangulação de dados. Na sua concepção mais genérica, visa conferir e confrontar uma informação, por meio de várias fontes de informação, empregando-se técnicas variadas de recolha de dados (Triviños, 1987). Já Stake (1994, p. 241) define este método como “um processo de usar percepções múltiplas para esclarecer o significado e/ou verificar a repetibilidade de uma observação ou interpretação”. Assim, utilizou-se da triangulação de diferentes fontes de dados com o fito de confirmar e complementar os mesmos e de captar as diversas percepções sobre os fenômenos estudados.

Utilizou-se também o modelo interativo de pesquisa em ciências sociais ou seqüência circular (Spradley, 1980, p. 29) para identificar e definir as questões de pesquisa a serem exploradas. Os passos deste modelo estão inseridos na Figura 4.

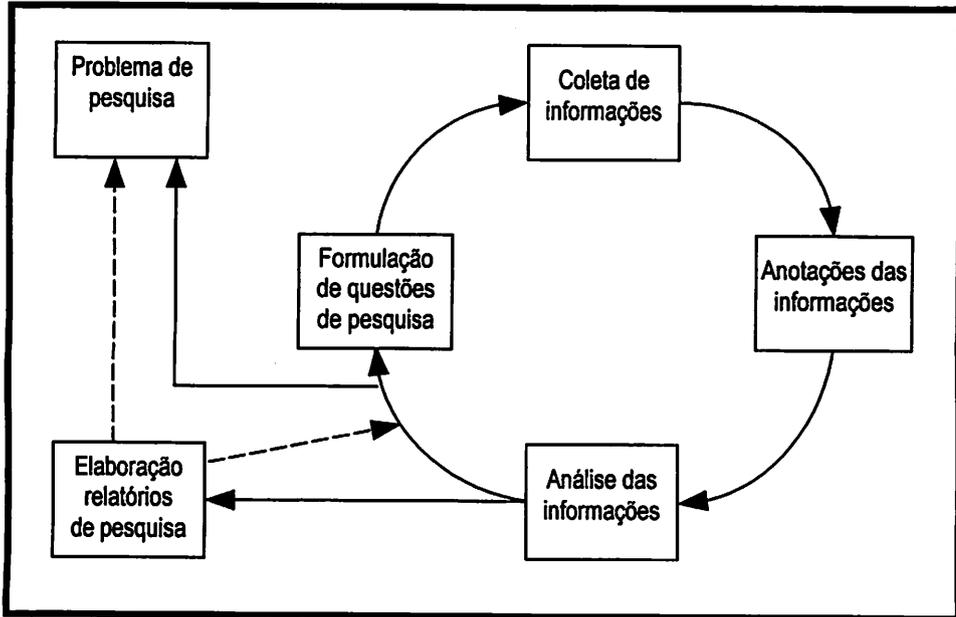


FIGURA 4 – Modelo circular interativo de pesquisa social
 Fonte: Spradley (1980, p.29)

Especificamente para efeito da análise das entrevistas desta pesquisa, primeiramente, o material coletado em fitas cassetes foi transcrito em um quadro de três colunas: a primeira coluna destinada a receber as transcrições do discurso na linguagem do sujeito; o segundo espaço foi destinado a fazer uma redução em unidades de significado daquele discurso, após uma minuciosa leitura das entrevistas e o terceiro foi reservado para receber as asserções articuladas no discurso, ou seja, uma construção sistematizada dos relatos dos atores sociais envolvidos nos processos de intervenção.

O passo seguinte, ancorado em procedimentos indicados por Bicudo (2000), foi o estabelecimento de comparações, ou seja, a existência ou não de pontos em comuns entre as entrevistas, estabelecendo-se assim as dimensões. As dimensões foram organizadas em categorias, tendo em vista as semelhanças que

apresentam (por exemplo: caracterização dos atores impactados pelos intervenientes, o propósito das intervenções, espaços comunicativos, etc.).

4.4 A pesquisa de campo – seus momentos

Antes de ir ao campo, tinha-se como propósito inicial compreender se a comunicação dialógica ou não dialógica estabelecida pelos atores sociais participantes da cadeia extrativo-industrial do pequi, em Japonvar, eram determinantes para a consolidação desta cadeia. Contudo, o contato preliminar com o contexto, seus objetos físicos, seus atores sociais, objetos culturais e a percepção das inter-relações destes, determinou a reformulação da questão de pesquisa. Migrou-se então em entender como as práticas comunicativas determinam os resultados das intervenções dirigidas às associações de pequenos produtores. Compreendeu-se assim que a estruturação da cadeia extrativo-industrial do pequi insere-se na trajetória dos processos de intervenções dirigidas à cidade de Japonvar. A partir daí, realizou-se a revisão bibliográfica e, em uma nova visita específica ao município, definiram-se as associações que, por suas particularidades, possibilitaram desenvolver um estudo multicaso. A escolha destas três associações deveu-se às informações recolhidas nesta visita específica, por meio de observação direta e informações, da existência da situação (foram impactadas por diversas ações de intervenções e por ter a prática discursiva como propósito) adequada para o estudo das temáticas definidas: intervenção e comunicação.

A coleta de informações realizou-se em três fases específicas. A estratégia para execução desta tarefa foi facilitada pelo grau de relacionamento do pesquisador com os atores a serem entrevistados. Este fator contribuiu positivamente para a recolha de informações e foi facilitada por relações anteriores estabelecidas nas diversas visitas realizadas à comunidade de

Japonvar. Com isso, os horários para entrevistas, visitas e conversas diversas foram extremamente agilizadas.

A primeira etapa da recolha de informações deu-se em meados de dezembro de 2002 a janeiro de 2003. Buscou-se, neste momento, identificar e caracterizar os processos de intervenções dirigidos às associações em estudo e o grau de participação, práticas comunicativas e os resultados de cada investida, identificando os fatores facilitadores e limitantes de cada um desses processos. Neste momento foram entrevistados todos os intervenientes e os presidentes das associações impactadas. Aproveitou-se o ensejo para obter documentos, como atas, diagnósticos e leis que complementassem as informações recolhidas.

Elaborou-se, então, a transcrição das fitas cassetes e realizou-se uma análise parcial das informações, elaborando o primeiro relatório de pesquisa. Originou-se desta sistematização uma gama de questionamento, especificamente quanto aos pressupostos para o agir de cada interveniente e as percepções dos atores impactados sobre estas atuações.

Elaborou-se um roteiro de entrevista contemplando-se as dúvidas, dirigindo-se ao campo com o fito de dirimir as questões levantadas. Esta segunda fase ocorreu em junho e julho de 2003. Foram entrevistados todos os intervenientes, presidentes das associações e membros destas entidades beneficiados nos processos de intervenção. Utilizou-se este momento, para a observação da atuação dos associados na construção da unidade beneficiadora de pequi, a eleição dos novos dirigentes da Associação dos Pequenos Produtores de Cabeceira do Mangai e também para conhecer as estruturas físicas das Associações Amigos de Japonvar e de Porteiras.

Após as transcrições das fitas, realizou-se uma análise minuciosa dos discursos na linguagem dos sujeitos, elaborando-se um quadro com três campos. No primeiro campo continha os discurso na linguagem dos AIs e ITs, no

segundo, uma redução destes discursos em unidades de significados e o terceiro campo foi dedicado à elaboração das asserções articuladas nestes discursos.

A última fase coube à observação participante da reunião anual de planejamento e avaliações, patrocinada pela Prefeitura Municipal de Japonvar. Esta etapa foi realizada no dia 28.08.2003. Aproveitou-se a oportunidade para dirimir as dúvidas existentes, uma vez que na reunião estavam presentes todos os atores envolvidos na pesquisa.

5 FALAS, AÇÕES E PROPÓSITOS DAS INTERVENÇÕES DIRIGIDAS ÀS ASSOCIAÇÕES APPRAMIGOS, APPORT E APROCAM

Este capítulo é constituído de oito seções. A primeira seção é dedicada a identificar a área de estudo e a descrever a cadeia extrativo-industrial do pequi em Japonvar, bem como serve para a identificação dos atores envolvidos nas inter-relações travadas dentro da cadeia. Na segunda e terceira seções descrevem-se as ações de intervenções dirigidas às associações dos pequenos produtores amigos de Japonvar - Appramigos e a de Porteiras - Apport. A quarta seção é destinada a descrever as causas percebidas pelos envolvidos nos processos de intervenção para o insucesso destas ações. A quinta seção é destinada a descrever a trajetória da intervenção na Associação dos Pequenos Produtores de Cabeceira do Mangai - Aprocam. A sexta seção destina-se a descrever as percepções dos ITs e AIs sobre os pressupostos das intervenções dirigidas às três associações. A sétima é destinada à realização da discussão dos processos de intervenção, tendo como base a teoria da ação comunicativa. Insere-se na última seção, a oitava, uma discussão sobre os significados atribuídos pela comunidade de Japonvar ao pequi e pequizeiro.

5.1 Caracterização da área em estudo: geografia, pequi e atores sociais

Japonvar pertence à Microrregião de Montes Claros e, segundo o Instituto de Geociências Aplicadas, o município apresenta uma área total de 375,9 km² e encontra-se inserido na área mineira da SUDENE. A temperatura média anual é de 23,6°C, tendo como máxima anual 30,8°C e a mínima anual 18,2°C. O índice médio pluviométrico anual é de 1.156,1 mm. Apresenta uma vegetação predominantemente de cerrado e o rio Mangai é o seu principal curso d'água, sendo este um afluente direto do rio São Francisco.

Amparado em dados da pesquisa, verificou-se, como origem do município o estabelecimento de um ponto de venda, localizado no trevo rodoviário entre a BR-135 e a MG-026. Transformou-se posteriormente o comerciante em distribuidor de lotes ao redor do estabelecimento comercial, promovendo um aglomerado de pessoas e casas, dependentes exclusivamente desta especificidade do local: o entreposto comercial derivado do entroncamento de estradas.

O lugarejo foi primeiramente batizado com o nome de Barreiro Vermelho e, posteriormente, recebeu o nome de “Cacete Armado”. Segundo relatos, este nome surgiu de uma briga entre a esposa e suas filhas contra a amante de um morador de Barreiro Vermelho, o qual é reafirmado constantemente pelo ambiente de brigas constantes existentes em “Cacete Armado”.

Padre Geraldo Magela Tolentino, responsável pelas celebrações das missas domingueiras, rebatizou a localidade, em 1975, com o nome de Japonvar. O nome foi idealizado, tendo como base os nomes das cidades, à época, limitantes do povoado – JAnuária, São João da PONte e VARzelândia.

Em meados da década de 1980, foram introduzidas no distrito de Japonvar, as atividades de reflorestamento com eucaliptos realizada pela Siderúrgica Amaral. Este empreendimento gerou um aumento no número de empregos, ocasionando a atração de pessoas de outras regiões, a consolidação do núcleo urbano, gerando demandas crescentes de necessidades coletivas, impulsionando a economia local e o crescimento da renda. Nesta data, o distrito ainda pertencia à cidade de Brasília de Minas.

Em dezembro de 1996, foi conquistada a emancipação político-administrativa. Hoje, o município conta com dois distritos, a sede e Nova Minda e os povoados de Ponte do Mangai, Melancias, Vila São Cristóvão e Lagoinha. Limita-se com os seguintes municípios: ao norte, Ibiracatu, Lonta e Pedras de

Maria da Cruz; a leste, Patis; ao sul, Brasília de Minas e Mirabena e a oeste, São Francisco.

A distância de Belo Horizonte é de 518 km² e o acesso à sede do município, partindo-se da capital, se dá por meio da BR-040, até o entroncamento com a BR-135 e desta até o município. Dista 100 km de Montes Claros, cidade-pólo da região.

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) realizado em 2000 demonstrou que a população local é de 8.119 habitantes, sendo 2.577 pessoas na zona urbana e 5.542 na zona rural. Dados obtidos no escritório do IBGE de Brasília de Minas apontam que a população de Japonvar era de 6.549 indivíduos em 1996. Assim, observa-se que ocorreu um aumento significativo da população do município.

A população japonvarense, principalmente a residente na zona rural, freqüentemente procura trabalhos em outras regiões do estado, como o nordeste mineiro, onde atuam principalmente no corte do eucalipto; já na região metropolitana de Belo Horizonte e São Paulo, trabalham na construção civil e no Sul de Minas atuam na colheita de café. Porém, as saídas são provisórias, mantendo-se suas residências e famílias no local. Percebe-se, contudo, o interesse destes migrantes provisórios em continuar vivendo no local de origem, pelo fato de realizarem constantes reformas, construções ou ampliações em seus imóveis.

Percebeu-se também uma forte migração de retorno, pessoas aposentadas atraídas pelas condições de sobrevivência menos onerosa que em outros pólos e pela ampliação da prestação de serviços oferecidos pelo município, principalmente na área de saúde. O município conta com um centro de saúde, três postos de saúde na zona rural e ainda duas equipes atuando no Programa Saúde da Família e Saúde Bucal. Compõem cada equipe: um médico,

um enfermeiro, um odontólogo, um técnico em higiene dental e um auxiliar de enfermagem.

Em relação ao associativismo, existem 30 associações de pequenos produtores e uma cooperativa agregando pequenos produtores e catadores de pequi, instituídas por incentivo da EMATER, das quais 70% estão ativas. Percebeu-se, nas observações realizadas, o grau da discussão travada dentro das associações; há um clima e uma cultura de discussões permanentes e com a efetiva presença dos associados.

As principais fontes de renda do município são o extrativismo e a agricultura. Os principais produtos agrícolas, segundo o escritório da EMATER local, são: arroz em casca, cana-de-açúcar, fava, feijão, mandioca, milho, banana, laranja, manga e o sorgo forrageiro; quanto ao extrativismo apresentam-se a fava-danta (*Dimorphandra spp*) e o pequi.

Porém, é o pequi o recurso mais importante do município sob o ponto de vista sócio-econômico. As condições edafoclimáticas da região permitem a existência de uma considerável quantidade de pequizeiros – há ocorrência de até 18 árvores por hectare e média de 4,5 pequizeiros por hectare. Somados à simplicidade da cata e facilidade de escoamento por meio das rodovias, estes são fatores positivos para a determinação de Japonvar como detentora do título de capital nacional do pequi e possuidora da maior safra da região.

No período da safra, o dinheiro circula de mão em mão; seja de jovens, crianças ou de velhos, políticos locais, comerciantes e revendedores. Segundo informação recolhida em entrevistas, quase 50% das mãos se dedicam à cata, comercialização ou processamento do fruto neste período.

O dinheiro é derivado da comercialização do fruto à beira da estrada ou com a participação de atravessadores ou comercializadores. Na maioria das vezes, o pequi passa por três ou até quatro compradores, ainda dentro do

município, até chegar aos outros mercados, principalmente o centro-oeste – Brasília e Goiás, Bahia e a região compreendida pela Grande Belo Horizonte.

O reconhecimento da importância deste fruto para a sobrevivência e melhoria dos meios de vida da população local estimulou a geração de discussões diversas sobre as possibilidades de beneficiamento e conservação deste fruto para comercialização fora do período da safra e em subprodutos diversos, obtendo, conseqüentemente, agregação de valor, melhor preço e aumento de renda para população local.

Várias ações concretizaram-se na vida cotidiana dos japonvarenses: em 1998, foi instituída uma cooperativa agropecuária e em 1999 foram ampliados o foco e as perspectivas de atuação da cooperativa ao incorporar aos seus quadros os catadores de pequi. A partir deste momento, observou um presidente de associação que os objetivos se firmaram em buscar alternativas para melhoria dos meios de vida dos catadores de pequi, por meio de

“(...) pesquisas em tecnologia, parcerias e convênios, organização dos catadores de pequi, e, principalmente, interferindo no processo de comercialização do fruto ‘in natura’” (IT4).

Várias associações, após o convênio firmado entre a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Catadores de Pequi de Japonvar (COOPERJAP) e a Empresa Cerrado Goiano (Goiânia,GO), começaram a elaborar a polpa de pequi ou a conserva. Trata-se de um subproduto obtido das sementes do fruto do pequizeiro da seguinte forma: os frutos são recepcionados e passa por um processo de sanificação; após isso, realiza-se a roletagem – as sementes são retiradas dos frutos, sendo descascadas artesanalmente (em forma de casca de laranja ou em tiras). Prosseguindo, fazem-se a esterilização e o acondicionamento em salmoura, já dentro de bombonas, sendo encainhadas a indústria Cerrado Goiano, GO.

Concomitantemente a este processo de produção de conserva, iniciou-se a construção da Unidade de Beneficiamento de Pequi (UBP), financiada por recursos estaduais, federais e locais e instalada na Associação dos Pequenos Produtores de Cabeceira do Mangai. A UBP será responsável pelo processamento do licor, como capacidade de produção de 18.000 litros por safra; a produção do óleo do pequi, com capacidade máxima de produção de 80 litros/dia, ou seja, 7.200 litros por safra, considerando 90 dias de trabalho por safra; o outro subproduto é o tempero, ou seja, a massa resultante da prensagem do pequi no processo de extração do óleo é processada no multiprocessador em uma mistura de massa seca e sal, onde se obtém o tempero de pequi; a capacidade máxima da unidade é de 3.000 kg por safra.

Também foi implantado um viveiro para produção de mudas em espaço administrado pela Associação dos Pequenos Produtores e Amigos de Japonvar; a previsão de produção do viveiro é de 100.000 mudas/ano. Desse total, 70% destinam-se ao programa de reflorestamento do Cerrado com árvores nativas e o restante será colocado à disposição do mercado. Já a participação do Banco do Nordeste do Brasil veio por meio de convênio firmado com a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), visando à germinação de sementes e o desenvolvimento e conservação de subprodutos derivados do pequi.

A Figura 5, cujo parâmetro teórico é a cadeia de produção ou *filière*, revela as etapas de produção da cadeia extrativo-industrial do pequi existente em Japonvar.

**FLUXOGRAMA DA CADEIA EXTRATIVO-INDUSTRIAL DO PEQUI
JAPONVÁR-MG**

AMBIENTE INSTITUCIONAL

Normas e procedimentos para exploração econômica dos recursos nativos: normas de conservação ambiental; Lei Pró-pequi - incentivo ao cultivo, à extração, ao processamento, à transformação e consumo do pequi; Lei de preservação do pequizato.

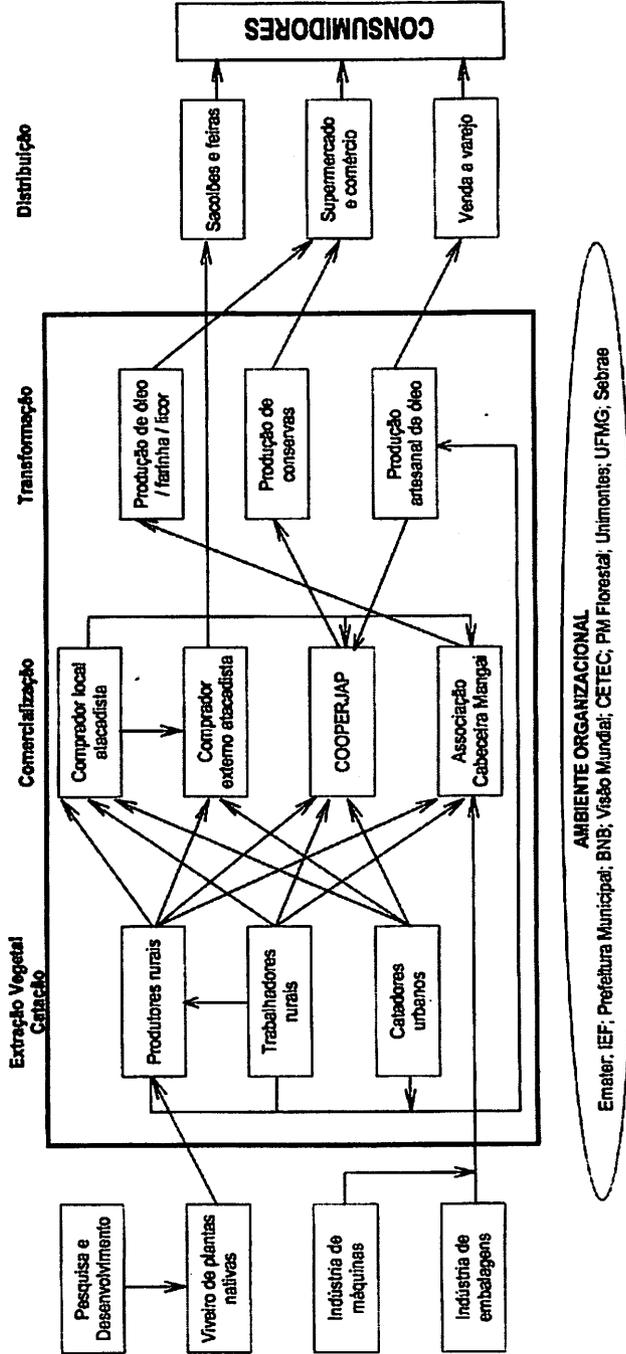


FIGURA 5 – Cadeira extrativo-industrial do pequi.
Fonte: dados da pesquisa

Sumarizando a atuação dos atores e os fluxos relacionais existentes na CEIP, pode-se dizer que a montante desta encontra-se a pesquisa, especificamente dois projetos da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), ambos patrocinados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O primeiro concentra-se na área de “processamento agroindustrial do pequi” e o segundo tem como objetivo o “uso sustentável de plantas nativas do cerrado, por meio da reprodução de sementes e do melhoramento genético do pequizeiro”. O número de produtores que recorrem às mudas de pequi para plantio é ainda insignificante; a justificativa para tal procedimento é o de que existe uma quantidade muito grande de pequizeiro.

Ainda a montante da CEIP, apresenta-se o “viveiro de plantas nativas do cerrado”, estrutura implantada com o financiamento não reembolsável da Visão Mundial e tendo o acompanhamento direto de técnicos do escritório local da EMATER. A Visão Mundial justifica sua participação na cadeia do pequi por ampliar os meios de vida das famílias atendidas.

“A maioria das crianças por nós atendidas, seus pais catam pequi. Aumentando o número de pequizeiros estaremos aumentando a renda da família e melhorando as condições de vida das crianças por nós atendidas” (IT).

Outros setores também contribuem para a estruturação da CEIP. Entre elas, a indústria de máquinas (Inox Máquinas de Marília, SP) específicas para o aproveitamento de frutos nativos do cerrado, orientada pelo Centro Tecnológico de Minas Gerais e a indústria de embalagens.

A CEIP propriamente dita inicia-se com o processo de catação. Participam desta etapa os produtores rurais (PRs), os trabalhadores rurais (TRs) e os catadores urbanos (CBs). Os primeiros são possuidores de terra, conciliando suas atividades produtivas com a cata do pequi. Como observa um produtor, no período da safra:

(...) pára todo mundo, a lavoura é antes do pequi, e quando chega o pequi nós já limpamos a lavoura, está tudo limpo. Depois que passa o pequi, vai cuidar da lavoura (AI1).

Assim os PRs dedicam-se plenamente à cata do pequi no período da safra, pelos seguintes motivos: a catação do pequi pode ser realizada concomitantemente com os trabalhos em suas propriedades; a catação dá mais resultado financeiro do que o plantio; a contribuição financeira do pequi é decisiva para sobrevivência deles, pois chega justamente na época de elevada falta de liquidez, quando excedentes da produção anterior estão se esgotando e a produção da safra seguinte não foi colhida e, finalmente, o pequi é vendido à vista.

Atuando na comercialização, os PRs agem comprando dos TRs e comercializando com os compradores locais (CLs), para os compradores externos atacadistas (CES) ou comercializando diretamente para os varejistas de Montes Claros. A participação dos PRs na transformação basicamente se prende a uma pequena produção artesanal de óleo de pequi.

Os TRs são os não proprietários de terra, dedicando-se à cata em terra dos outros e percebe-se a existência de indícios incipientes de conflitos diante desta prática de “invasão social da propriedade”; os PRs sustentam a proibição para entrada de catadores em suas propriedades, argumentando que os catadores de pequi derrubam o fruto no pé, danificam as pastagens, destroem cercas e “assombram” (assustam) o gado, não baseiam suas argumentações discursivas, em momento algum, na posse dos frutos. Já os catadores de pequi sustentam discursivamente suas entradas em propriedades de terceiros com os seguintes pressupostos ou lógicas: o pequi é de todos, é natural e não foi plantado por ninguém; assim, pertence a quem os encontra.

Os TRs travam relações comerciais mais frequentes com os PRs e CLs, por não terem meios mais adequados para o transporte (os carroções puxados

por gado) dos frutos coletados. Este limite dificulta o poder de barganha dos TRs. Por não conseguirem levar os frutos ao principal ponto de venda local (à margem da rodovia) sujeitam-se aos preços ofertados por atravessadores detentores destes meios de transporte. Já os TRs residentes nas proximidades da rodovia utilizam esta via como balcão para a comercialização a varejo conseguindo rendas superiores. A cooperativa, outra envolvida na compra do pequi catado pelos TRs, começa a ser determinante na regulação do preço do fruto, por definir e manter o preço mínimo de compra por todo o período da safra. No processo de transformação, os TRs atuam produzindo uma grande quantidade de óleo de pequi de forma tradicional, comercializando-o também com os mesmos compradores do pequi *in natura*. O resultado da cata e venda de pequi possibilitou aos TRs proverem seus lares com mantimentos ou adquirirem eletrodomésticos ou outros bens de pequeno valor.

Justificam os TRs a venda de seus produtos para os intermediários porque estes compram seus produtos à vista, por oferecerem um preço mais alto e também por causa da relação de amizade de parentesco ou compadrio.

Já os CBs são os residentes em núcleos urbanos, não proprietários de terras, que dedicam-se à cata e à transformação do pequi. Comercializam os frutos “*in natura*” e o óleo de pequi ao longo da rodovia ou em suas residências. O óleo de pequi, produzido em quantidade maior que o produzido pelos PRs e menor que a conseguida pelos TRs, também é comercializado para a COOPERJAP. É relevante a participação de crianças, filhos dos CBs e TRs, na comercialização do fruto ao longo das rodovias. O trabalho dos filhos e pais contribui para a manutenção do lar ou realização de outras pequenas despesas.

Na etapa de comercialização atuam os seguintes atores institucionais: associação comunitária (Cabeceiras do Mangai), cooperativa (COOPERJAP), comprador local e comprador externo atacadista. A associação atua como compradora para suprir sua unidade de produção. Atua produzindo o óleo de

pequi, o licor de pequi e o tempero de pequi utilizando o processo industrial. A COOPERJAP compra o pequi em toda a comunidade, servindo como fator de regulação do preço mínimo e age produzindo a polpa em parceria com as associações dos pequenos produtores de Rancharia, Ponte do Mangai, Melancias e Dois Barreiros; posteriormente encaminha esta matéria-prima semi-elaborada à Companhia de Alimentos Cerrado Goiano, sediada em Goiânia, GO.

A COOPERJAP teve uma atuação marcante ao estabelecer a necessidade de gerir melhor o processo de catação, exigindo um padrão mais apurado de qualidade no processamento da polpa e organizando os catadores e revendedores de forma a inseri-los de modo estável no mercado. Derivou desta atitude da COOPERJAP de organizar os produtores e revendedores, uma articulação por meio de uma rede de comercialização, viabilizando o acesso a diferentes mercados. Reduziu-se assim, de forma mais eficiente, a relação de dependência que havia entre os catadores e os chamados atravessadores, sem eliminar a participação deste no processo de comercialização.

Assim, a organização dos catadores pela Cooperativa possibilitou a estes auferirem ganhos oriundos da economia de escala. A escala de comercialização aumentou a competitividade dos catadores e aumentou o seu poder de barganha.

O comprador local atacadista instala-se normalmente ao longo da BR-135, montando uma barraca utilizada como entreposto comercial. Mantém relacionamentos comerciais com os compradores atacadistas externos, principalmente aqueles que não mantêm ponto de compra na cidade ou que não têm acordos prévios pactuados com os compradores locais. Em poucas ocasiões atua como varejistas no pólo regional de Montes Claros como fornecedor a sacolões e feirantes. Mantém relações comerciais também com a COOPERJAP.

Os compradores atacadistas externos têm duas estratégias de atuação diferenciadas. A primeira é a de instalar-se na cidade e atuar diretamente na transação de compra; a segunda é a de pactuar acordos de compra com os

compradores locais, apresentando-se na cidade somente no momento de carregar os caminhões. Porém, agem de forma semelhante na comercialização, vendendo para os sacolões e feirantes de Minas Gerais, Goiás, Brasília e Bahia.

A COOPERJAP atua comprando dos TRs ou PRs, transformando os pequis em conservas e comercializando-as para os supermercadistas mineiros. A Associação de Cabeceiras do Mangai compra o pequi dos TRs e PRs, transformando-o em licor, polpa, óleo e farinha, comercializando os subprodutos para os comerciantes de Minas Gerais, Brasília, Goiás e Bahia.

Uma preocupação se instala, ou seja, por ter uma importância econômica e por ser o pequi um produto que tem uma comercialização atraente e rentável, induz à transformação do seu espaço de obtenção. No limite, o monocultivo do pequi poderá torna-se uma opção perfeitamente adequada às necessidades do mercado, porém, não garantirá a preservação do cerrado da qual origina-se. Esta situação já é bastante percebida no cerrado de Japonvar, onde prevalece a lógica de não derrubar de forma nenhuma o pequizeiro, não tendo preocupação semelhante quando da derrubada de outras espécies nativas deste bioma.

São estes atores sociais sumariamente apontados travando suas inter-relações produtivas dentro da CEIP e os atores coletivos inseridos no ambiente organizacional, que também atuaram nos processos de intervenções dirigidos às associações dos Pequenos Produtores e Amigos de Japonvar – Appramigos, a dos Pequenos Produtores de Porteiras – Apport e a dos Pequenos Produtores de Cabeceiras do Mangai – Aprocam.

5.2 Appramigos – trajetória participativa e mudança de rumo com a intervenção

A Appramigos foi instituída em 28 fevereiro de 1985, tendo como finalidade, de acordo com seu estatuto, estabelecer um clima de confiança em torno da agremiação, atraindo os moradores a participar, de forma a conferir-

lhes qualidade representativa; outras atribuições, especificamente de responsabilidade do executivo municipal, à época da Prefeitura Municipal de Brasília de Minas, lhes são atribuídas, como “responsabilizar-se pela infraestrutura sanitária da localidade, zelando pelos serviços de abastecimento de água, esgotos sanitários, drenagem pluvial, limpeza urbana e controle de vetores” (Estatuto Social, Art. 2º, letra b).

Prevendo-se o caráter de atuação ativa da Appramigos na gestão administrativa do distrito, o estatuto expressa outra finalidade da associação, a de “prestar outros serviços à comunidade sob forma de ação comunitária, coordenando todos os programas de desenvolvimento e assistência social à comunidade” (Estatuto Social, Art 2º, letra d).

Depreende-se assim, da análise das finalidades estatutárias descritas anteriormente, que a Appramigos nasceu com funções claras de atuar como preposto direto da Prefeitura de Brasília de Minas. A motivação para tal delegação está no fato de Japonvar localizar-se a 53 km da comarca e pelo caráter briguento instalado neste distrito.

Na percepção dos fundadores da Appramigos, sua instituição informal se deu no final de 1984, sob o estímulo do extensionista à época da EMATER, sendo consolidada por outro técnico da mesma instituição, de nome Osmar Versiani. Um dos fundadores assim se expressa quanto à primeira reunião:

Aí ele foi me explicar o que era associação, porque no dia que ele me falou eu não sabia. Aí foi e nós ajuntamos. Era eu, o Apolinio, o Tonho do Carri, o Cipriano, Vicentão e Zulminha. Nós éramos sete pessoas. E fez a reunião, ali, onde tinha um pé de pequi, que agora fez um lote lá. Até o cara lavrou o pé de pequi. A gente fazia a reunião da associação ali. O povo ficava assim de longe, com medo, olhando, porque não sabia o que era (A12).

Como propósitos para a instituição, seus fundadores afirmam que foi “uma idéia de se organizar, de se unir para que tivesse mais força, mais

capacidade de barganhar, de lutar por seus interesses” (AI9). Para outros, a instituição da associação procurava unir as pessoas porque:

à época não havia nem agrupamento de pessoas, até que um dia chegou o técnico da EMATER de Brasília de Minas, Osmar, e propôs para a gente criar uma associação ali. Aí, juntamos as pessoas já com o propósito de agrupar e de fazer alguma coisa para melhorar a convivência aqui dentro. Porque a convivência aqui dentro era terrível naquela época. É tanto que aqui chamava Cacete Armado. Então, tinha era pau mesmo (AI3).

Pode-se perceber, confrontando-se as finalidades estabelecidas em estatuto com as manifestações relatadas em depoimento dos sócios fundadores da associação, que a organização do grupo em associação foi determinado pelos seguintes interesses coletivos: criar um clima favorável de convivência entre os moradores, regulação do uso dos serviços comunitários e o estabelecimento de uma instância para soluções de conflitos por meio do consenso comunitário.

A definição de interesses comuns a conquistar, a distância da comunidade do centro de decisão municipal e a não constância de visitas do técnico da EMATER estabeleceram as condições preliminares para uma efetiva participação, traduzindo-se em decisões da própria comunidade em buscar sua inserção no sistema. Gerava-se assim um caminho propício para a autopromoção da comunidade, tendo como desafio prioritário a redução do clima briguento da comunidade e, posteriormente, pela busca de reduzir suas carências e desigualdades. Ou, segundo um interveniente,

(...) esta associação da Apramigos foi uma das associações mais conhecida e renomada da região, porque tinha pessoas lá que faziam este trabalho verdadeiro do associativismo (IT1).

Várias ações capitaneadas pelos associados vieram a confirmar a capacidade e o interesse de autogerir a satisfação de suas necessidades. Primeiramente, assumiram o compromisso de reduzir o clima conflituoso na

comunidade, sendo resolvido segundo os depoimentos, via escola “uma vez que, a maioria dos moradores era composta por analfabetos ou semi-alfabetizados” (IT2), por meio de um grupo comunitário orientador, pela presença de um policial no distrito e pelas discussões coletivas travadas nas reuniões associativas. O primeiro presidente assim manifesta quanto à sua conduta na condução das reuniões comunitárias:

Quando eu era presidente da associação um chegava para contar um fuxico para mim, o cara chegava para contar um fuxico, eu anotava tudo. No dia da reunião eu colocava tudo. Não gostavam não, mas resolvemos foi assim, com sinceridade. Este trabalho aberto e transparente ajudou muito lá na associação. Para a gente resolver o problema, a gente tem que ser claro e aberto. Enfim, o trabalho foi para organizar e tentar acabar, amenizar as conversas que tinha aqui na vila antes, acabar com as brigas e graças a Deus acabou (IT2).

Quanto à busca pela melhoria das condições de vida da comunidade, pode-se verificar, em narrativa inserida em ata, como atuavam os associados da Appramigos. Revelava o secretário da reunião em ata, cuja ordem do dia tratava-se da discussão da proposição de um sócio, da necessidade de aquisição de uma ambulância e o modo encontrado para a arrecadação dos recursos necessários para atingir o fim desejado:

Os moradores vão ajudar com doações para ser leiloadas e com contribuições em dinheiro, (...) Ficou decidido que a ambulância será registrada em nome da associação e que, logo após ser adquirida, será feita uma comissão entre os moradores da nossa comunidade para coordenar o seu funcionamento (Ata da associação).

Outras ações foram realizadas pela Appramigos, como: construção e reformas, por meio de mutirão, de quase uma centena de unidades residenciais, a atuação determinante no processo de emancipação político-administrativa do distrito de Japonvar, a construção do prédio da sede da associação e aquisição de máquinas de costura, estes com o apoio financeiro da Visão Mundial.

Conclui-se, assim, que a associação da Apramigos foi instituída com uma política centrada nos próprios interesses, cuja essência é a busca do desenvolvimento de uma sociedade fíncada na noção de direitos e deveres. As regras de convivência democrática, como prestação de contas, rotação de comando e poder e controle deste, são percebidas em diversas atas. É neste ambiente participativo, onde os conflitos não são escamoteados e sim enfrentados de frente pela comunidade, que a associação Apramigos sofre a primeira ação de intervenção, tendo o protagonismo do governo do estado e baseada no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP/MG.

Caracterizou-se formalmente este programa por buscar, via financiamentos não reembolsáveis, investimentos e empreendimento de interesses das comunidades rurais mais pobres do Estado, tendo como meio o fortalecimento do processo organizativo e participativo das comunidades locais.

Podiam-se identificar duas fases bem distintas deste programa. A primeira caracterizava-se por incentivar a estruturação de uma gama de associações comunitárias, sustentadas apenas no interesse de receber os recursos de programas do governo estadual; a segunda pela implantação e execução das demais etapas do processo, realizadas exclusivamente por órgãos técnicos, como a COPASA, SUDENOR (hoje IDENE), EMATER e SETAS, ficando as comunidades como meras expectadoras silenciosas destas diversas ações, mesmo que no ideário dos intervenientes “a participação da comunidade” seja considerada de fundamental importância.

Estas ações indicavam um novo eixo para a atuação dos associados: antes da intervenção patrocinada pelo governo do estado, atuavam buscando conquistar a autopromoção coletiva, pelo próprio isolamento em que se encontravam; já estas novas ações indicavam para uma atuação passiva dos atores impactados, sendo estes meros expectadores de dádivas e de concessões. Retomava-se uma prática clientelista e de apadrinhamento histórica na região. É

neste contexto depositário dessas formas de atuação que desenrolaram-se as inter-relações comunicativas entre os intervenientes e os atores locais impactados. Assim, a partir de 1994 começou a se configurar a intervenção do Banco do Nordeste do Brasil dirigida a Appramigos.

O BNB é o principal agente financeiro do governo federal, para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Nordeste, parte do Espírito Santo e Minas Gerais, incluindo aqui o Norte de Minas Gerais. Tem como objetivos apoiar as atividades produtivas rurais e urbanas dessas regiões, como indutor da ação institucional, bem como estimulando a ação empresarial do município. Para tanto, recorre aos recursos financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo do Amparo do Trabalhador (FAT), traduzindo-os em programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF), financiando atividades produtivas do setor privado (agricultura, pecuária, agroindústria, mineração e turismo) das áreas de sua abrangência administrativa e o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

O PROGER é um conjunto de linhas de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento do seu próprio negócio, tanto na área urbana quanto na área rural. Procurava-se, com esta ação, reduzir a pobreza latente existente principalmente na região do semi-árido brasileiro, por meio de crédito, da capacitação gerencial do beneficiário e do acompanhamento e assistência técnica deste.

Vinculava-se a concessão do crédito e as suas ações à produção, à realização de parcerias com diversos órgãos das diversas esferas do governo e também não governamentais. Como parceiro principal para a intervenção na Appramigos, no distrito de Japonvar, o BNB alinhou-se à EMATER, Escritório de Brasília de Minas, uma vez que a localidade ainda era um distrito.

A notícia do PROGER financiando via BNB chegou a associação Appramigos por meio do técnico da EMATER-MG. Os atores impactados entenderam o programa como a oportunidade de construir unidades produtivas para beneficiar os seus produtos, com um financiamento a juros baixos, a longo prazo, com a garantia de comercialização de toda a produção gerada nas unidades industriais, com seguro e com a assistência e o acompanhamento direto do técnico. As informações indicavam para um programa em que fatores limitantes e dificuldades não se faziam presentes.

Nutridos por estes entendimentos, iniciaram-se as discussões com o técnico da EMATER sobre as possíveis oportunidades de negócio existente na localidade. O interesse principal local era a criação de gado de corte – o nelore, porém, o BNB não apresentava linha de crédito para financiamento deste interesse. Já a idéia corrente defendida pelos técnicos regionais, incluindo-se aqui o atuante junto a Appramigos, era de se introduzir na região uma bacia leiteira, cujo beneficiamento se daria por meio dos laticínios, construídos concomitantemente ao financiamento pessoal dos beneficiados.

A defesa para a introdução da vaca leiteira e, conseqüentemente, a produção leiteira no Norte de Minas, era sustentada tendo como argumentos a avaliação técnica definida em um modelo de desenvolvimento indicado pela Superintendência Regional e a visão que fiava-se na ampliação da unidade de leite da Nestlé e na criação do parque agroindustrial de leite da COOPAGRO, ambas em Montes Claros, como as avalistas do sucesso de se produzir leite na região. Outro fator, segundo um interveniente, determinante para a escolha da vaca leiteira foi que os

negociantes de gado influenciavam as associações, faziam uma pressão muito grande. Então, por exemplo, você tem ali uma associação, que tem um fazendeiro grande na região, que são negociadores de gado, que têm vínculo, que têm influência. (...) Por exemplo, tinha um fazendeiro ele era um cara negociante muito forte de gado, inclusive estava em

dificuldades financeiras, mas tinha aquele nome, aquela facilidade de lidar com os produtores. Então, ele entrou dizendo é gado de leite, vai dar certo, a gente vai trazer gado bom e foi influenciando. Era difícil o produtor pequeno ter uma condição de sair deste jogo, que virou o negócio” (IT6).

Os próprios técnicos projetistas reforçavam esta idéia ao criarem um consenso técnico, indicando a produção de leite como a grande saída econômica para a região. Atendia plenamente este consenso técnico o critério principal de avaliação dos projetos defendido pelo BNB. A respeito disso, assim manifestou um interveniente:

O Banco tinha uma exigência que eu acho que foi o que mais prejudicou e estragou os projetos, que era aquela condição técnica de capacidade de pagamento. Eles priorizavam a capacidade de pagamento em relação ao perfil. Eles visavam muito mais a capacidade de pagamento do que necessariamente o perfil da região. O que interessava, na verdade, era funcionar dentro do papel e, cá fora, quando dava errado, ou qualquer coisa não saía bem, eles falavam que era por culpa da associação ou do projetista (IT6).

Alinharam-se a este consenso técnico as habilidades persuasivas dos intervenientes, as estratégias dos grandes produtores e o interesse individual dos associados que, em última instância, era criar o gado. “Já que o dinheiro é para a vaca leiteira, que venha essa” (AI5). Vários sócios da Appramigos nunca haviam criado sequer uma cabeça de gado em toda a sua vida e a abertura desta possibilidade levava-os a entusiasmarem-se com a idéia, uma vez que esta condição de “criador de gado” lhes propiciaria, de imediato, uma ascensão social na estrutura local. Outros AIs, com o objetivo de receber o dinheiro e aplicá-lo em outros investimentos ou outras necessidades, contribuíram para reforçar a formação da opinião e da decisão coletiva.

Especificamente quanto às habilidades persuasivas do interveniente, um relato de um produtor é bem ilustrativo de tal ação:

(...) e ele veio com aquela história, fazia o orçamento lá e fazia o quadro lá na parede riscando com o giz. Fazia o retrato das vacas, fazia o retrato dos peitos da vaca, fazia o retrato do homem com botina e chapéu tirando o leite da vaca, fazia o retrato despejando o leite no laticínio. Ai ele fez o preço do leite e aí nós engrenamos neste negócio, entusiasmos, porque o dinheiro é muito difícil, então nós entusiasmos (A12).

Consolidava-se assim a idéia original do BNB, da vaca leiteira como a grande oportunidade de negócio. O técnico da EMATER procurou a agência do BNB e apresentou a proposta inicial de financiamento. O Banco a analisou preliminarmente e autorizou a elaboração do projeto dentro das suas exigências normativas. Após a montagem do projeto, este foi à análise quanto à sua viabilidade econômica. Foram identificadas nestas etapas as possíveis receitas a serem geradas e, a partir destas, foi confirmada a capacidade de pagamento dos proponentes, sendo o projeto considerado viável economicamente. O projeto foi aprovado e, conseqüentemente, liberados os recursos para os financiamentos individuais e também para a implantação da unidade de beneficiamento de leite pela Appramigos.

Já no recebimento dos recursos junto ao BNB, na percepção de um associado da Appramigos, havia alguma coisa de estranho e assim se manifestou:

Aí, um dia, saiu o dinheiro. Ai no dia que saiu o dinheiro, lá dentro do Banco, pode perguntar ao Joaquim de Nego, eu falei para ele: este negócio não vai dá certo. Ele perguntou por quê. Respondi: porque o Banco emprestou muito dinheiro para comprar pouco gado (A12).

Assinados os contratos de financiamentos, iniciaram-se tanto as ações individuais visando ao cumprimento dos indicativos no projeto – compra da vaca leiteira girolanda, plantio de cana, capineira, pasto, cerca, curral e maquinário, quanto às ações coletivas da associação, realizando os trabalhos de

contratar a edificação da estrutura física e a aquisição dos equipamentos, estas sempre acompanhadas pela EMATER.

Nesta fase de implantação do projeto, começaram a surgir os primeiros problemas. Quanto ao gado adquirido, um dos intervenientes assim percebia esta situação:

O animal era só gado de descarte do Triângulo Mineiro, só descarte. Eu sei disso porque, como veterinário, eu fazia exames de brucelose. No início não exigia-se nem o exame de brucelose, depois começaram a exigir, porém, começou a aparecer atestados falsos. Aí exigiram um veterinário da região. Então veio só refugo. Na época teve uma crise de preço no Triângulo Mineiro. Eu fiz exame de gado, que chegou a ser comprado por R\$ 200,00 no Triângulo Mineiro, sendo vendido por R\$ 500,00, R\$ 600,00 na região. Quando você chegava com um animal bom, mais caro, o produtor não queria, porque ele queria o troco e o BNB sabia que havia o troco e não admitia (IT6).

Quando à unidade produtiva – laticínio, no final de sua edificação, apresentou-se ao local o agente do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), identificando um conjunto de irregularidades e determinando a impossibilidade do funcionamento do laticínio. Esta situação foi assim lembrada por um técnico,

(...) o ponto crucial disso tudo é que a unidade que foi construída, apesar de já existir uma legislação, mas até então, ninguém olhava para essa legislação. O Instituto Mineiro Agropecuário - IMA começou a cobrar que atendesse a legislação para a produção de leite. O que eles já tinham pronto, para que se atendesse essa normativa, teria que mudar a estrutura física do local (IT1).

Como tentativa de encontrar uma saída para o impasse, um dos intervenientes envolvidos posteriormente no processo sugeriu a formação de um grupo de fornecimento de leite à COOPAGRO. “Foi estabelecida a rota, iniciou-se a operação, porém, por poucos meses, uma vez que os preços ofertados pelo laticínio de Montes Claros eram irrisórios” (IT1).

O gado no campo continuava recebendo os cuidados de gado comum, rústico, o conhecido na região, uma vez que a maioria dos pequenos produtores não tinha experiência neste tipo de atividade e não havia entendido plenamente a exigência especial de manejo para este animal. O espanto de um produtor traduz isto muito bem quando diz:

Eu acho, quando o Banco tem de soltar o dinheiro para as pessoas na zona rural, se falar que vai soltar dinheiro, eles acham que o projeto é bom. Mas, primeiro, quem vai soltar o dinheiro, tem de verificar se a região oferece condição para criar este gado. Este é um tipo de gado que não sabe beber água nem nos rios; é um gado que só bebe água em cocheira, o clima não é bom para ele (A14).

Em relação ao resultado do projeto, os intervenientes e atores impactados entrevistados consideram-no marcado pela grife de mal-sucedido. O maquinário parado, a não geração de renda e não melhoria dos meios de vida da população local e a geração de uma dívida difícil de ser paga pelos denominados “beneficiários”, bem como pelo afastamento dos associados das ações associativas, são fatores que podem atestar esta situação. Porém, um novo projeto é introduzido, repetindo-se o mesmo caminho, como pode ser visto na intervenção dirigida à Associação dos Pequenos Produtores de Porteiras – APPORT.

5.3 APPORT – a repetição de uma história

A Apport foi instituída em 1993, com a finalidade de receber os recursos do governo do estado via PAPP/MG. As finalidades estabelecidas no estatuto confirmam claramente aquela opção. São elas:

1. congregar instituições e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio-econômicas da comunidade;

2. promover a busca de recursos materiais e humanos na comunidade e ou fora dela, para execução das atividades comunitárias;
3. prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade;
4. representar as necessidades e opiniões da comunidade junto a instituições e órgãos públicos ou privados que, de uma maneira ou outra, possam influir na vida comunitária;
5. promover eventos sociais e recreativos.

A notícia do PROGER/BNB chegou à comunidade por meio de um projetista indicado pelo BNB. Este profissional pertencia a uma empresa especializada em projetos agropecuários e agroindustriais, prestadora de serviços ao BNB e sediada em Brasília de Minas. Segundo o presidente da associação, o negócio proposto era o seguinte:

(...) na época, o BNB andou na nossa comunidade e ofereceu tudo de bom. Ofereceu o projeto, parecia que o projeto era bom, era de uma vaca preta para tirar leite, fazer queijo, fazer cachaça, farinha. Tudo nós fizemos, tudo nós fizemos. Estão aí as provas, estão aí para você vê. Está aí oficina de farinha, as vacas pretas não estão aí porque morreram; não choveu mais, os rios secaram, você pode vê aí. Não tem mais nenhum cidadão que tem as vacas pretas, morreram todas. Nós fundamos a associação em torno de amigos para criar o desenvolvimento em nossa comunidade, trazer mais união, mais paz e tudo foi dando certo até esta ocasião, até este momento (AI4).

O projeto apresentado a Apport era denominado de “projeto integrado”, por conter um conjunto de atividades interdependentes e atendida, segundo os intervenientes envolvidos, a dois propósitos claros. O primeiro era o de conferir ao projeto a possibilidade de preencher o requisito de viabilidade econômica e capacidade de pagamento junto ao BNB. No caso em estudo, foram definidas como atividades a criação da vaca girolanda, a implantação de um laticínio, a produção de cachaça e uma unidade de produção de farinha de mandioca. O outro propósito do projeto integrado feito pela empresa de planejamento

era o de atingir o teto máximo do projeto em recursos. Com o teto máximo, mais recursos entrariam para a empresa. Você vê lá a estrutura ociosa, o cara bota lá leite com farinha, rapadura. Você vê lá um monte de estrutura congregada naquilo ali. Várias atividades e, ao final das contas, nenhuma funciona. O pessoal fica abandonado, ninguém dá assistência para o camarada. A gente que está aqui, que de vez em quando está junto com eles mais ali (IT1).

A aprovação do projeto integrado não apresentou nenhuma dificuldade junto aos 22 associados da APPORT. Somente um questionamento havia sido levantado: se não poderia ser financiado o gado nelore. O projetista descartou a possibilidade, tendo em vista não haver linha de financiamento para esta atividade pretendida e por esta não atender aos critérios de viabilidade econômica e capacidade de pagamento indicado pelo BNB. Porém, isto não representou um impeditivo. Os “beneficiários” acreditavam nos cálculos dos técnicos e no êxito do projeto, uma vez que havia, inclusive, a garantia de compra para toda a produção de cachaça, de farinha e para os queijos que seriam produzidos no laticínio. Apoiado nesta certeza e porque

(...) todas as pessoas querem trabalhar e desenvolver, né? E na época sentamos com a comunidade inteira, discutimos, parecia que o projeto era bom. O projeto para vender leite, vender queijo, a cachaça engarrafada, porque nós lá já produzíamos a cachaça. Ter o comércio para vender, parecia que o projeto era bom, a gente iria desenvolver (AI4).

As dificuldades enfrentadas pelos associados da Appramigos com o manejo das vacas girolandas, com as condições edafoclimáticas e aquisição dos animais repetiram-se em gênero, número e grau agora com os sócios da Apport.

Acrescenta-se aqui mais um problema originado pelo não cumprimento da aquisição da produção. Conforme relatam os moradores, não foi cumprido o consenso pactuado durante as conversas preliminares para aprovação do projeto, ou seja,

(...) no que eles falavam parecia que era bom. Era criar uma fábrica de queijo produzir, a própria fábrica de cachaça. O que eles falavam era bom, mas o que eles falaram não cumpriram. Eles falaram que iria criar uma engarrafadora de cachaça em Brasília de Minas, que lá tinha onde você vender a cachaça, mas como não foi criada, então ficou parado. Nós ainda produzimos a cachaça; se o BNB ainda criar a engarrafadora, nós garantimos vender a cachaça para ele. Ele fez a proposta e soltou o dinheiro, mas, ao mesmo tempo, está afundando o nosso produtor (AI4).

O resultado global deste empreendimento pode ser muito bem exemplificado com os seguintes depoimentos de intervenientes e dos sócios da Apport:

A associação foi bem até a chegada do BNB, inclusive recebemos o plano PAPP, recebemos luz e tem várias coisinhas que a gente vem recebendo e a gente também procura trabalhar, fazendo horta comunitária. O mal nosso foi ter entrado no BNB, que estamos afundado (AI5).

O BNB fez a proposta e soltou o dinheiro, mas ao mesmo tempo, está afundando o nosso produtor (AI5). e, até hoje, eu vejo zero como resultado (IT2).

A maioria dos entrevistados, em suas manifestações, rotula os processos de intervenções dirigidos à Appramigos e Apport como mal-sucedidos. E, quando indagados, não vacilam em mencionar uma gama de fatores que contribuíram para tal insucesso.

5.4 O insucesso dos projetos do BNB na percepção dos envolvidos

Contribuíram para o insucesso do projeto vários fatores, segundo a percepção dos intervenientes e atores impactados. São eles:

1. O projeto não foi discutido de forma clara; recorreu-se mais às estratégias de persuasão do que à procura de veracidade dos pressupostos. Nas palavras de um interveniente:

A atividade chegou de pára-quedas para a associação. Eu acredito que a proposta não foi bem discutida; poderia ter sido mais amadurecida, uma vez que na própria região já tinha situação semelhante que era problema. Eu acho que tinha que ser mais enunciada, conversada, mais discutida (IT1).

2. Os beneficiários não tiveram orientação quanto à compra dos animais, bem como sobre o manejo dos animais

(...) faltou conhecimento do produtor na alimentação do rebanho, o gado morreu, houve animais ruins ao comprar, houve animais doentes, animais velhos ao comprar, animais sem qualidade que o momento exige. Mas, o gado, além desses problemas, a outra parte, o animal morreu de fome, por não ter consciência o produtor. Pensou que era o gado de criação tradicional, que ele tinha lá. É um animal que requer um melhor trato no dia-a-dia (AI6).

3. Não tinham experiência no manejo do crédito a curto e longo prazo, uma vez que não tinham clara a projeção dos benefícios que pensavam retirar do investimento, e pensavam da seguinte forma:

Ah, é bom, porque a partir de amanhã mesmo eu vou ter dinheiro no bolso (AI6).

4. Acreditaram demais no conhecimento do técnico e este não foi veraz em suas proposições. Assim manifestam vários depoentes:

A gente confiou no técnico que iria dá certo. A proposta dele iria dá certo, que eles tinham feito tudo certinho, os cálculos que ele fez ia dar certo. Eles diziam que era um gado que dava muito leite, mas foi assim que o gado não adaptou a região (AI5).

Outros complementam este posicionamento:

(...) eles conhecem tudo, são estudados para isso, deram cursos aqui, deu treinamento e ensinou tirar leite, então eles deviam saber que o gado não iria dar certo aqui (AI7).

“(...) porque quando a gente está em dúvida, procuramos ele para esclarecer direito, pois é o dono do conhecimento (AI8).

5. A ausência de estudo prévio para determinar a quantidade possível de criadores de vaca leiteira e de unidades produtivas para não comprometer a competitividade.

O BNB exigia que tivesse uma unidade de beneficiamento, obrigatoriamente, porque, segundo eles, iria agregar valor. Só na região de Brasília de Minas havia mais de 100 associações comunitárias. Você imagina se de 100, 30 pegassem projetos iguais, na mesma área. Obviamente, o que eles produzissem não iria ter mercado. A visão que eu tinha era esta: não iria ter condição de todos fazerem a mesma coisa, ou teria que juntar em uma coisa maior, ou teria que padronizar. Ainda por cima, no caso do leite, que estava ocorrendo uma mudança muito grande na legislação e perfil de mercado que era a concentração. A partir de 1996 e 1997, o Brasil vinha concentrando todas as usinas pequenas de leite. Estas vinham sendo compradas, incorporadas por grandes empresas, sobrando somente três ou quatro empresas maiores no Brasil” (IT6).

6. Identificavam a vaca leiteira - (girolanda) como um animal vulnerável às condições edafoclimáticas locais e como a responsável pelo insucesso do projeto. A respeito disso, uma gama de participantes do processo de intervenção se manifestou:

O problema é que o gado, este não adaptou à nossa região. Esta é muito seca, o gado vindo do Sul de Minas, uma região que chove. Chegou aqui, o gado estranhou (AI1).

A gente vive em uma região que não teria condição de criar a vaca preta. A decisão foi da associação, mas nós, na presença deles, parecemos uns bestas. Fomos induzidos pelos outros (AI9).

7. Outros fatores são identificados como contribuintes para o insucesso deste projeto: a seca que assolou o Norte de Minas Gerais no período e a alta dos juros dos financiamentos. Assim, um dos atores impactados vê o fator juros:

(...)Mas, havia um fator que talvez não tenha sido estudado, àquela época, uma variável no processo: as constantes elevações dos juros. Estavam os juros então delimitados como índices pós-fixados, este tornou alvo dele mesmo. Elevou significativamente os saldos devedores dos financiamentos” (IT3).

Quanto à seca, o Decreto 006/97 de janeiro de 1997, estabelecendo o estado de calamidade pública em todo o território do município de Japonvar, indicou a visível anormalidade social estabelecida pela prolongada estiagem.

8. O desvio de parte do montante de recursos liberados para implantação do projeto, em outros gastos estranhos ao empreendimento.

O banco financiou o curral, financiou a cerca. Os produtores, indiretamente, na sua maneira de administrar, tiraram um pouco para a moradia. Têm alguns clientes que tiraram um pouco para a comprar uma moto (IT3).

9. Dificuldade na comercialização da produção, uma vez que não foi viabilizada nenhuma infra-estrutura de comercialização nem foi estruturado nenhum ponto de informação nesta região.

A associação tem lá hoje 8.000 litros de cachaça, mas não tem comércio, não tem aceitação Vender aonde? (AI4).

10. A correria desenfreada para a implantação dos projetos. Não foi elaborada previamente uma reflexão sobre os problemas comuns da comunidade, suas causas e alternativas de solução, e a partir daí, gradualmente, ir experimentando ações exitosas, passo a passo ir resolvendo os problemas levantados. Conforme observa um entrevistado:

Na agência de Brasília de Minas principalmente tinha um gerente que estava cobrando agilidade, cobrando muita produção. E o BNB, praticamente já definia qual era o perfil daquela associação. E na região não se tem a cultura de se discutir e trabalhar de maneira coordenada todas as ações. Na verdade, sinceramente, não foi discutido nada sobre desenvolvimento. O negócio foi o dinheiro está no Banco e nós temos que gastar” (IT6).

O que ocorreu, segundo os relatos dos ITs e AIs, neste período, foi um conjunto de ações e pessoas não comprometidas com o êxito do empreendimento. O formulador do projeto estava mais preocupado em atender à normativa do BNB quanto ao critério da capacidade de pagamento e ampliar o valor de sua comissão atingindo o teto do investimento, do que com a questão do funcionamento e, conseqüentemente, com a melhoria dos meios de vida da população local.

Quanto ao BNB, em termo discursivo, buscava, no curto prazo e no campo das idéias, reduzir a pobreza acentuada da comunidade, via crédito, financiando inovações técnicas e de infra-estrutura. Pretendia também formar as bases para a aquisição por mão-de-obra, melhorando o nível de renda e, conseqüentemente, o padrão de vida na cidade de Japonvar. O que se viu na prática foi uma correria desenfreada para aplicar os recursos e, como conseqüência, projetar o BNB como órgão financiador do desenvolvimento local, resultando em empreendimentos parados, como as unidades produtivas de leite da Appramigos e Apport e na valorização do agrupamento de pessoas em

detrimento ao associativismo destes. Depoimentos de intervenientes deixam este interesse às claras:

O Banco do Nordeste, por sua vez, não estava preocupado até então. Hoje começou a mudar, se estava funcionando ou se não estava ou se estava sendo feito de maneira correta. Uma vez que a função dele era só de repasse do dinheiro (IT1).

O BNB queria mostrar serviço e para mostrar serviço tem que correr e tinha muito dinheiro. Então, eu acredito que o BNB, no início, ele queria era mostrar serviço, eu acredito que ele quis fazer um troço totalmente isento desta preocupação com o desenvolvimento (IT6).

Os demais intervenientes afastaram-se do processo como se aquilo não falasse a respeito de toda a comunidade, como se fosse apenas de responsabilidade da associação e do BNB. Assim relatam a respeito dois intervenientes:

O grande problema, o risco, ficou entre o BNB e os produtores. As outras pessoas do processo tinham aquela responsabilidade moral, que não contribui hoje para resolver o problema” (IT3).

Ninguém é responsável, ninguém tem culpa; cada um quer jogar a responsabilidade sobre o outro (IT4).

Como ações corretivas para os fatores identificados como os contribuintes para o insucesso do empreendimento, o BNB tomou três iniciativas: a instituição do Farol do Desenvolvimento, a capacitação de funcionários para atuarem como Agentes de Desenvolvimento e

(...) em alguns casos, na maioria deles, o governo federal, sentindo que teve também uma parcela de responsabilidade sobre o processo e com a moeda estável, introduziu mudanças por meio das leis 10.177 de 13.01.2001 e 10.464 de 27.05.2002 para renegociação do débito. Esta Lei 10.464, ela concede, para alguns casos, cada caso tem que ser estudado pelo Banco, porque ela [renegociação] tem toda uma

orientação, um [produtor rural], tem até algo em torno de 48% de desconto (IT3).

Os agentes de desenvolvimento tinham como função acompanhar as implantações das ações do BNB ligando efetivamente a atuação financeira deste órgão com a responsabilidade de efetivar políticas garantidoras do desenvolvimento e da participação local.

O Farol do Desenvolvimento foi instituído como um espaço de discussão e viabilização de soluções relativas ao desenvolvimento sustentável do município, harmonizando as cadeias produtivas desde a infra-estrutura, produção, comercialização e inserção em esferas maiores da economia – os mercados nacionais e internacionais (Documento BNB – Farol do Desenvolvimento). É uma atividade empresarial do BNB que tem caráter indutor, tanto da ação institucional, quanto da ação empresarial do município, destinado a fazer emergir um ambiente favorável à capacidade empreendedora da comunidade.

São vários os objetivos do Farol do Desenvolvimento inseridos em documentos do BNB divulgador desta ferramenta:

1. viabilizar as vocações econômicas locais propiciando ainda a elevação da competitividade das atividades econômicas;
2. estruturar as cadeias produtivas desde a produção, infra-estrutura e comercialização;
3. integrar conjuntos de municípios próximos e com características semelhantes (mesorregiões) para solução de problemas estruturais;
4. promover a inserção competitiva dos agentes produtivos no contexto econômico nacional e mundial com a ampliação do mercado dos produtos locais;
5. identificar oportunidades e concretizar negócios para o BNB e para a comunidade;

6. integrar as diversas intervenções locais praticadas pelo BNB: capacitação, crédito, captação, crédito e serviços financeiros;
7. capacitar os agentes locais para a condução do processo de desenvolvimento;
8. desenvolver uma visão de futuro compartilhada do município observando indicadores de desenvolvimento com evolução positiva.

Compunham o Farol do Desenvolvimento os agentes com envolvimento e ou com responsabilidades por ações visando o desenvolvimento econômico e social do município. De forma geral, engloba toda a sociedade organizada e membros do poder legislativo, executivo e judiciário. Também é indicado como um de seus membros as associações de moradores.

Mesmo sendo uma simples reedição dos Comitês Municipais do PROGER, o Farol do Desenvolvimento trazia em sua concepção a idéia de criação de um espaço de comunicação compartilhado, onde pudessem ser manifestadas as idéias do conjunto da sociedade e, principalmente, a voz daqueles que foram ou seriam impactados por ações de iniciativa do BNB. E mais, buscava em essência, sair das fronteiras estruturais do BNB para as discussões em espaços coletivos.

Os intervenientes participantes das reuniões do Farol do Desenvolvimento falaram das reuniões do seguinte modo:

Ela teve uma grande importância para certos públicos, porém quando reúne com os Presidentes de Associações e lideranças comunitárias e começa a falar muito difícil, globalização, algumas coisas muito difícil assim, onde não foi explicado para o pessoal ainda o que é isto, eles não entendem” (IT4).

Para outros, a execução de atividades era o ponto fraco das reuniões, uma vez que

“o pessoal vinha jogava aquilo ali, desovava aquilo, saía, ia embora e deixava a bomba na mão da gente aqui. Tem que haver um acompanhamento do processo, definir as ações e fazer uma agenda de compromisso” (IT1).

Outros indicavam o Farol do Desenvolvimento como um estimulador para o surgimento de idéias e como um orientador para as descobertas das potencialidades locais.

Quanto aos atores impactados, há um silêncio profundo a respeito do Farol do Desenvolvimento. Dentre todos os associados entrevistados, somente dois participaram de alguma reunião promovida pelo BNB, porém, estes não tinham nenhuma lembrança sobre o referido encontro.

A análise das atas dos dezesseis encontros realizados em Japonvar pelos agentes de desenvolvimento do BNB, entre 04.05.1999 a 11.10.2002 revela absoluto silêncio sobre as dificuldades apresentadas pelos empreendimentos implantados na Apramigos e Apport. A identificação destes com o rótulo de mal-sucedidos, os débitos sobre as responsabilidades dos associados ou discussão de possíveis soluções em nenhum momento são relatadas em atas. Contudo, as falas dos depoentes revelam que estas questões eram tratadas repetidas vezes. Conclui-se, então, que as atas silenciaram a respeito destas questões por interesse interno do Banco do Nordeste do Brasil, órgão responsável pela redação das mesmas.

Extraí-se também destas atas a confirmação do engessamento das ações discursivas do fórum por meio de oficinas preestabelecidas pela central. Estas oficinas acabaram sendo o foco principal das atrações e dos compromissos funcionais dos agentes de desenvolvimento, acabando por absorver boa parte de seu trabalho em organizar ações para realização do fórum, ficando prejudicadas as discussões livres e criadoras.

Contudo, mesmo com estes equívocos, o Farol do Desenvolvimento acabou servindo como indicativo para solidificar as discussões que eram

realizadas anualmente com as associações, capitaneadas pela Prefeitura Municipal e EMATER, quanto às possibilidades da própria comunidade construir seu caminho para o desenvolvimento a partir dos recursos existentes em seu território.

5.5 Aprocam – trajetória de retorno à autopromoção

A Aprocam foi instituída em janeiro de 1989 com a finalidade estatutária, dentre outras, de “prestação de serviços que possam contribuir para o desenvolvimento técnico, social e econômico de seus associados e a melhoria das condições de vida de suas famílias” (Estatuto da Aprocam). Nas palavras dos seus associados o propósito da instituição da Aprocam resultou da:

(...) dificuldade de receber as coisas na zona rural, tinha uma dificuldade danada de receber energia elétrica, água canalizada e demais projetos que recebe através da associação. Nós reunimos debaixo do pé de pequi e começou a associação e que hoje está desenvolvendo. Ela começou com 20 associados e hoje ela está com quase 100 (AI10).

Outra associada ratifica as palavras anteriores quando fala:

(...) eu sei que o povo era muito desunido e através da associação se tornou mais unido. Inclusive, a comunidade nossa é unida através da associação, recebemos muitos projetos através da associação. Por exemplo, a energia elétrica, o trator com equipamentos e a ambulância (AI11).

Outro morador relata claramente como propósito da instituição da associação o de receber recursos vindo do PAPP/MG, no seu discurso ele diz:

A associação foi adquirida, eu vou falar do princípio. Mas o JS falou, mas não falou do acontecido. Quem saiu para ir correr atrás fui eu e o Zé Clídio. Ai nós fomos ao Prefeito em Brasília de Minas pedir a luz para o nosso lugar. Ai ele respondeu para a gente assim: que não tinha

condição de por a luz, aí eu respondi que ele havia prometido. Ele disse que havia prometido, mas depois ele foi ver que não tinha condição. Aí eu falei que ele havia colocado luz no povoado. Qual é o motivo? Aí ele disse: você vai formar uma associação lá, aí vocês formando ela e pela associação você faz um projeto e a luz vai. Vocês fazem um projeto e eu assino para vocês, nós ajudamos vocês. E, a partir daí que nós fizemos os projetos de luz, do salão, aí foi continuando e vindo. Já tem o trator, tem gradeadeira, ambulância, horta e hoje saiu esta fábrica, eu não posso alcançar muito tempo, mas vai servir para os outros alcançar (AI12).

Concomitantes às ações compensatórias e não reembolsáveis do PAPP/MG, exatamente no dia 05.06.1995, conforme ata da associação, apresentou-se ao local o projetista do BNB, propondo um projeto de desenvolvimento integrado para a comunidade. A comunidade votou contra a proposta e não se integrou ao PROGER. Segundo os depoentes, foi a decisão mais acertada até hoje tomada pela associação, pois comparada às outras associações do município, a deles não se encontra endividada.

Contudo, foi o desinteresse do projetista ao perceber a ausência completa de infra-estrutura local, inclusive a ausência de luz elétrica na comunidade, o fator determinante para a não efetivação do acordo. Ao ver que o projeto não lhe ofereceria um ganho compensatório, começou a trabalhar com o fim de desencorajar a comunidade a decidir favoravelmente a proposta.

Somente a partir de setembro 1997, a comunidade de Cabeceira do Mangai foi contemplada com o projeto de eletrificação rural e com o trator e equipamentos. O trator transformou-se no principal indutor de transformação na comunidade. Primeiro, porque o interesse em utilizar o equipamento fez aumentar significativamente o número de sócios; segundo, necessitou estabelecer as normas de uso do trator e equipamentos, ampliando as inter-relações e determinando um grau de organização maior dentro da associação.

No contexto municipal iniciavam-se, nesta data, as discussões sobre os possíveis caminhos para o desenvolvimento de Japonvar. O consenso sobre o

insucesso dos projetos indicados pelo PROGER empurrava para a busca de novas alternativas de solução para os problemas locais. Segundo o relato de um interveniente, o “insight” para a alternativa do desenvolvimento de Japonvar veio quando

(...) a gente passava em volta do asfalto e via ali as crianças vendendo o pequi, e observava aquilo ali. Eu percebi que o pequi poderia dar bem mais que estava vendo ali. Porque se tinha compradores ali, nós poderíamos fazer muito mais. Aí, andando mais, visitando as comunidades, aí a gente percebeu que tinha mais vendedores de pequi, vendendo uma quantidade maior, lá em Japonvar e em outras comunidades. Percebi também que o pessoal que estava trabalhando com o pequi, eles vendiam o pequi e, quando terminava a safra, ao invés de terminarem melhor, eles estavam terminando pior do que eles haviam começado (IT2).

Iniciaram-se formalmente as discussões sobre a utilização do pequi como recurso de desenvolvimento, como a chegada do extensionista da EMATER, em abril de 1998 à cidade de Japonvar. A visão do técnico da EMATER coincidia com a do alcaide local e esta harmonia de pensamento seria determinante para a implantação da Unidade de Beneficiamento do Pequi na Aprocam. Assim:

(...) apoiado pelo Prefeito, o Prefeito tinha uma idéia semelhante de está trabalhando a questão do pequi no município, ele tinha esta visão. A gente começou, nesta época, a buscar informação (IT1).

Diversas reuniões com os parceiros, como a UNIMONTES, Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Januária começaram a ser articuladas. Foram estabelecidos como objetivos preliminares o levantamento de informação a respeito do aproveitamento industrial do pequi e a busca por tecnologias para o beneficiamento do fruto do pequizeiro. As informações não eram abundantes, pelo contrário, havia uma escassez tanto de informações quanto de estudo a

respeito do aproveitamento do pequi. Contudo, o interesse determinante da prefeitura local, marcando reuniões, fazendo indagações e cobranças intensa aos parceiros internos e com

(...) o passar do tempo, a gente foi buscando informações, foi tentando abrir caminhos, conhecendo pessoas novas, pessoas diferentes, que também tinham aquele interesse pelo extrativismo e não só o pequi, mas com outros frutos do cerrado. As informações foram casando, a coisa começou a evoluir. Esta busca nossa começou a evoluir (IT1).

A recolha das informações levou a uma conclusão, isto já em 2000: não havia ainda uma tecnologia desenvolvida para o aproveitamento industrial racional do pequi. Esta certeza fez com que o eixo da procura mudasse de rumo.

Era necessário desenvolver uma pesquisa, tinha que se desenvolver uma metodologia que não tinha até então. Surgiu também o Sebrae no meio da história. O Sebrae e a Prefeitura celebraram um convênio com o CETEC – Centro Tecnológico do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e o pesquisador Lincoln Cambraia começou a desenvolver algumas ações no sentido de fazer um processo, visando o objetivo comercial do pequi. Estava focado no óleo, para extração do óleo, mas a gente conseguiu desenvolver uma linha de produção: para que se fizesse o óleo, o licor, o tempero e o pequi em polpa” (IT1).

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) continuava trabalhando firme no desenvolvimento de possíveis alternativas tecnológicas. Paralelamente a estes trabalhos, surgiu um convite para que a comunidade japonvareense participasse do primeiro encontro dos povos do Cerrado, em Goiânia. Foi à reunião uma comitiva de Japonvar. Nesta oportunidade ficou-se conhecendo a Empresa Cerrado Goiano, uma indústria alimentícia voltada para a industrialização da polpa do pequi. A parceria foi estabelecida entre o Cerrado Goiano e a Cooperativa dos Pequenos Produtores e Catadores de Pequi de Japonvar – COORPERJAP. A proposta executada era a seguinte: seria extraída a

polpa em Japonvar, acondicionada em vasilhames em condições adequadas e encaminhada à parceira em Goiânia, GO.

Os resultados da parceria, segundo a avaliação dos participantes, transformaram-se em um sucesso, por cumprir vários pressupostos importantes, como: o aproveitamento racional do pequi, a regulação do preço do pequi em Japonvar, a geração de empregos e o aumento da renda local.

A pesquisa do CETEC concretizou-se e nesta época foi sancionada pelo Governo do Estado a Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001 – Pró-Pequi, que cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais frutos e produtos nativos do cerrado. Ficam assim facultadas as condições legais para a habilitação na busca dos recursos governamentais para colocar em prática o projeto desenvolvido pelo CETEC.

Assim, por meio do Programa de Mobilização de Comunidade (PMC), da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), coordenado pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), apresentava-se a oportunidade para viabilizar o financiamento do projeto para aquisição das máquinas desenvolvidas pelo CETEC. Sanado o problema financeiro, a dificuldade apresentada era a inexistência de uma indústria para a produção das máquinas. De modo a transpor esta deficiência, o Extensionista da EMATER travou contatos com

(...) uma pessoa, um revendedor, lá de Marília, da Indústria de Máquinas Inox de Marília, SP, chamado Jorge. Era o revendedor; o dono era o Nélio. Eles estavam com um trabalho nesta região, voltado para esta questão do leite e frutas e já tinha montado em várias comunidades, inclusive no Colégio Agrícola. Falei o que eu estava precisando e ele falou que tinha estas máquinas. Eu fiquei na dúvida; se ele somente estava me querendo vender, eu tinha a preocupação que tudo saísse certo, da maneira certa, eu estava à frente do negócio. Eu pensei que a melhor solução era fazer o técnico do CETEC e o

revendedor das máquinas entrarem em contato. Ai eu consegui que os dois conversassem e, nesta conversa, conseguimos definir as características das máquinas (IT1).

Vencido o obstáculo inicial, necessitava-se buscar a parceria com a associação local. Dentre as 30 entidades atuantes no município, a Apocam foi selecionada, pelos seguintes motivos: a regularidade documental, o alto grau de participação e organização da comunidade, além de deter a experiência na coleta, comercialização e transformação do pequi.

O projeto foi negociado nas seguintes condições: seria realizado um financiamento não reembolsável para a aquisição das máquinas e a capacitação dos associados; quanto à construção da unidade produtiva, esta ficaria a cargo da associação. O valor total do contrato ficou estabelecido em R\$ 201.628,00, dos quais R\$ 100.032,00 eram do Programa de Mobilização de Comunidades (PMC), sendo R\$ 91.432,00 para a aquisição de máquinas e R\$ 8.600,00 destinados à capacitação. A contrapartida da associação ficou estabelecida em R\$ 101.596,00.

Os recursos para aquisição das máquinas foram liberados e a comunidade começou a execução da sua parte, a construção física da unidade produtiva. Mutirões, contribuições, mas a obra andava a passos lentos, devido à total escassez de recursos providos pelos associados. Neste meio tempo, foi publicado o edital do Programa de Pequenos Projetos (PPP), do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), atuante na área de conservação da diversidade biológica em ecossistemas florestais, aquáticos ou semi-áridos.

A associação concorreu com o projeto elaborado pelo técnico local da EMATER. Relataram-se o financiamento recebido do SERVAS e as dificuldades que a comunidade estava tendo para concluir a Unidade de Beneficiamento do Pequi (UBP) e requereu-se o financiamento para a conclusão

da obra, o que foi aprovado no início de 2003. Isto possibilitou obter os recursos necessários para o término das obras e o início do processo produtivo. Neste mesmo ano, articulou-se o primeiro seminário do Pró-Pequi, cuja essência era a discussão coletiva sobre as possibilidades estabelecidas na Lei 13.965 e a construção de uma agenda de compromisso. O objetivo era conscientizar os participantes de que o programa por si só, mesmo que instituído em lei não transforma a realidade local sem a participação efetiva da comunidade sobre a qual recaem os possíveis benefícios.

Também neste momento o projeto de instalação da UBP foi apresentado à Visão Mundial. A participação desta entidade no processo de instalação da Unidade concretizou-se pela garantia dos recursos para implantação do viveiro de plantas nativas do Cerrado, embora a sua participação na comunidade se perceba desde a instituição da associação, porém mais dirigida ao apadrinhamento de crianças. Para tal participação assim se manifesta uma interveniente:

(...) lá em Japonvar, a economia maior é o pequi. Você vê, é uma planta do cerrado que não necessita muito de chuva nem nada e produz lá sozinho. Então, as famílias aqui e do município de Japonvar, elas vivem catando o pequi e vendendo. Aumentando o número de pequizeiros, aumentará a renda dos catadores de pequi e com isso melhorará a vida dos seus filhos. Aí, nós achamos por bem, juntamente com a EMATER lá, eles fizeram o projeto, porque o PDA (Programa de Desenvolvimento de Área) da Visão Mundial, a gente trabalha em cima de um planejamento. Então, a gente fez o planejamento do ano passado, a gente incluiu o viveiro para fazer muda lá no município de Japonvar (IT5).

Outros dois ITs passam a atuar diretamente na consolidação da UBP, o BNB e o SEBRAE. O primeiro, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sinalizando para a possibilidade do financiamento dos AIs, para que estes criem estruturas para a

melhoria do processo de transporte do pequi – aquisição de carroças e junta de boi – e o próprio financiamento do período de entressafra, tendo o aval da COOPERJAP.

Quanto ao SEBRAE, ele deflagra ações com o propósito de iniciar a implementação de uma estratégia abrangente de promoção e valorização da cultura do Pequi, organizando uma base mínima de informação, sensibilizando e capacitando alguns dos principais agentes inseridos na cadeia produtiva do pequi, bem como construindo um plano de ação para o segmento.

Os AIs envolvidos nesta ação referem-se a ela como um resultado de conjugação de forças, um rompimento com as práticas anteriores em que se colocavam como agentes passivos da sua própria realidade. Os intervenientes indicam para construção de uma conduta inovadora rompendo com o imobilismo indicado por parâmetros normativos das suas instituições. Manifestam-se assim a respeito:

(...) tive muita dificuldade para mexer com isto. Não tinha esta informação, não sabia onde buscar, como buscar e a própria empresa não tinha isto e ela mesma limitava muito esta questão. Até hoje me sinto um pouco limitado, porque não tem uma liberdade de ação total, dentro daquele foco que você está buscando, está querendo. Você está vendo que aquilo é importante. Primeiro, o apoio devido, porque dentro da empresa não tinha ninguém que trabalhava esta área, com a visão econômica que a gente estava tendo e não tem até hoje. Segundo, porque a empresa não tinha uma prioridade para esta área do extrativismo, apesar de que o foco dela é a agricultura familiar, e se o foco é a agricultura familiar, tem que tratar os produtos que a agricultura familiar está tratando, está trabalhando (IT1).

Permitiu as informações dos atores envolvidos nas ações de intervenções dirigidas às três associações, reconstruir as falas, ações e propósitos desses processos. A partir deste contexto, procurou-se entender os discursos, destes mesmos atores, sobre unidades referentes como: a comunicação e a intervenção.

5.6 As percepções dos ITs e AIs sobre os significados de intervenções e comunicação na Appramigos, Apport e Aprocam

Apoiado nos discursos nas linguagens dos atores intervenientes (Its) e atores impactados (Ais) têm-se as asserções articuladas nos discursos as quais foram sumariadas no Quadro 2.

QUADRO 2 - Demonstrativo sintético das asserções articuladas nos discursos dos ITs e AIs referentes as intervenções dirigidas a Appramigos, Apport e Aprocam

Unidade referente	Redução do significado para os ITs	Redução do significado para os AIs
1. Consciência dos Ais	A) Consciência ingênua B) Consciência transitiva C) Consciência crítica	A) consciência transitiva
2. Consciência dos Its	A) Consciência crítica	A) Consciência crítica
3. O Cerrado	A) Provedor de recursos e possibilidades	A) Lugar de nascer, crescer e viver
4. Propósito do processo de intervenção	A) Buscar o aumento de produtividade e renda B) Distribuição da renda, diálogo e consenso	A) Provedor do desenvolvimento
5. Participação dos AIs	A) Ouvinte passivo B) Atuante em espaço comunicativo	A) Atuação dependente
6. Tecnologia	A) Produtividade e qualidade	A) Facilitar o trabalho
7. Desenvolvimento	A) Dimensão econômica B) Dimensão social e Humana	A) Dimensão econômica e humana
8. Comunicação	A) Realizada por meio de códigos privados B) Realizada por meio de códigos públicos	A) Conjunto de informações a receber.
9. Agregação ao processo	A) Imediato	A) Imediato

de intervenção.	B) Gradual	
10. Intervenção protagonizada pelo BNB – Appramigos Apport.	A) Burocrática	A) Não compromissada
11. Farol do desenvolvimento	A) Espaço comunicativo	A) Desconhecido
12. Intervenção protagonizada pela Prefeitura e EMATER.	A) Compromissada, presente no dia-a-dia	A) Aproveitamento do saber, do potencial local e compromissada
13. Lei Pró-Pequi	A) Espaço comunicativo	A) Espaço de discussão de lideranças

Fonte: Dados da pesquisa.

Descrevendo os itens inseridos no Quadro 2, a maioria dos ITs caracteriza os AIs como portadores de uma consciência transitiva sobre o seu mundo cotidiano. Um grupo tem uma consciência ingênua ou intransitiva, ou seja, uma consciência no grau mais elementar do seu desenvolvimento, sustentando seus interesses em torno de formas vegetativas de vida, enquanto outros sustentam suas explicações em uma concepção mística do mundo explicando suas condições de vida por um fatalismo ou destino imutável. Finalmente, há um grupo menor que capta e percebe os fatos cotidianos, tendo a capacidade para explicar as causas e efeitos dos acontecimentos vivenciados por eles. Concordam os ITs quanto à dependência dos AIs de processos de intervenção para a melhoria dos seus meios de vida, para efetivação da participação individual e para a tomada de consciência.

Outra asserção percebida nos discursos dos ITs quando falam da consciência dos AIs é o indicativo de uma transitividade de uma situação acrítica para um posicionamento mais crítico sustentado por uma interpretação da realidade, utilizando como recursos as suas vivências e experiências do dia-a-dia.

Já os AIs vêem os ITs como detentores de uma consciência crítica, sendo capazes de explicar e resolver todos os problemas que perturbam o seu

cotidiano. Como são os detentores de um conhecimento superior ao deles e dominam o modo de fazer as coisas, são os legítimos responsáveis por indicarem as ações para o desenvolvimento local. Caracterizam-se os ITs como capazes de captar e perceber os fatos cotidianos, conseguindo desocultar as razões que os explicam, compreendendo seus nexos causais e circunstanciais, ou seja, possuem a faculdade crítica. Os AIs caracterizam-se por uma consciência transitiva, prevalecendo uma forte dose de espiritualismo para explicar os fatos do dia-a-dia.

O espaço das interações, o Cerrado, é percebido pelos ITs como um provedor de recursos e possibilidades. Vêm neste bioma o indicador de respostas para a melhoria dos meios de vida da população local. Porém, as ações dirigidas ao território de Japonvar, até o momento, foram equivocadas, uma vez que se apoiavam em introduzir formas de exploração estranhas à realidade local, excluindo dos resultados auferidos os AIs e deixando as marcas de erosão, soterramento de nascentes e olhos d'água no ambiente. A percepção dos AIs do Cerrado é que eles se misturam com este espaço; um faz parte do outro. Definem o Cerrado de forma descritiva, como o lugar de viver, trabalhar e continuar vivendo e trabalhando até morrer, como o seu ciclo de vida. Faz parte natural de sua vida.

Quanto às ações de intervenção, os ITs posicionam-se de forma visivelmente distintas. Uns, nas asserções articuladas em seus discursos, caracterizam a intervenção como a busca pelo aumento de produtividade e renda, estando os AIs relacionados apenas às suas funções ou papéis a exercerem dentro do processo; outros buscam, via intervenção, a distribuição de renda, o diálogo e o consenso, procurando inserir os AIs como beneficiários do sistema. A participação dos AIs nas ações de intervenções é entendida de forma ampla, indo em um continuum em que o importante é a comunicação do que

aconteceu ou acontecerá até a articulação para a garantia do espaço comunicativo para a garantia da conquista da participação.

Sob a perspectiva dos AIs, o propósito da intervenção é a de trazer o desenvolvimento. Sem a presença dos ITs, os benefícios, os recursos e o progresso não se efetivam, não sendo gerados, conseqüentemente, empregos e nem ocorrendo melhoria dos meios de vida. Além disso, trazem o ensinamento e maneiras novas (tecnologia) de realizar as tarefas.

Os AIs indicam para a tecnologia um papel estritamente econômico. Buscam-se com o emprego da mesma, a modernização do processo produtivo, o aumento de produtividade, de rentabilidade e da renda. A adoção de tecnologia para os AIs conduz automaticamente ao desenvolvimento. Os ITs vêem a tecnologia com o significado de produtividade e qualidade. A eficiência demonstrada no processo produtivo é suficiente para legitimar a sua adoção. Sendo assim está vinculada estreitamente à finalidade econômica, não tendo o propósito de criar as condições favoráveis ao equilíbrio e à manutenção do sistema.

Já o desenvolvimento, prevalentemente, é entendido pelos AIs na dimensão econômica e vindo de fora. Os ITs têm como significado dominante para desenvolvimento a busca pelo aumento de produtividade e renda. Vêem como meio de alcance o trabalho e a técnica. A visibilidade do desenvolvimento se vincula a indicadores de projeções utilitárias e de orientação para o êxito das ações humanas. As metas são sempre de natureza técnica e econômica ou de aumento de poder, da busca intensa da eficiência e da eficácia, tendo como índice de desenvolvimento a rentabilidade. Contudo, este significado não é o único presente.

A outra asserção revelada nos discursos dos ITs baseia-se na visão humanista do homem, em que se resgatam as questões de justiça, equidade, liberdade e igualdade de direitos. Porém, os ITs não vinculam esta possibilidade

de desenvolvimento à construção do consenso comunicativo e sim por meio da consciência individual dos ITs. A dificuldade de se produzir esse consenso comunicativo, segundo os ITs, deriva da postura deles em utilizar códigos privados de linguagem, na maioria dos contatos realizados com os AIs, impossibilitando assim o entendimento. Para os AIs, a comunicação é percebida como um conjunto de informações e eles se colocam passivamente como ouvintes no processo. Esta passividade lingüística e a não compreensibilidade dos códigos privados dos ITs levam-nos a uma alienação imposta ou a agregar a projetos por pura ignorância.

São duas as formas percebidas pelos ITs de agregação aos projetos de intervenção pelos AIs. A primeira é ver os AIs engajarem-se de forma rápida em projetos indicados pelos ITs, por acreditarem nas habilidades deste em prover soluções técnicas rápidas e eficazes para os problemas cotidianos. A outra é ver o engajamento sendo realizado de forma gradual. Os AIs, ao perceberem os resultados concretos da ação, reconhecendo assim as habilidades de organização, articulação ou recursos de poder dos ITs, engajam-se no processo. Entendem os ITs esta postura dos AIs como sendo oportunística, individualista, pois aproveitam-se de uma situação para obter resultados individuais sem o menor esforço. Assim, ao perceberem os resultados, os AIs assumem atitudes de compromisso e cooperação, porém, baseiam-se apenas nas motivações individuais, egoístas e orientadas para um fim: obter ganhos pessoais.

Especificamente quanto às ações e pressupostos das intervenções protagonizadas pelo BNB e dirigidas às associações Appramigos e Apport, estas são percebidas pelos AIs da seguinte forma: a decisão final de implantar as unidades industriais de beneficiamento de leite foi dos AIs. Contudo, esta decisão baseou-se em uma comunicação realizada pelo BNB/projetista, em que não havia o compromisso de estabelecer a compreensão cooperativa, solidária e interativa. O discurso era extremamente técnico e acobertado por pressupostos

de certeza utilitárias e econômicas. Ou seja, haveria a maximização dos recursos, êxito nos resultados e retorno econômico. A comunicação se restringia à mera transmissão de certezas econômicas utilitárias, não incluindo o estabelecimento do compromisso do outro entender ou, em outras palavras, tratava-se apenas de estabelecer a possibilidade de manipulação. Tal manipulação era potencializada pelo interesse individual dos AIs em ascenderem socialmente via criação de gado. Havia também a certeza na técnica e cálculos dos ITs como principal garantia para o sucesso dos projetos sugeridos.

Os ITs percebiam a intervenção protagonizada pelo BNB como uma atuação que se fazia via fluxo de comunicação derivado das normas do banco ou burocrático, estando baseado nas funções, nas leis na ordem estabelecida e na própria administração, não instituindo espaço comunicativo fora do escopo burocrático institucional. Assim, a comunidade ficava apenas como referenciadora e legitimadora momentânea de programas e projetos indicados pelo BNB. Estas ações legitimadoras locais desaguavam em indicativos de performance, transparência e participação, amplamente divulgados pelo BNB.

Destarte, não se buscava a socialização do processo via capacitação do indivíduo para realização da comunicação humana mediada por atos de fala. Não havia uma busca pela interação, não havia honestidade de propósito e nem franqueza por parte dos protagonistas das ações dirigidas às associações Appramigos e Apport. Estas ações de intervenção atrelavam-se ao cálculo econômico, aos fins de natureza técnica e econômica, à maximização dos recursos, à rentabilidade e, especificamente, a fins políticos – aumento de poder. Dessa forma, colocava-se a capacidade de pagamento à frente das potencialidades locais e do funcionamento pleno do empreendimento.

O Farol do Desenvolvimento, ferramenta gerencial do BNB, é percebida pelos ITs como um espaço comunicativo de caráter burocrático no qual prevalecem os interesses de auto-apresentação do banco. Este espaço tem mais

importância para manifestações de interesses dos líderes locais ou dos funcionários do que com a melhoria dos meios de vida da população local, via estabelecimento de modos de produção e de distribuição de renda adequados às condições locais.

Ainda segundo os ITs, as discussões nos fóruns não se alicerçavam na compreensão das falas dos participantes, uma vez que as assimetrias de informação não eram trabalhadas e os discursos se faziam estranhos à maioria dos ouvintes. Assim o Farol do Desenvolvimento orientava-se mais para o êxito em implantar na comunidade um roteiro didático preconcebido, do que orientado para o entendimento como a busca do consenso para o desenvolvimento econômico, social e humano dos envolvidos nos processos de intervenções. O silêncio manifesto e o desconhecimento dos AIs sobre o Farol do Desenvolvimento significam a exclusão completa, em qualquer grau, de participação deste sobre as possíveis ações que seriam perpetradas sobre eles.

A intervenção dirigida sobre a Aprocam é vista pelos ITs como a construção participativa de um projeto, no qual se busca recuperar a vocação local de aproveitar os recursos do Cerrado e os seus saberes que, alinhando-se aos conhecimentos dos técnicos, possibilitam o aproveitamento racional do fruto por meio da introdução de tecnologia adequada. Para os AIs, significa participar fazendo produtos já conhecidos, só que de maneira diferente. Sentem-se valorizados por perceberem o reconhecimento de um trabalho que os mesmos vinham realizando há décadas, ou seja, a produção do óleo e licor de pequi. Também atribuem importância por incorporar de imediato novas técnicas, como o acondicionamento da polpa em salmoura.

A Lei Pró-Pequi e os seus desdobramentos em seminários e encontros são vistos pelos ITs como o grande catalisador da construção do espaço comunicativo para o desenvolvimento dos meios de vida da população de Japonvar. As asserções articuladas nos discursos dos ITs indicam que nestas

discussões realizadas nos encontros do Pró-Pequi, a população local percebe os problemas de seu entorno, indicando suas limitações e possibilidades, gerando exigências e movendo o Estado para atuar na melhoria dos meios de vida local, de forma a minimizar a exclusão social e possibilitando a maximização da igualdade social. Para os AIs, este espaço reivindicatório ou de conscientização ainda não é bem entendido estando apenas em construção.

Assim, após as descrições das trajetórias das associações Appramigos, Apport e Aprocam e a percepção dos intervenientes e atores impactados do processo de intervenção e da comunicação, pode-se realizar uma análise comparativa entre os fluxos comunicativos, as ações e os pressupostos sustentadores destas, tendo como referência teórica a ação comunicativa habermarsiana. A estrutura comparativa será realizada entre as ações de intervenções protagonizadas pelo BNB e a ação de intervenção que têm como intervenientes a Prefeitura Municipal e a EMATER.

5.7 Intervenção protagonizada pelo BNB: prescrição ou religação?

O fluxo comunicativo, suas ações e pressupostos dirigidos às associações da Appramigos e Apport e capitaneadas pelo BNB são sumarizados na Figura 6.

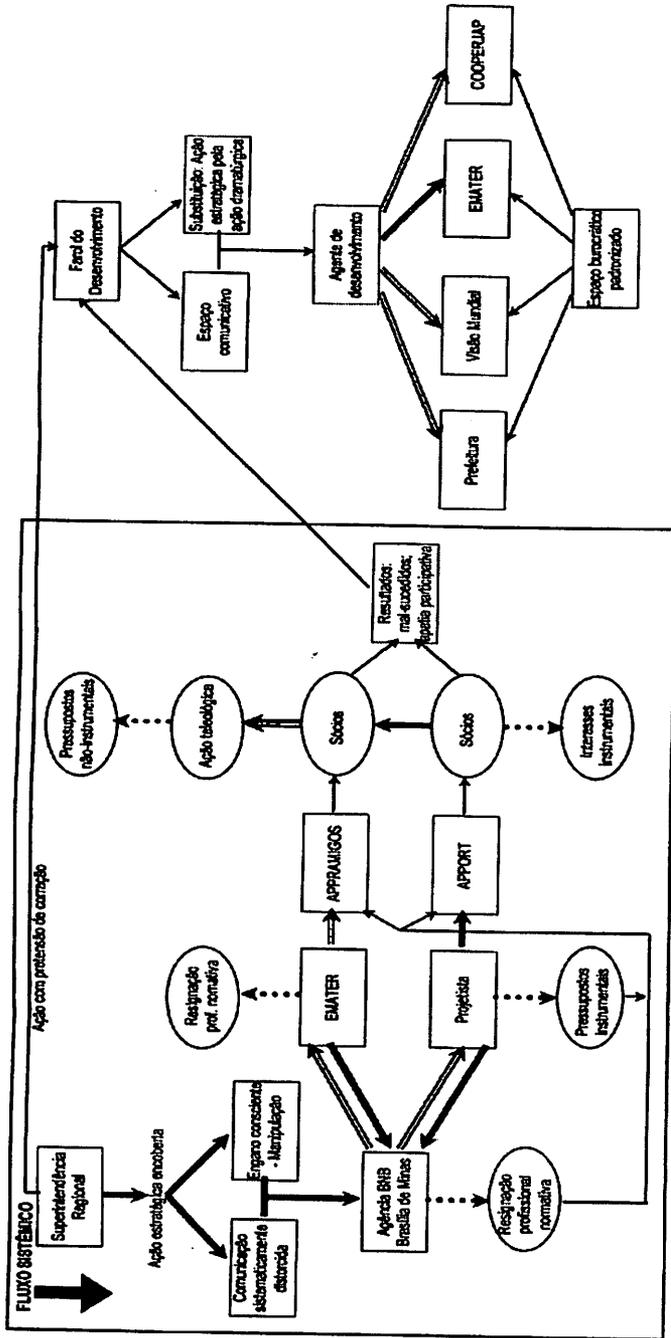


FIGURA 6 – Fluxo Sistêmico, seus presupostos e suas ações

Fonte: dados de pesquisa

A identificação deste fluxo como **sistêmico** (derivados da burocracia) impõe certas características visíveis no agir e falar dos atores sociais envolvidos nos processos de intervenções dirigidos às associações Appramigos e Apport. É um fluxo assentado na comunicação não dialógica, indicador de uma intervenção tutorial, fiando-se em uma transformação realizada sem a necessidade de um consenso comunicativo entre as partes. Mantém uma perspectiva autoritária, fragmentada e individualista, desprezando a visão democrática, integrada, baseada no trabalho coletivo, na solidariedade, na comunicação, na troca de experiências, no confronto de opiniões e na busca do consenso. Ao sustentar-se em um fluxo em que a linguagem não é considerada como o mecanismo mais importante de socialização, afasta-se completamente da vida cotidiana e da possibilidade do entendimento e conseqüente da ação coletiva e da cooperação.

Assim, toda a participação dos AIs, visivelmente perseguida quando da introdução de projetos de desenvolvimento pelo BNB, seja dirigida pelo técnico da EMATER ou pelo projetista, pode ser entendida como uma ação estratégica encoberta e manipuladora desta instituição (Habermas, 1994). O que se buscava com as ações dirigidas à associação era, antes de tudo, a visibilidade propagandista ou a teatralização das ações em detrimento as proposições da busca do desenvolvimento local forjada em um acordo, uma vez que o acordo não pode ser imposto por alguém de fora e nem forçado por uma das partes, seja por meio de intervenção direta na situação de ação, seja diretamente por uma influência calculada sobre os AIs.

Na realidade, “o que fazer” já estava decidido em espaço comunicativo distante das possibilidades das inter-relações cotidianas e da possível pactuação do consenso comunicativo. A definição da linha de financiamento para vaca leiteira como excelência para o desenvolvimento local derivava-se de uma certeza técnica engessada em um discurso em que os pressupostos de sucesso

econômico - capacidade de pagamento e viabilidade econômica - atuavam como fatores de convencimento e legitimação do projeto junto aos chamados beneficiários.

A indagação mais freqüente nos relatos dos AIs é se não poderiam criar o gado conhecido por eles, no caso o nelore para corte, ou o gado branco, em vez da vaca preta (girolanda). A fala e a ação dos ITs, sempre dirigidas para outros interesses de investimentos, indicavam o caráter prescritivo das ações, amparadas por uma razão instrumental. Esta razão sustentadora do processo é definida por Habermas como cognitivo-instrumental. Baseia-se na relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo, que possa representar-se ou manipular-se.

Esta certeza, “o que fazer”, ao ser construída como obra solitária de um sujeito consciente, negando-se o espaço intersubjetivo onde se reconheça que o homem é um ser de relação e não só de contatos como o animal, não está apenas no mundo, mas com o mundo, desestimula a participação efetiva dos AIs e cria o que Habermas denomina como a maior patologia da modernidade. Esta patologia é a falta de oportunidade para a participação cidadã na tomada de decisões sobre as práticas e procedimentos que afetam seus interesses e sua vida cotidiana, levando à falta de motivação dos indivíduos para a transformação de suas comunidades.

A fala e o agir caracterizadores apenas como os AIs no mundo impediram a construção do diálogo. A busca do consenso requeria tempo, muito trabalho e resultados a longo prazo, fatores contrário aos interesses do BNB, que procurava resultados urgentes. Somava-se a isto a convicção em qualificar os AIs como não possuidores da condição do entendimento, uma vez que acreditavam que a comunicação humana somente se efetiva com a participação dos chamados seres com faculdade crítica plena. Edificavam-se, por meio destes pressupostos os caminhos para a intervenção prescritiva. Esqueceram-se

que os falantes detêm a “competência comunicativa” que se expressa na disposição para o entendimento. É justamente esta possibilidade de entender e falar que possibilita ao indivíduo captar e perceber os fatos, conseguindo desocultar as razões que os explicam e são capazes de compreender seus nexos causais e circunstanciais, indicando ações para as mudanças ou soluções para os seus problemas.

Estes interesses diferentes (os AIs buscando a melhoria dos meios de vida e sua inserção no sistema e o BNB procurando resultado de cunho tutorial representativos imediatos mesmo às custas da invasão, manipulação e sloganização dos espaços comunicativos) resultaram em atuações pontuais e temporárias. Os resultados das investidas dirigidas às associações traduziram-se em total apatia participativa dos AIs. A permanência destes nos projetos poderia ser medida pelo tempo da presença do interveniente – no caso, o projetista ou o técnico da EMATER no contexto da intervenção ou na medida do recebimento dos benefícios.

Assim, o BNB assume a coordenação por meio do dinheiro, desprezando o possível consenso utilizando a linguagem comum. Com isso ocorre uma influência estratégica generalizada sobre as decisões dos AIs, ou seja, é imposta uma colonização, com base no dinheiro ficando as relações entre o BNB, como agência de desenvolvimento, e os atores impactados, prejudicadas. Ocorre uma desvalorização do consenso comunicativo, substituído por uma simplificação na comunicação, em que o que prevalece são os fatores quantitativos econômicos como a rentabilidade e a capacidade de pagamento, excluindo as possibilidades geradas no cotidiano em indicar alternativas para o desenvolvimento local.

Esta desvalorização do agir comunicativo é visível nas inter-relações travadas entre o BNB, o projetista e o Técnico da EMATER. Com o projetista, é uma relação estratégica encoberta, revelando-se como objetivo norteador do projeto a busca do desenvolvimento; na prática, as ações são traduzidas por uma

correria desenfreada para aplicar os recursos disponíveis em projetos definidos por seus técnicos como viáveis. A agência mensurava seus resultados pela quantidade de recursos investidos em um determinado tempo e não pelo grau de melhoria dos meios de vida da população impactada.

O projetista, por sua vez, ao perceber o interesse acobertado pelo BNB, tendia a ampliar os valores ofertados às associações, introduzindo os projetos integrados. Com esta estratégia atendia ao interesse do BNB, preenchendo completamente o requisito da capacidade de pagamento e, particularmente, o seu, uma vez que quanto maior o valor do projeto, maior o resultado individual auferido. Assim, utilizavam-se atos de fala perlocucionários e seu estoque de conhecimento, para convencer os AIs das vantagens, retornos financeiros e da viabilidade econômica do projeto.

A relação do BNB com o técnico da EMATER diferenciava-se mais pelo papel funcional exercido por este funcionário na comunidade. Sua atuação cotidiana na comunidade edificou laços de confiança, prevalecendo certos pressupostos comunicativos, como a veracidade das proposições. Este vínculo inibia a proposição de projetos baseados no limite máximo dos investimentos, contudo, não impediu a sua atuação como reprodutor da certeza técnica originária de contextos estranhos ao seu ambiente, levando-o a referendar as práticas indicadas pelo banco. A explicação para tal conduta foi dada pelo técnico da EMATER à época, como o atendimento aos termos normativos pactuados entre EMATER e BNB.

A supremacia do saber técnico oriundo do seu ambiente burocrático, definido pelo BNB como superior, por ter a palavra e o controle do processo, submetia o técnico local a este saber “mais qualificado”. A perspectiva do consenso e da intermediação do saber e querer prático local e do saber e poder técnico não era vislumbrada como solução e nem atendia aos interesses do banco quanto à rapidez da aplicação dos recursos. Ocorria aqui a resignação normativa

profissional do técnico da EMATER e a utilização imediata de uma prática prescritiva para as ações dos AIs.

O técnico da EMATER baseou-se na norma organizacional definida pelo BNB em detrimento de uma realidade vivenciada diariamente por ele. Daí ter legitimado os projetos denominados localmente como “o projeto da vaca preta”, completamente estranho ao contexto elaborado sem uma discussão dialógica e com chance remota de êxito, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais e muito menos humanos, porém, respondendo completamente aos termos normativos do banco.

A atuação do técnico da EMATER para os AIs era de caráter de auto-representação ou dramatúrgica, buscando a proteção da sua imagem pública como técnico, como aquele que sabe indicar caminhos sustentáveis para a comunidade na qual presta seus serviços e que não estava por fora do conhecimento e das possibilidades reais de desenvolvimento. A opção em externar seus pressupostos, agora de forma reprodutiva, justificada por uma resignação profissional hierárquica ao conteúdo técnico do banco, totalmente destoante da sua prática e experiência diária, tornou-se determinante para a decisão acolhedora dos AIs aos projetos estranhos apresentados pelo BNB.

Os AIs exerciam ações diferenciadas. Uns, acreditando no saber superior do técnico, praticavam ações de cunho basicamente teleológica. Aderiam ao projeto, cumpriam rigorosamente todos os indicativos constantes no receituário prescrito e amargavam os resultados resignadamente, muitas vezes atribuindo a eles mesmos todos os erros pelo insucesso do empreendimento. Além do mais, sofriam ações estratégicas dos seus próprios pares, ansiosos por concretizar o fechamento do financiamento, tendo como interesse aplicar todos os recursos em alternativas estranhas aos indicativos do projeto.

Mesmo após a aprovação do projeto, não se percebeu o estabelecimento de uma norma que procurava instituir critérios compartilhados, neutralizando-se

a busca por metas pessoais. Tampouco os AIs geravam, mesmo que de vez em quando, idéias e correções para o projeto de desenvolvimento. O que se via era uma reprodução de ações isoladas e fragmentadas que se encerravam em si mesmas e possuíam pouca ou nenhuma ligação entre si. Não havia ações contínuas, permanentes de participação. Era perceptível o sentimento de não responsabilidade pelo êxito do projeto, tanto dos AIs quanto do próprio banco. Não havia a solidariedade e nem a cooperação.

Destarte, não havia o propósito inicial do BNB de estimular os AIs para a realização da comunicação humana mediada por atos de fala; não se viam a integridade, a honestidade e a franqueza dos indivíduos nas relações interativas. As ações protagonizadas pelo BNB para implantação de projetos na Appramigos e Apport estavam atreladas ao cálculo econômico, especificamente a capacidade de pagamento. Esqueceram-se, inclusive, de indagar se a própria comunidade estava preparada para realizar o empreendimento. Havia um desconhecimento total dos participantes, inclusive quanto ao próprio negócio e dificuldades de participarem do consenso comunicativo.

Diante desta constatação, o BNB lançou mão de medidas com a pretensão de correção buscando redefinir suas ações. Buscava ancorar-se, agora, em discussões públicas, nas quais se celebrasse consenso em um espaço livre de coerções, onde prevalecessem as comunicações não prejudicadas por meio de distorções de fala provocadas pelos ITs ou AIs e nem por coerções resultantes da própria estrutura da comunicação. Pretendia-se propiciar a todos os participantes potenciais do fórum servirem-se de atos comunicativos de linguagem, tendo, a todo tempo, a prerrogativa de perguntar e responder, fazer explicações, asseverações, recomendações, explicações, críticas e justificações ou, em outras palavras, produzir um discurso e não somente julgar que o produziu.

Contudo, o que se percebeu realmente nas reuniões do Farol do Desenvolvimento foi uma transitividade de ações antes estratégicas para ações

de caráter dramaturgias, com a auto-apresentação do banco e como forma de amenizar para o público a reprodução de projetos caracterizados como mal-sucedidos. Os participantes do fórum, em sua maioria esmagadora, os chamados parceiros, eram os líderes locais não beneficiados por financiamentos ou participantes de associações. Assim, a ausência dos AIs nas reuniões do fórum, o “esquecimento” das discussões dos projetos mal-sucedidos com indicativos de possíveis soluções, a ausência de propósito veraz sustentando os indicativos de desenvolvimento local gerado dentro do fórum e a ausência de uma agenda de compromisso levaram ao descrédito as proposições discutidas no fórum e deste como estrutura comunicativa.

Os parceiros – a Visão Mundial, a EMATER, COOPERJAP e a Prefeitura Municipal - com experiências efetivas de participarem em planejamentos participativos, começaram a reduzir a sua atuação no fórum e a fortalecer suas iniciativas de planejameto, inclusive no estabelecimento de agenda de compromisso. Isto após identificarem nas ações do BNB o caráter propagandístico do Farol do Desenvolvimento.

Este fortalecimento por meio do planejamento participativo das ações, incorporadas inclusive as experiências positivas ou negativas vivenciadas no Farol de desenvolvimento, criou as condições iniciais para a articulação de novas ações em busca do desenvolvimento da comunidade local.

5.8 Intervenção articulada pela prefeitura e EMATER: religação ou prescrição?

No primeiro momento, a movimentação da Prefeitura local tende a arremessar principalmente os atores externos, denominados parceiros, com o fim de buscar, por meio destes, indicativos de novos caminhos para o desenvolvimento local. Procurava alternativas seguras, já prontas e testadas e

que não levassem ao sentimento de frustração, como os gerados pelos projetos implantados pelo BNB e que eliminassem a apatia participativa da comunidade local, instalada nesse espaço após a sua atuação nestes empreendimentos.

Contudo, o estreitamento discursivo com estes atores externos empurrou a percepção dos ITs, especificamente a prefeitura municipal e da EMATER, para a conclusão da inexistência de uma alternativa pronta, acabada e capaz de indicar uma solução imediata para aqueles problemas. A alternativa para a solução dos problemas locais deveria ser construída, recorrendo-se à pluralidade existente nas relações dos atores sociais envolvidos com o processo de intervenção, e, principalmente, buscando responder criticamente os desafios impostos pelo ambiente.

Esta conscientização levou os ITs e AIs a observarem o seu entorno e a redescobrirem o pequi como uma possível alternativa para o desenvolvimento sustentável da comunidade. A partir desse momento, começou-se a falar acentuadamente no maior aproveitamento do pequi, de modo a propiciar realmente condições para o desenvolvimento local. A percepção da necessidade de um amparo da ciência e da técnica fez com que estes recorressem às universidades, aos centros tecnológicos e aos pesquisadores, convidando-os a indicarem propostas tecnológicas para o aperfeiçoamento de produtos já manuseados, como o licor e o óleo do pequi, bem como a responder à principal necessidade: a conservação do pequi, após a safra, para consumo em todos os meses do ano.

Esta mobilização realizada pelos ITs na construção da alternativa para o desenvolvimento local sustentava-se nos seguintes entendimentos: primeiro, a alternativa de solução assentaria em um recurso da própria comunidade – o pequi e na melhoria do processo produtivo dos seus subprodutos, como o licor e o óleo de pequi; segundo, não se desprezaria a tecnologia, pelo contrário, seria valorizada por meio de uma busca ativa pela religação entre o saber e o poder

técnico, com o saber e querer prático da comunidade; terceiro, empregar-se-ia o **fluxo comunicativo/discursivo** visando o entendimento, por meio de uma ação comunicativa dialógica e na busca coletiva e não autoritária, ou seja, na racionalidade comunicativa e sustentar-se-ia nos pressupostos da solidariedade, cooperação e integração.

Assim, pode-se entender o fluxo comunicativo/discursivo (Figura 7), como a geração informal de um consenso local, desembocando em decisões técnicas (geração de tecnologia adequada a exploração do pequi), em decisões legislativas (Lei Pró-Pequi) e o retorno destas de forma legitimada, democrática e desejada sobre a própria comunidade.

Na prática, a construção deste fluxo comunicativo se deu da seguinte forma: a EMATER, a COOPERJAP e a Prefeitura Municipal iniciaram a discussão sobre a possibilidade do aproveitamento racional do pequi, entendendo imediatamente a necessidade de iniciar este tema, tendo como ponto de partida a participação efetiva dos envolvidos com a catação e transformação do pequi. Porém, havia resistência, tanto dos catadores de pequi como dos chamados atravessadores. Os primeiros, por saírem de uma experiência traumática com o BNB, estando em uma fase de descrença e apatia absoluta em participar de qualquer proposta de atuação coletiva; os atravessadores, por entenderem a associação em cooperativa como limitadora de seu poder de barganha, reguladora de sua atuação em aproveitar a dispersão geográfica dos catadores e retirar proveito vantajoso desta situação.

Este impasse foi amenizado pela ação normativa, ajustando-se lentamente a conduta dos participantes das etapas da catação e comercialização do pequi, de forma a atender às suas necessidades e interesses recíprocos. A indicação da possível distribuição dos resultados da catação e comercialização, com o aproveitamento mais eficiente das possibilidades de mercado, consolidou o consenso de atuação mais compartilhada. Esta ação possibilitou a ampliação da atuação da COOPERJAP, ao acolher em seus quadros, além dos produtores rurais, os catadores de pequi e os atravessadores, passando a organizar toda a atividade produtiva local, incluindo o extrativismo.

Concomitante à regulação das etapas da catação e comercialização, iniciou-se a busca diuturna por alternativas tecnológicas presentes no mercado e possíveis de serem aplicadas ao beneficiamento do pequi e na participação efetiva da prefeitura de Japonvar nas discussões com o deputado Rogério Correia para a proposição de um projeto de lei regulando a exploração sustentável dos recursos nativos do cerrado. A etapa de busca de tecnologia foi

pautada por desencontro, desconfiança e evitada preliminarmente de ações estratégicas ou dramáticas.

A inexistência de uma garantia de financiamento de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia apropriada ao aproveitamento do pequi levava os centros de pesquisa a esconderem-se em dissimulações constantes. O detentor de tecnologia específica do processo de produção e envasamento de conserva (pequi em polpa), o Cerrado Goiano, não compartilhou, no início, esta tecnologia por total insegurança.

A solução articulada e consentida pela EMATER e prefeitura local se deu quando estas entidades compreenderam a necessidade de transformar as reuniões anuais, de fórum de espaço de auto-representação das entidades e indivíduos, em espaço comunicativo, no qual estivessem em pauta ações suportadas por pressupostos de solidariedade, cooperação e efetiva interação. Esta mudança de rota levou a um maior compromisso dos participantes do fórum com a proposta do desenvolvimento local e com a veracidade de seus pressupostos.

Assim, os técnicos passaram a falar da impossibilidade de tocar projetos de desenvolvimento de tecnologia sem o aporte de recursos financeiros; os ITs a revelaram suas dificuldades de convivência com as suas entidades por não constar de suas atribuições um trabalho voltado para o extrativismo; os AIs a compreender e externar sua própria limitação discursiva e o Cerrado Goiano revelou sua desconfiança com os parceiros da COOPERJAP.

Daí para frente, as soluções passavam por resolver primeiramente estas dificuldades. Os indicativos para solução destas limitações foram sinalizados pela entrada em vigor da Lei do Pró-Pequi e pelo estabelecimento da cooperação econômico-produtiva firmado entre o Cerrado Goiano e a COOPERJAP. A lei em questão foi transformada em catalisadora das ações locais, uma vez que os ITs ao entenderem o teor desta, que garantia a melhoria dos meios de vida local,

de forma sustentável, buscava o cumprimento dos objetivos ali definidos pelo próprio Estado. O seminário pró-pequi realizado em novembro de 2002, em Japonvar, refoçou este entendimento e passou articular as ações para o efetivo cumprimento imediato da Lei.

O extensionista da EMATER, também conselheiro do pró-pequi, elaborou o projeto para aquisição de máquinas e o apresentou ao SERVAS, recorrendo inclusive, ao teor da lei e do seu decreto regulador como argumentos para aprová-lo. Positivada esta ação, efetivaram-se as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento de tecnologia apropriada ao aproveitamento racional do pequi, ação concretizada por meio do convênio firmado com o CETEC. O próprio técnico da EMATER local rompeu com a denominada resignação profissional normativa organizacional ao apoiar e efetivar uma prática extrativista como prioritária para a economia local, sinalizando, à sua própria entidade para a existência de outras alternativas produtivas não contempladas por metas avaliativas estabelecidas pela sua instituição, que baseava-se somente em indicativos de produção agropecuária. Tal conduta do extensionista somente foi acolhida de forma tranqüila pela EMATER porque a imprensa regional acolheu o projeto de forma amplamente favorável.

Quanto ao clima de desconfiança existente entre a COOPERJAP e Cerrado Goiano, a situação foi resolvida com o estabelecimento de um consenso firmado em uma ação normativa estabelecida entre as duas entidades, buscando atender a necessidades recíprocas mediante o ajuste da conduta a normas e valores compartilhados, possibilitando neutralizar a busca por caminhos solitários. A COOPERJAP comprometia-se em não atuar em espaços comerciais dominados pelo Cerrado Goiano e a fornecer-lhe matéria-prima semi-elaborada, avaliada como de primeira qualidade; em contrapartida, o Cerrado Goiano contribuiria para a transferência de tecnologia da produção de conserva e da polpa de pequi.

A dificuldade comunicativa revelada pelos AIs teve como indicativo de solução a abertura de cursos noturnos para os jovens e adultos para possibilitar-lhes o domínio do sistema de regras de sua língua e a aplicação específica em cada contexto. Principalmente objetivava o estabelecimento de uma comunicação no qual prevaleceriam os códigos públicos de linguagem, para facilitar a produção do entendimento.

Resolvidos estes fatores limitantes ou indicados caminhos de solução para o caso de domínio dos códigos de linguagem e da participação efetiva nos atos de fala, por se tratarem de processos construtivos a longo prazo, passou-se a estabelecer os contatos com a associação que acolheria os investimentos. Esta etapa do processo de intervenção enveredou preliminarmente por um caminho não dialógico. A busca se deu por critérios utilitaristas – regularidade da documentação junto a Secretaria de Estado do Trabalho de Minas Gerais e o prazo limite para entrega do projeto, tornando-se assim uma decisão não discursiva, aberta e livre com a comunidade. A escolha recaiu sobre a Associação dos Pequenos Produtores de Cabeceira do Mangai.

Outro parâmetro à época considerado secundário foi utilizado para a definição da Aprocam como a beneficiária da instalação da Unidade de Beneficiamento de Pequi (UBP): a constância de suas reuniões, gerando um processo contínuo de participação, superando-se a pontualidade e a instantaneidade. Estas ações determinaram a permanência e ampliaram a participação de seus associados, seja por meio de geração de idéias, processos ou produtos de forma pontual, eventual ou permanente; a experiência positiva da comunidade na coordenação do uso do trator conquistado por meio do projeto do PAPP/MG, ajustada por uma ação normativa e a experiência em coletar e aproveitar o fruto do pequizeiro.

Após esta definição, as atuações do extensionista da EMATER e do prefeito local dirigiram-se para uma ação visivelmente sustentada em um agir

comunicativo e assentada em pressupostos dialógicos. A prática destes ITs (fala e ação), procurava insistentemente o entendimento e o consenso, estabelecendo acordo racionais, mediados pela comunicação livre, realizando julgamentos éticos no debate das pretensões, prevalecendo a honestidade, integridade e a franqueza de pressupostos nas interações. Buscava também, pelo planejamento participativo, recuperar a participação efetiva dos AIs, de modo que estes contribuíssem na elaboração das ações seguintes até a execução da proposta, criando um clima favorável à comunidade local e seus associados em estabelecerem-se como poder organizado e habilitados a assumir efetivamente o processo de desenvolvimento local. Evidenciou-se também que o modelo da ação comunicativa pura, ou seja, uma forma de interação social caracterizada pela eliminação de todas as formas de coerção externa e interna, é uma situação utópica, porém, traduz-se em um paradigma que permite criticar as formas reais de interação e discurso.

Dessa forma, os discursos destes ITs na comunidade não trouxeram a marca da facilidade e sim da construção, do comprometimento e da necessidade de elaboração do planejamento participativo, não se limitando à participação por meio de sugestões, idéias ou da pura discussão, e sim, traduzindo-se em práticas e compromissos. Reavivou-se a discussão da questão da possível auto-sustentação sócio-econômica da entidade com a instalação da UBP, alertando para a necessidade da autopromoção da Aprocam. Estas ações eram discutidas em reuniões domingueiras, nas quais procurava-se o consenso em relação às ações da associação. Pôde-se perceber, nestas mesmas reuniões, um trabalho pedagógico ou educativo por parte do extensionista e do prefeito local, que não tinham o propósito de domesticar ou manipular e sim de motivar para o desenvolvimento de soluções próprias para os seus problemas.

À guisa de exemplificação, esta busca da veracidade dos pressupostos, revelou-se em uma das primeiras reuniões contando com a presença de um dos

ITs. Este recebera, antes da reunião, queixas diversas de uns participantes sobre os outros. Segundo seu relato, anotou tudo e durante a reunião colocou a conversa às claras, buscando consenso em torno da prática de sempre procurar falar a verdade uns para os outros, eliminando ou reduzindo o que chamou de “prática do fuxico” (IT2). Procurava, dessa forma, estabelecer um clima de credibilidade em sua condução dos trabalhos.

Esta conduta traduziu-se em um resultado positivo quanto ao melhoramento e viabilização de uma comunicação aberta e o compartilhamento recíproco do conhecimento entre os membros da associação e os agentes externos. Pôde-se perceber nas últimas reuniões observadas, das quais participaram os AIs da Aprocam e os ITs, com a EMATER e Prefeitura, o estabelecimento de uma interação entre esses. Verificou-se que uma parte significativa, em torno de trinta por cento dos AIs, já rompia, com o pavor de serem desdenhados em público e expressavam livremente suas opiniões.

A conduta dos AIs de participarem dos atos de fala concretizava-se devido à constância de reuniões realizadas com a comunidade e do agir comunicativo determinante, tanto do técnico da EMATER quanto do prefeito municipal. Essas situações criaram um clima favorável à participação efetiva dos AIs, estabelecendo uma familiaridade com o falar em público e um clima de confiança e solidariedade entre estes e os agentes externos. Os discursos e práticas do técnico da EMATER e do prefeito municipal não foram ratificadoras da prática social de conduzir os AIs e de afirmar a hegemonia do seu saber, bem como de atuar resignadamente ao atendimento da norma de sua instituição. Evidenciou-se na observação de suas práticas a busca em reforçar o saber popular, desmistificando a legitimidade do seu saber e valorizando o agir comunicativo, construtivo do consenso, procurando alcançar objetivos coletivos.

Assim, em Japonvar, MG, as reuniões e discussões coletivas sobre os problemas locais são vivências em consolidação e uma de suas características

mais visíveis. Esta característica estimula a comunidade a construir as condições para romper com uma das dificuldades da vida moderna, em que se privilegiam os mecanismos e estratégias de manipulação em detrimento da construção do consenso. A Aprocam insere-se neste entendimento, realizando reuniões e discussões constantes, buscando a formulação do consenso e indicando caminhos para a melhoria dos meios de vida local.

Estabelecido o clima de confiança comunicativa e tendo uma parte significativa dos AIs rompido com o medo de manifestar-se em público, surgiram as possibilidades de discussões e debates, dentro das reuniões (qualificadas como espaço comunicativo legitimado), sobre os problemas derivados dos contextos vividos pelos AIs e consenso sobre soluções por meio das experiências e conhecimentos dos envolvidos, contribuindo para a formação de uma consciência crítica coletiva. Partiu-se, assim, para as ações concretas, como a edificação da estrutura física da UBP, empregando recursos próprios (trabalho e dinheiro) contando como apoio da prefeitura local e de diversos parceiros. Ao extensionista da EMATER é atribuído o papel de religar as ações locais em curso, com as possíveis contribuições externas.

As ações do extensionista são percebidas com a atração, em um primeiro momento, da Visão Mundial. A atuação desta entidade na cidade é percebida como tendo uma ação comunicativa, cujos pressupostos de solidariedade e cooperação e integração são reconhecidos pela comunidade, ao participar como financiadora de um viveiro de plantas nativas do cerrado, dentre elas o pequi. Estreitou-se a relação da atuação do CETEC com a comunidade ao estimular a discussão sobre o processo de produção de óleo de pequi, o tempero e o licor, promovendo uma religação entre os saberes do técnico e o da comunidade; recorreu-se às redes de informações estabelecidas com os técnicos dos diversos parceiros, conseguindo informações diversas inclusive a que possibilitou ingressar em nome da Aprocam no concurso de projetos do

PPP/GEF, pleiteando e sendo atendido com os recursos necessários para o término da UBP.

Após a construção da UBP e instaladas as máquinas, iniciou-se uma ação também articulada pelo extensionista, contando como apoio da prefeitura local e CETEC, objetivando a capacitação dos AIs no manuseio dos equipamentos e do processo produtivo. Concomitantemente a isto, instalou-se o segundo encontro do Pró-Pequi, com propósitos claros de compreensão do processo de comercialização dos subprodutos e como forma de estabelecer um ajuste de conduta entre a Aprocam e COOPERJAP, visando o estabelecimento de normas de cooperação e estabelecimentos dos procedimentos de comercialização.

Extraem-se destas atuações do extensionista da EMATER e do prefeito local vários significados: a) não vêem a tecnologia apenas cumprindo seu papel finalístico econômico da modernização do processo produtivo ou gerando ganhos de produtividade; pelo contrário, procuram adequar a tecnologia às condições de produção local, objetivando a manutenção do equilíbrio do sistema, com a garantia da distribuição de renda e a sustentabilidade social e ambiental; b) entendem a participação como a articulação de espaços comunicativos onde é estimulada a conquista da participação, levando ao desenvolvimento local, que é visto como a garantia da melhoria dos meios de vida da comunidade, definida por critérios balizados no consenso estabelecido pelos AIs; c) quanto à comunicação, utilizam-se de código de entendimento geral, facilitando a participação nos atos de fala e facultando a possibilidade do estabelecimento do diálogo; d) a educação é vista como a catalisadora da compreensão da realidade (amenizar a assimetria de informações, procurando alcançar a condição ideal de fala) e não na função de reprodutora do sistema e ou como o canal de difusão de conhecimento técnico para competir e alcançar o sucesso do empreendimento.

Atuam o extensionista e o Prefeito local de forma a assegurar aos AIs um processo em que lhes faculte adquirir a capacidade para diagnosticar os seus problemas, decidir por soluções e colocá-las em prática, avaliá-las e, se for o caso, redefinir nova alternativa de solução, sem a interferência tutorial dos intervenientes e garantindo a contribuição cooperativa da ciência por meio do emprego da tecnologia.

5.9 Comparativo das intervenções dirigidas às associações

Realizar-se-á neste tópico um comparativo entre as intervenções, seus fluxos, ações e pressupostos sustentadores da prática dirigidas às associações Appramigos e Apport e protagonizada pelo BNB denominadas como INTER 1 e, por outro lado, a intervenção dirigida a Aprocam identificada como INTER 2, capitaneada pela EMATER e prefeitura local.

A INTER 1 teve por base um modelo previamente elaborado sem o envolvimento direto dos funcionários da agência local do BNB. Porém, este modelo é prontamente ratificado por estes empregados que o absorvem por meio de uma **ação estratégica encoberta** engendrada na Superintendência Regional. A resignação profissional normativa é absoluta. Não ocorreu sequer uma manifestação crítica derivada de discussão interna proporcionada pelos funcionários deste órgão. Percebeu-se apenas uma incipiente manifestação contrária à implantação do “modelo da vaca preta”, provinda da EMATER, mas prontamente apaziguada pela lembrança da existência de um convênio firmado entre as partes envolvidas e com a indicação preferencial das empresas especializadas para conduzir a elaboração e execução do projeto. Na INTER 2, percebeu-se a procura pela construção de um modelo de desenvolvimento em que os ITs não saiam de cena, mas atuariam, por meio de sua prática, religando as diversas potencialidades existentes no contexto, valorizando inclusive o saber

que não se identifica com o seu. Assim abstém-se de fazer uma leitura do seu contexto a partir de códigos preestabelecidos.

Destarte, a INTER 1 partiu da sua própria modelização de intervenção, impondo uma perspectiva autoritária e fragmentada da ação. Impõe ao interveniente toda a responsabilidade pelo êxito ou fracasso do empreendimento, sustentou-se na **razão subjetiva** que buscava um tipo perverso de saber que transformava a técnica em instrumento de dominação do homem e da natureza e que apartava-se dos valores éticos e morais. A INTER 2 utilizou os espaços comunicativos – reuniões anuais com as associações, as reuniões mensais das associações e os seminários do pró-pequi, para pactuar um consenso e elaborar o planejamento participativo comunitário.

A racionalidade subjetiva afeita a INTER 1 emprestou um grande valor à eficiência dos esquemas. Assim, se atendidos pelos AIs, os indicativos e mecanismos previsto no modelo, o sucesso estaria garantido. Instalou-se neste método de desenvolvimento de comunidade proposto pelo BNB a convicção de que se aplicado o modelo, com todo respeito às suas fases e etapas, dever-se-ia esperar como resultado uma comunidade participativa, em franco desenvolvimento e satisfeita. Ou, de outra forma, o que o BNB procurou era também uma padronização da comunicação e conduta dos sertanejos; queria que estes falassem com a língua dos interesses definidos pelo programa, se expressassem com os instrumentos e assumissem os valores definidos pela instituição financeira. Já a INTER 2 nutriu-se da possibilidade do estabelecimento do consenso e, conseqüentemente, no estabelecimento de objetivos construídos coletivamente.

Este conjunto de certeza inserido no modelo de desenvolvimento do BNB (INTER 1) se traduziu em um **fluxo comunicativo organizado**, previamente elaborado, em que não era levada em conta a possibilidade do intercâmbio com o pensamento e o saber da comunidade local, por considerá-lo

incompleto, fragmentado ou distorcido e, por consequência, impróprio aos interesses do modelo. Sustentava-se então este fluxo em uma comunicação não dialógica e em uma **prática prescritiva**, em que os AIs eram transformados em objetos da atuação do saber técnico do BNB. A INTER 2 buscou a religação entre o saber cultural local e o saber técnico, estabelecendo um fluxo comunicativo discursivo, com a pretensão de adequar as condições dos AIs às tecnologias disponíveis ou construindo-se tecnologias especificamente requeridas nos discursos travados entre os envolvidos.

A prática prescritiva da INTER 1 sustentava-se em pressupostos e agir instrumentais, como a capacidade de pagamento e a rentabilidade econômica do projeto. Para tanto, empregavam-se ações estratégicas ou dramáticas como instrumento de influência planejada sobre outrem, antecipando inclusive as prováveis reações dos AIs e visando claramente seus pontos francos. Por outro lado, a INTER 2 sustentou-se em pressupostos da solidariedade, cooperação e interação.

Em suma, o modelo INTER 1 partiu de uma perspectiva oposta e contrária à tendência histórica da região nortemineira sustentada pela criação do gado de corte e coleta de frutos nativos, tentando substituir tais alternativas pela criação do gado leiteiro; já a INTER 2 procurou como indutor para o desenvolvimento da Japonva um fruto do recurso nativo do cerrado o pequi.

5.10 Pequi/pequizeiro: seus significados e lógicas

Quando um objeto físico é importante para atores sociais inseridos em uma comunidade, acaba por receber destes uma infinidade de atributos e referências. Assim, é prática comum no contexto do cotidiano dos japonvarenses conotarem o pequi, emergindo uma nova realidade rica em poesias, contos e

crenças, contribuintes do desvelamento das lógicas profundas e insuspeitadas do inconsciente coletivo e do destino desta comunidade.

O pequi e o pequizeiro recebem uma gama de nomes, revelando assim a importância desses frutos e da sua árvore para a população de Japonvar. “São batizados feito gente” pelos sertanejos de Japonvar e, por meio destes nomes, pode-se contar a história da comunidade. Expressam-se o sertanejo quanto aos nomes recebidos pelo pequi/pequizeiro da seguinte forma:

Tem o pequi felão – que amarga feito o diabo; tem o pequi leite, porque é muito branco; tem o pé de pequi da mula, porque uma mula morreu lá embaixo; outro tirou a canga e botou no pequizeiro, ficou chamado de pequi da canga (AI1).

Outros pequizeiros são diferenciados pelo nome da pessoa que já morreu. Aí falam: “Ali é o pé de pequi do velho Ditino”. Outros falam: “não existe um pequi mais gostoso do que o pequi Melin; ele não é carnudão não, mas é muito gostoso. O pequi Melin a gente não vende não, fica separado” e continuam atribuindo nome ao pequizeiro:

Tem o pequizeiro de nome Manoel doido, porque ele só pegava o pequi neste pé. Ele não deixava ninguém apanhar nele, só ele. E tem o pequi de Zé Beirada. Ele pousou debaixo do pé de pequi; quando ele chegou para aqui, não tinha casa para ele ficá (AI10).

São reveladoras as lembranças e conversas realizadas no cotidiano:

Tem um pé de pequi chamado pequizeiro de dona Brígida. Era minha mãe, ela foi enterrada debaixo do pé de pequi. Lá dá um pequi gostoso e carnudo. Sempre que a gente passava por lá ela pedia para ser enterrada debaixo do pé de pequi e todo mundo chama o pé de pequi de dona Brígida (AI13).

Porém, o pequi, para a população local, significa mais. É:

(...)como uma mãe de família, bem caridosa com os filhos. O pequi, a gente apanha ele, cozinha, come, vende ele, compra as coisas que a

gente quiser. Então, eu comparo ele com uma mãe bem caridosa com os filhos e os filhos de outras mães (AI14).

Quanto aos aspectos econômicos, atribui-se ao pequi o fato de ser o provedor da maior parte da renda dos agricultores familiares locais, bem como o de mantenedor da vida dessas pessoas ao reforçar a possibilidade de permanecerem em sua terra, pois a safra do pequi se dá justamente quando a produção agrícola anterior acabou e a nova ainda não veio. Assim, propicia-lhes garantia de renda: “é tempo de pequi cada um cuida de si”.

A importância do pequi para estes agricultores pode ser constatada no depoimento a seguir:

No período do pequi, Japonvar praticamente vive em função do fruto. Você vê todo mundo aqui direta ou indiretamente envolvido neste processo de cata, comercialização e transformação do pequi. Desde do camarada que cata, até o menino na beira da rua que está vendendo, passando por isso aí, têm nós que estamos dentro do processo tentando organizar. Tem o próprio comerciante, porque se o camarada está vendendo, está vendendo, está entrando dinheiro, ele vai melhor o comércio dele lá. Tem todo um sistema que se está trabalhando a questão do pequi que o pessoal pára. Se eles param para fazer é porque aquilo para eles é importante. Se não, eles não paravam não. Então, eles deixam os afazeres deles, deixam sua roça porque o pequi é importante (IT1).

A tradução do resultado da comercialização do pequi se dá na aquisição de móveis, equipamentos, animais de carga e outros bens. É justamente com este dinheiro e não com o recurso derivado da atividade agropecuária da pequena propriedade que o pequeno produtor rural local consegue adquirir bens não ligados às necessidades vegetativas. Um depoimento ilustra isto muito bem:

(...) não é história, não é o que aconteceu comigo. Sempre no início da safra a gente comprava uma coisa confiando que teria o dinheiro para pagar. E as coisas que eu trouxe para minha casa, a geladeira, a televisão foram comprados com o dinheiro do pequi (AI15).

Na alimentação, é considerado um alimento quente, rimoso e forte “tem que saber comer, pois é uma alimentação muito forte, de vitamina muito penetrante. Se você não souber comer, se você comer muito, exagerado, pode fazer mal” (AI7). É a carne; dele faz-se o bolo, o óleo, sorvete, a conserva a mistura da paçoca. É remédio, podendo ser utilizado para cicatrizar ferida; é expectorante por “tirar a chiadeira do peito” e bom para gastrite e para os rins: “as folhas se cozinham para beber, porque é bom para os rins. A gente cozinha as folhas dele quando tá madura ou seca. Cozinha para beber; é muito bom. A folha também é boa para a gastrite”.

Assim, ao pequi atribui-se a importância de ser o gerador de renda em um determinado momento, de segurança alimentar, de socialização, de renda, de referência espacial, de memória, de refúgio seguro na morte. Encontra-se associado às vivências, possibilitando a construção de novas realidades por meio deste signo. Porém, é o significado do poder afrodisíaco que mais salta aos olhos. O imaginário popular atribui a este fruto o poder miraculoso de aquecer as relações amorosas. Marias e Paulos são transformados em Afrodites e Vênus no período da safra. Aplica-se também aos animais este poder; é arriscado comer as moelas das galinhas servidas nos restaurantes locais no período da safra por conterem uma acentuada quantidade de espinhos. Afirmam os atores locais que, ao alimentar estes animais com o pequi, elas aumentam significativamente a sua postura.

Selecionaram-se vários depoimentos que vão ao encontro deste valor atribuído ao pequi:

Isto aí, por onde eu tenho andado, eu tenho falado isso aí. Não é pesquisa com os outros não, é pesquisa comigo mesmo. Na época do pequi meu potencial sexual aumenta em 50%. É uma coisa que eu tenho falado, eu fico até perigoso na época do pequi (IT2).

(...) ele, junto a sua esposa, sua amiga, só não vale inimiga, amiga, vai, vai catar o pequi e nessa hora, nessa dança e nessa atividade extremamente democrática, na convivência como o ambiente, com a bela natureza, aí acontece. Nove meses depois, entre agosto e setembro, acontece o desdobraimento do acontecido debaixo do pequizeiro (IT3).

Na época do pequi as mulheres ficam mais grávidas, porque o fruto do pequi é forte e as pessoas comendo ficam muito mais férteis. É, eu acredito que sim. Acredito que sim (IT5).

Na época da produção de pequi o pessoal fala e é confirmado. E é verdade o que tem de mulher que engravida na safra do pequi. Não é brincadeira não (AI16).

No tempo do pequi, o pequi é quente demais e as mulheres ficam todas prosas. O bicho é bom. Se a mulher não for capada, o bicho é quente. Quando chega lá para agosto só vê moleque gritando (AI3).

Eu sei que depois da safra do pequi é a safra das crianças. Produz muito (AI7).

Na época do pequi é a época das pessoas encontrar no tabuleiro; quem é casada coloca chifre no marido (AI12).

Recorreu-se então ao levantamento do número de nascidos vivos no município de Japonvar, MG, tendo como resultado os dados inseridos na Tabela 1.

TABELA 1 - Levantamento do números de nascidos vivos mês/ano, Japonvar, MG

MÊS	ANO			
	1999	2000	2001	2002
FEVEREIRO				
MARÇO	28	39	35	33
ABRIL				
MAIO				
JUNHO	40	28	30	30
JULHO				
AGOSTO				
SETEMBRO	42	40	40	21
OUTUBRO				
NOVEMBRO				
DEZEMBRO	32	41	31	35
JANEIRO				
TOTAL	142	148	136	119

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - Japonvar/MG

Com base nos dados da Tabela 1 e na análise do agrupamento trimestral identificando os meses de agosto/setembro/outubro como recebedores dos reflexos do comportamento dos sertanejos realizados em plena safra, detêm-se as seguintes informações: os anos de 1999/2000/2001 confirmam a idéia de maior número de nascimentos de crianças no trimestre em foco; contudo, em 2002, o número de nascimentos é o menor em relação a todos os outros trimestres, negando, à primeira vista, a idéia de maior número de nascimentos recaindo nove meses após a safra do pequi. Porém, a fala coletiva continua afirmando: “tempo de pequi, tempo de muito guri”.

Quanto à cata do pequi, há um consenso normativo tácito, garantindo o acesso de todos aos frutos caídos no chão, independentemente do local em que se encontram. Tal consenso é derivado da situação de ser o pequi considerado um bem livre, não plantado e pertencente a todos. Contudo percebe-se, ainda

que de forma incipiente, podendo ser ampliado pela introdução na cidade da UBP e de iniciativas privadas em cursos da transformação do pequi, conflitos entre os catadores de pequi e os proprietários rurais.

Já a prática da derrubada do pequi é recriminada pela maioria dos catadores, pois defendem que o ato de derrubar o fruto do pé interfere no ciclo natural do fruto, eliminando a chance da natureza de privilegiar o escolhido com os frutos do pequizeiro. Elimina-se também a chance de, em momentos diversos, ou em toda a safra, terem os catadores a chance de acesso aos frutos. A única estratégia aceita é a de acordar mais cedo, estando primeiro presente embaixo dos pequizeiros. Os catadores, a respeito destas situações, assim se manifestam:

Eu só cato o que está embaixo mesmo. Derrubar, Deus que me livre, não posso derrubar não, ele é o pão-nosso. Se derrubar hoje o bastante, amanhã não pega nada (AI7).

Eu saio lá de casa às 4:15 da manhã. Nós saímos com a lanterna. Tem uns catadores que levantam cedo para apanhar, então nós levantamos e vamos primeiro, porque a gente, se chegar atrasado, a gente não encontra nada. Então, a gente põe o relógio para despertar (AI7).

É verdade que esta prática violenta a plena comunicação do homem com a natureza.

O próprio espriamento de pequizeiros sobre o cerrado de Japonvar é determinante na determinação de itinerários de catação específicos, oportunizando chances diversas de coleta. Não dá para estar em todo lugar ao mesmo tempo; assim, abrem-se oportunidades para a criação de itinerários e oportunidades diversas, contemplando a maioria das famílias catadoras de pequi.

Porém, ocorrem ainda práticas de derrubada do pequi no pé, chamada pela população local de “bater a vara”. Esta conduta é definida e estimulada por atravessadores externos que chegam com os caminhões e têm pressa em carregá-los, a fim de garantir um ganho econômico, bem como possibilitar transporte para regiões mais distantes tendo em vista a maturação dos frutos. Tal estratégia

repercuta negativamente no ciclo reprodutivo do pequi, pois, ferindo a árvore, produzem condições propícias para instalação de insetos e estes interferem e impedem a floração, comprometendo a safra seguinte. Quanto à comercialização dos frutos verdes, estes não abrem e, por isso, é atribuído à região que os originou o título de não possuidoras de frutos bons.

As ações de comercializações dentro do município seguem a “lógica da feira”: vende-se pelo melhor preço ou para o primeiro que chegar. Atualmente, esta lógica comercial vem sendo modificada pela presença marcante da COOPERJAP na mediação da comercialização, ao estipular o preço mínimo por caixa.

Assim, a discussão da intervenção por meio da adequação da teoria da ação comunicativa, mesmo que esta não faça referência direta a este processo, possibilitou esclarecimentos que podem contribuir favoravelmente para o desenvolvimento da comunidade japonvarense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pautou-se pelo esclarecimento das intervenções dirigidas às Associações Appramigos, Apport e Aprocam, todas instaladas em Japonvar. Foram observadas práticas sustentadas por condutas prescritivas, bem como a atuação pautada no religar dos saberes do técnico com os dos AIs. A comunicação foi considerada o *médium* pelo qual o processo de intervenção se estabelece, diferencia-se e determina o resultado da ação dirigida à comunidade.

As ações dirigidas a Appramigos e Apport e de iniciativa do BNB têm características tipicamente de uma intervenção prescritiva, uma vez que se baseavam em círculos fechados de decisão tecnocrática, em que os critérios instrumentais de eficiência (capacidade de pagamento e rentabilidade) foram considerados mais importantes que os de equidade e as questões da inclusão e participação efetiva dos sertanejos são abordadas, mas de forma a garantir apenas a legitimidade do modelo de desenvolvimento prescrito.

Ancorou-se também esta prática de intervenção na concepção positivista da realidade, ou seja, traduzia-se o compromisso de promover a melhoria dos meios de vida da comunidade, tendo como base determinantes lógicos e racionais lastreados no conhecimento científico e tecnológico.

Assim, lastreado por estes critérios, o Banco elaborou e fez com que fosse adotado um projeto totalmente estranho às vocações locais, ficando conhecido na região de Japonvar como o “projeto da vaca preta”. Ficou patente, após tal procedimento, a não valorização pela instituição das percepções, saber e significados culturais locais. A burocracia do banco fiava-se em que este acervo cultural e o saber detido pelos associados incorporavam incertezas e ambigüidades, impedindo a produção de resultados positivos, precisos e sistemáticos. Na prática, o que se pôde constatar foi o contrário. Foi justamente

o modelo prescrito que se afastou da realidade local. Distanciou-se do dia-a-dia dos AIs sustentado na variável tempo. Justificava o banco a apresentação de um modelo de desenvolvimento pronto, com o argumento de que a região tinha pressa de desenvolver-se e as discussões para a pactuação do consenso tomam muito tempo. Com este pressuposto, mitigava o BNB o seu maior interesse, ou seja, utilizar-se da falta de tempo, transformando-o em instrumento legítimo de manipulação e aumento de poder.

Esta conduta e interesse colaboraram para consolidar crenças negativas e estabelecidas quanto à construção do consenso comunicativo. Entendiam os intervenientes ser a prática da construção do consenso porta larga à perda de tempo, à ineficácia e à ineficiência das ações de desenvolvimento local, servindo apenas para dar sustentação ao romantismo infantil e não técnico, ao sentimentalismo irresponsável dos que acreditam que um grupo de sertanejos possa decidir sobre a difícil e complexa arte do desenvolvimento, uma vez que este não detém o domínio da ciência e da técnica.

A estratégia adotada de forma encoberta pela burocracia do banco para a legitimação do modelo pronto sustentou-se em um discurso distorcido e em certas situações manipulatório. Para tanto, recorreu-se à forte crença, tanto dos funcionários do BNB, do técnico da EMATER, quanto da população local, na racionalidade instrumental, na superioridade da técnica, na primazia dos métodos científicos para produzirem soluções objetivas, tecnicamente corretas e justificáveis do ponto de vista social.

Esta crença, alinhada à estratégia encoberta, induziu e sustentou uma cultura de acomodação e descrença, em que as possíveis discussões questionadoras foram transformadas pelo adestramento funcional ou imposição tutorial e, conseqüentemente, pela resignação profissional normativa organizacional, em uma conduta do silêncio e na inexistência das discussões livres e criativas.

A inexistência do ambiente comunicativo estabeleceu também a forma de planejamento conduzido pelo BNB e dirigido às associações da Appramigos e Apport. Baseou-se em um modelo de racionalidade técnica-científica e na lógica da ação estratégica e dramatúrgica para a obtenção de resultados definidos. Estas ações se traduziam no não atendimento aos pressupostos da democracia, quais sejam, a atenção aos requisitos da participação e da defesa da inclusão social.

Como as ações estratégicas encobertas não tinha como propósito os atendimentos básicos das necessidades emancipatória dos AIs e ao formatarem-se na prática prescritiva, em um fluxo sistêmico de cima para baixo e na comunicação não dialógica, criou-se um contexto não propício à sensibilização do cidadão em torno de suas propostas e determinou-se o fracasso técnico da proposta por não conseguir promover a funcionalidade e a melhoria dos meios de vida e reforçou o modelo tutorial de intervenção.

Esses tipos de ações, no primeiro momento, se constituíram nos elementos chaves da prática burocrática do BNB para condicionar opiniões, tanto das manifestações dos seus funcionários quanto dos atores impactados. O discurso oficial do banco se revelava por meios de códigos privados de linguagem, dando ênfase a intrincados modelos de capacidade de pagamento fundamentados em técnicas quantitativas de avaliação. Com este discurso sofisticado, excluía os atores impactados do debate e deslocava o discurso do espaço comunicativo do dia-a-dia para os gabinetes dos projetistas. Em outras palavras, colonizava-se o espaço deliberativo democrático, tendo como instrumento o discurso tecnicamente informado.

Reforçava-se também a perspectiva do modelo tecnicamente perfeito, do projeto adequado, da proposta ideal, fundamentados em critérios unidimensionais de razão. Sustenta-se em um modelo ideal geral, superior ou

mais apropriado resultante da produção solitária do técnico sem a absorção do prodigioso conhecimento que as comunidades locais têm de seu meio natural.

Apesar deste discurso todo elaborado e da competência técnica do corpo funcional do BNB, a tradução desta prática no cotidiano da comunidade de Japonvar e especificamente na Appramigos e Apport apontou para o fracasso dessa prática de intervenção prescritiva em construir contextos mais justos e mais sustentados. Faltou a conversa, faltou a veracidade, faltou o entendimento com os AIs. Faltou perguntar, faltou deixar os envolvidos no processo de intervenção falarem sobre os seus interesses, sobre suas habilidades e sobre o seu mundo. Contribuiu sim, esta prática, para a apatia participativa comunitária ao excluir os atores impactados dos processos de decisão. A ação tanto do projetista como do extensionista da EMATER nestes casos de intervenção, foi a de teatralizar a falsa participação dos AIs no modelo prescritivo-tecnocrático-burocrático.

Este modelo de desenvolvimento, ao ser criado fora do contexto da "práxis" comunicativa, ao definir a vaca leiteira girolanda como recurso de desenvolvimento, por meio de análises e diagnósticos descolados do mundo imediato do mundo dos atores impactados, não se sustentou. Pelo contrário, alardeou a prepotência técnica e o seu afastamento como colaboradores das soluções dos problemas cotidianos. Esse fluxo organizado e sistêmico não propiciou também a crítica e a conscientização, implícitas no processo do debate e não possibilitou a emancipação da razão.

Ao atentar para o total fracasso dos projetos dirigidos às associações Appramigos e Apport, o BNB propôs o Farol do Desenvolvimento como espaço discursivo livre e aberto onde seria reconhecida a existência de diversas comunidades morais, cada qual com seus sistemas de significados e de conhecimentos e formas específicas de razão convivendo e determinando o mundo da vida.

Estes pressupostos iniciais de convivência destas diversas comunidades, suas linguagens, discursos e percepções foram contrariados na prática da condução do Farol do Desenvolvimento. Primeiro, os assuntos tratados no espaço comunicativo eram previamente elaborados; repetia-se com isso a prática prescritiva das ações elaboradas e implantadas pelo BNB; segundo, sustentava-se em um fluxo organizado da comunicação executando oficinas de trabalho previamente pensadas e padronizadas; terceiro, a participação nos espaços comunicativos era privilegiada e destinava-se apenas às discussões das lideranças locais; quarta, os agentes de desenvolvimento responsáveis pela condução dos fóruns, mais uma vez, colocavam sua resignação profissional normativa à frente de suas percepções cotidianas. Repete-se essencialmente o modelo prescritivo o qual o Farol de Desenvolvimento tinha a responsabilidade de discutir.

Em suma, a atuação do Banco do Nordeste do Brasil, na figura de interveniente nesta área de pobreza acentuada como é Japonvar, configurou-se em propor às associações Appramigos e Apport, em suas lutas contra as adversidades, adotarem mudanças técnicas por meio de financiamento reembolsável. Acreditava-se na idéia de que os financiamentos em si, capitaneados pela ciência instrumentalizada na técnica, seriam capazes de alavancar o desenvolvimento local por si só. Afastava-se com isso da possibilidade de formulação de projetos inovadores e sustentados no conhecimento e na articulação entre os atores locais, com objetivos específicos de geração e distribuição de renda e emancipação da comunidade. Dessa forma, ao separar trabalho e conhecimento, impossibilitou a criação de projetos inovadores.

Com esta conduta, o BNB perpetua o seu dilema estrutural: deseja ser um agente de desenvolvimento competente e atuante, porém, o que consegue ser é apenas um banco mercantil, com um corpo funcional de excelência. Contudo,

resigna-se em atender apenas às normas organizacionais e modelos previamente elaborados, sem questionamento ou participação efetiva.

Quanto à ação de intervenção realizada tendo o protagonismo da EMATER e da prefeitura local e dirigida à Associação dos Pequenos Produtores de Cabeceira do Mangai, ela retomou a idéia do planejamento participativo. Resgatou-a com o sentido de atividade orientadora das ações coletivas para a construção de alternativas de consenso, recuperando também os pressupostos da democracia e da inclusão social. Observa-se, com esta prática, a utilização de instrumentos participativos com a insistência em acolher as diferentes concepções de mundo, aspirações e interesses conflitantes da comunidade local.

Assim, foi possível verificar uma visível valorização na ação de intervenção dirigida à Apocam, do que Habermas sugere como uma concepção de razão baseada na pluralidade de discursos, na qual se incluem não apenas formas de argumentação técnico-científica, mas também dimensões morais e experiências estéticas. Recuperam-se também o saber e os recursos locais, apoiando-se tanto no senso prático como no conhecimento formal, e efetivando o consenso em discussões entre os membros do debate.

A constância destas discussões tendo como compromisso real, tanto por parte do técnico da EMATER quanto do prefeito local, o estabelecimento do entendimento intersubjetivo com os associados da Aprocam, foi facilitado pelas reuniões. Nestas falavam abertamente da possibilidade de atendimento, ou seja, ocorria um convite ao associado para que o mesmo viesse a construir a proposta do desenvolvimento.

A defesa dos pressupostos democráticos pôde ser identificada na prática de intervenção dirigida à Apocram pelos seguintes aspectos: nas reuniões mensais ou quinzenais, quando havia a participação de intervenientes, as discussões pautavam-se pela valorização do processo interativo e interpretativo das deliberações como requisito para a definição das ações a serem perseguidas

coletivamente; reconheciam como imprescindível a participação direta dos associados envolvidos na discussão; buscava-se a atuação solidária e cooperativa dos intervenientes e não a retirada destes de cena, apenas mudava-se a forma das suas atuações; em vez de agirem assumindo o papel principal, atuavam agora estabelecendo as condições para a auto-promoção dos associados.

Dessa forma, este modo de intervenção sustentado na prática comunicativa de religar os diversos saberes dos envolvidos no processo e dirigido à Associação dos Pequenos Produtores de Cabeceira do Mangai, buscou romper com a certeza de que somente as políticas lógicas e racionais, os projetos universalizantes e tecnicamente consistentes são suficientes para legitimar e introduzir ações de desenvolvimento junto à comunidade.

Recuperou-se a necessidade da formulação de objetivos baseados na forma como os problemas são percebidos e definidos pelos atores impactados; dessa forma, as soluções racionais e moralmente justificáveis sofrem agora a necessidade de serem validadas pela racionalidade comunicativa dos que direta ou indiretamente fazem parte do problema. Em síntese, o percebido foi uma contraposição a toda ação de intervenção engendrada anteriormente pelo BNB. As críticas construídas àquele modelo foram possíveis porque o projeto se traduziu em um fracasso, favoreceu a reflexão de todos os participantes do processo e serviu de base para a construção de novas alternativas de desenvolvimento local.

Dessa forma, a prática de intervenção de religar saberes dirigida à Aprocam positivou-se ao evitar o viés do intervencionista de se ancorar na busca do desenvolvimento ideal em detrimento do desenvolvimento possível e desejado. Esta preocupação também derivou da percepção dos indicativos de desenvolvimento trazidos para a região e totalmente estranhos ao contexto adotante, como foi o caso do “projeto da vaca preta” introduzido pelo BNB. Ao contrário do BNB, a EMATER e prefeitura local, já inseridos no contexto,

voltaram seus contatos para o mundo em que vivem os sertanejos excluídos e a sua sociedade, criando espaços comunicativos específicos para a troca de experiência e contribuindo para a construção de projetos adequados à realidade local, no caso, o aproveitamento racional do pequi.

Ao encaminhar-se para um consenso de que a intervenção é uma atividade prevalecentemente política e não técnica, consolidou-se a prática da comunicação dialógica como a mediadora do agir e da decisão coletiva sobre os possíveis caminhos de solução dos problemas vivenciados localmente. Não se deixou de reconhecer a importância do saber técnico-racional, apenas retira-se o seu rótulo prescritivo e tutorial, dando-lhe uma função de informar e sustentar o processo democrático de deliberação, como uma ferramenta de suporte ao debate e não como o único método racional de abordagem da realidade.

Porém, trata-se de uma construção árdua, pois, insistentemente, os pressupostos não dialógicos tendem a instalar-se constantemente na prática cotidiana. Assim, o processo de intervenção via religação deve ser perseguido por meio da repactuações constantes de consensos.

Quanto ao espaço comunicativo, no caso as reuniões anuais das associações e os seminários do pró-pequi, ele tem origem na prática do diálogo tendo como objetivo um processo prático, voltado para a ação. Pode-se verificar uma preocupação dos intervenientes envolvidos neste processo de estabelecer uma condição ideal de fala em que os pressupostos garantidores para a prática do discurso estivessem presentes. Assim, buscavam a troca de idéias e visões com os AIs, sustentada em um diálogo inteligível, no qual a verdade de propósitos se fazia presente e estes mereciam a consideração coletiva por serem justos e falavam de perto sobre os problemas do cotidiano dos participantes dos atos de fala.

Percebe-se ainda, neste espaço comunicativo, o processo crítico e reflexivo, discutindo inclusive os consensos estabelecidos anteriormente de

forma livre e democrática, de modo a verificar se estes não se tornaram instrumento de dominação ou se continuavam firmados no consenso e tendo a aprovação de todos os participantes das reuniões.

Este conjunto de fatores afetou positivamente a inclusão participativa dos associados da Aprocam e indicou tendência de desenvolvimento da associação pelos seguintes motivos: primeiro, este processo de intervenção lastreava-se na interação, cooperação e solidariedade, formando o padrão de participação comunitária, estimulando o capital social da associação, representado pelo conjunto das habilidades das pessoas envolvidas no processo de intervenção e suas organizações, à melhor utilização dos ativos econômicos; segundo, a qualidade da gestão pública municipal, atuando de forma amplamente dialógica e ancorando-se em um planejamento estratégico e participativo e, terceiro, a localização do município em relação a transporte, educação e acesso a mercados.

Contudo, há uma preocupação quanto à constância, permanência e forma destas discussões: saber se a comunidade se encontra apta a continuar o processo sem a participação efetiva da EMATER e da prefeitura local. O que se percebeu na pesquisa é uma defesa das práticas discursivas e a procura insistente pela religação do saber técnico com o saber local. Infelizmente, o tempo de observação limitado não permitirá perceber a performance discursiva da comunidade após a troca do gestor municipal local. Ou seja, não será possível verificar se a ação de intervenção baseada na comunicação dialógica produziu o efeito emancipador, instituindo a prática do agir comunicativamente como prevacente nas discussões de desenvolvimento local.

Outro limite significativo é a impossibilidade de observar se a ação dos AIs continuarão a dirigir-se para o entendimento (obtenção de acordo entre sujeitos lingüística e interativamente competentes) ou se voltar-se-á para o êxito (sucesso e ganhos individuais) após o pleno funcionamento da Unidade

Beneficiadora do Pequi(UBP), após o atendimento dos interesses comuns e estabelecimento de novos interesses.

Enfim, os atores impactados da Aprocam enfrentarão pesados desafios para a confirmação desta prática sustentada nos pressupostos da solidariedade, cooperação e interação, devido aos imperativos da ordem capitalista que tendem a colonizar, via burocracia e as reconhecidas leis de mercado, as relações do dia-a-dia. Estes instrumentos tendem a determinar comportamentos-padrões, indicando para o rompimento da possibilidade do consenso. Assim, ao entrar em pleno funcionamento, a unidade de beneficiamento poderá fazer aflorar os comportamentos da busca do auto-interesse, do individualismo e das decisões solitárias, prevalecendo a racionalidade instrumental.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997. 99 p.
- ALENCAR, E. Formas de intervenção e associações comunitárias apresentação de três casos. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 97-115, set. 1995.
- ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, jan./jun. 1990.
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.
- ALHO, C. J. R.; MARTINS, E. S. **De grão em grão o cerrado perde espaço**. Brasília: Pró-Cer, 1995. 66 p.
- ALMEIDA, S. P.; PROENÇA, C. E. B.; SANO, S. M.; RIBEIRO, J. F. **Cerrado: espécies vegetais úteis**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. 464 p.
- ANDERSON, B. P.; DAYRELL, A. Reflorestamento indígena. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.6, n. 31, p. 44-51, maio, 1987.
- BARBOSA, N. A. **A questão e a comunicação rural no Brasil**. 1986. 105 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BARBOSA, A. S.; NASCIMENTO, I. V. **Processos culturais associados à vegetação**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 155-170.
- BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997. 573 p.
- BERLO, D. K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 296 p.
- BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2000. 167 p.
- BOGDAN, R. C.; BIKKLEM, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994. 335 p.

- BORDENAVE, J. E. D. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 110 p.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 105 p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL: mapa dos ecossistemas brasileiros. Disponível em: <<http://www.ecologia.hypermart.net/dtn-e-html>>. Acesso em: 20 out. 2003.
- BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem.** Campinas: Papyrus, 1986. 115 p.
- BROWN, D. **Strategies of social development no0n-govemment organizations and limitations of freirean approach.** Reading: The University of Reading, Faculty of Educationa and Community Studies, 1994. 77 p.
- BUSCHBACHER, R. **Expansão Agrícola e perda da biodiversidade no cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional.** Brasília: WWF Brasil, 2000. 104 p.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, Brasília, v. 24, n. 3, p 70-90, set./dez. 1994.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova extensão rural.** Texto apresentado ao Congresso Mundial de Sociologia. Rio de Janeiro. 15 p. 2000b. Mimeografado.
- CARDOSO, J. M. A. **A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais.** 1996. 258 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- CARNEIRO, G. V. N. F. B. O lugar e a vida de pequenos produtores. In: SANTOS, G. R. (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais.** Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 77-98.
- CAVALCANTE, A. R. **O Projeto da modernidade em Habermas.** Londrina: UEL, 2001. 290 p.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. New York: Longman. 1983. 246 p.

COSTA, J. B. de. A Cultura Sertaneja: a conjulgação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, G. R. (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas: considerações a partir das ciências sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 77-98.

CUNHA, A. S. **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA, 1994. 256 p.

DA MATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 143-173

DAYRELL, C. A. **Gerazeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**, 1998. 188 p. Mestrado (Dissertação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Internacional de Andalucia, Andalucia.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. Fortaleza: UFC, 1986. 137 p.

DUARTE, L. M. G. Desenvolvimento sustentável: um olhar sobre os cerrados brasileiros. In: DUARTE, L. M. G; THEODORO, S. H. (Orgs.). **Dilema do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 239 p.

DUARTE, L. M. G. Globalização, agricultura e meio ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos cerrados. In: DUARTE, L. M. G; BRAGA, M. L. S. (Orgs.). **Tristes cerrados, sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 11-22.

FARINA, M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. **Competitividade e organização das cadeias agroindustriais**. São Paulo: USP/FEA/PENSA, 1994. 63 p.

FRANÇA, V. R. V. **Comunicação e incomunicação no desenvolvimento de pequenos agricultores**. 1978. 201 p. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. 93 p.

- FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Cortez & Morales, 1979. 102 p.
- FREYRE, G. Nordeste, aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967. 220 p.
- FRIEDRICH, O. A. Comunicação Rural: proposição crítica de uma nova concepção.** Brasília: EMBRATER, 1988. 61 p.
- FURTADO, A. Agribusiness brasileiro: a história.** São Paulo: Evoluir, 2002. p. 46.
- GALJART, B. Counterdevelopment: A position paper.** *Community Development Journal*, Oxford, v. 16, n. 1, p. 88-96. Apr. 1981.
- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- GOEDERT, W. J. Região dos cerrados: potencial agrícola e política para seu desenvolvimento.** *Pesquisa agropecuária brasileira*, Brasília: v. 15. n. 1, p. 1-17, jun. 1989.
- GUADAGNIN, D. Comunicação interpessoal e a administração rural: um estudo no Estado de Santa Catarina, 1995.** 129 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- GUBA, E; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research.** In: DEZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 1994. p. 105-117.
- HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 164-172.
- HABERMAS, J. Pensamento pós-metafísico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990a.
- HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade.** Lisboa: Dom Quixote, 1990b. 350 p.
- HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa.** Madrid: Taurus I, 1987a. 517 p.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus II, 1987b. 618 p.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Cátedra, 1994. p. 369-395.

KITCHING, G. **Development and underdevelopment in historical perspectiva: populismo, nationalism and industrialization**. Londres: Rontlege, 1989. 209 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

MATA-MACHADO, B. N. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. 168 p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. São Paulo: Atlas, 1993. 225 p.

MAURÍCIO, M. A. C. E Deus criou o pequi. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 12, dez. 1988.

MIRANDA, A. C; MIRANDA, H. S. Impactos de processos ecológicos – estresse hídrico. In: DIAS, B. F. S. (Coord.). **Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis**. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1996. p. 30-34.

NEVES, M. F.; SPERS, E. E. Agribusiness: a origem, os conceitos e tendências na Europa. In: MACHADO FILHO, C. A P.; SPERS, E. E.; CHADDAD, F. R.; NEVES, M. F. **Agribuiseness Europeu**. São Paulo: Pioneira, 1996. p. 1-15.

NOVAES, W. Prefácio. In: PINTO, M. N. (Org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2. ed. Brasília: UNB, 1993. p. 3-9.

OAKLEY, P. Participation in development in NE Brazil. **Community development journal**, Oxford, v. 16, n. 1, p. 10-22, Jan. 1980.

OAKLEY, P.; GARFORTH, C. **Manual de capacitación en actividades de extensión**. Roma: FAO, 1985. 152 p.

- POZO, O. V. C. **Pequi (*Caryocar brasiliense*): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do cerrado no Norte de Minas Gerais**. 1997. 100 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos religiosos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. 242 p.
- RIBEIRO, J. F.; FONSECA, C. E. L.; ALMEIDA, S. P.; PROENÇA, C. B.; SILVA, J. A.; SANO, S. M. **Espécies arbóreas de usos múltiplos da região do cerrado: caracterização botânica, uso potencial e reprodução**. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMA AGROFLESTAS, 1994. *Anais...* [S.l.]: Embrapa-CMPAF, 1994. p. 335-356. (Embrapa-CMPAF-Documents, 27).
- RIBEIRO, R. F. **Os índios do sertão mineiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1997a. 28 p. Mimeografado.
- RIBEIRO, R. F. **Pequi o rei do cerrado: roendo o fruto sertanejo por todos os lados**. Belo Horizonte: Rede Cerrado/Rede/CAA-NM/Campo Vale, 2000. 62 p.
- RIBEIRO, R. F. **Programas de desenvolvimento do cerrado: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997b. 21 p. Mimeografado.
- ROGER, E.; SHOEMAKER, F. F. **Comunicacion of inovations**. 2. ed. New York: Mcmillan, 1971. 367 p.
- SALAZAR, L. La acción comunicativa como complementación al enfoque de sistemas. *Revista Investigación, Desarrollo para América Latina*, West Port, v. 1, n. 1, p. 68-75. 1992.
- SARDAN, J. P. O. **Populisme en ciencia sociales**. *Cahies d'Étudies Africaines*, v. 20, n. 4, p. 475-492, 1990.
- SILVA, C. E. M. **Cerrados e camponeses no norte de minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações**. 1999. 242 p. Dissertação (Mestrado em geografia e organização humana do espaço) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Rineart & Winston, 1980. 195 p.
- STAKE, R. E. Case studies. In: DEZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994. p. 236-247.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

ANEXOS

ANEXO 1 - Lenda

O jacaré namorava as mulheres de Vaitsauê. Todos os dias, elas preparavam mingau e beiju, feito só de polvilho, para ele, enquanto para o marido faziam de massa grossa sem nenhum capricho. Era só o marido ir caçar, levavam o mingau para o jacaré, quando iam arrancar mandioca, pois ele morava na beira da roça de Vaitsauê. Gritavam pelo amante tratando-o de Nateicá, para o marido não desconfiar. Ele vinha comia o beiju, bebia o mingau e namorava as mulheres.

Certo dia, Vaitsauê voltava do mato quando viu uma cutia bem perto dele. Quando ia flechar, ela falou: Por que você vai fazer isso comigo, meu neto? E contou a ele que as mulheres, todos os dias, levavam mingau e beiju e namoravam com o jacaré. Mostrou o lugar e disse que ele fizesse um jirau alto para sentar e ficar esperando. Assim ele fez. Também cortou buritirana para fazer uma ponta de flecha. Quando estava preparando as flechas, as mulheres perguntaram por que ele estava fazendo aquilo. Respondeu que era para matar o homem que estava andando com elas. As mulheres quiseram saber quem havia contado a ele, que disse que já sabia que elas estavam namorando.

No dia seguinte, Vaitsauê saiu mais cedo e se pôs a esperar em cima da jirau. As mulheres pensando que ele tinha ido caçar, fizeram como de costume: foram até a roça e chamaram por Nateicá. O jacaré também fez como todo dia e levou as mulheres para namorar debaixo do jirau, sem saber que lá em cima estava Vaitsauê. De lá, ele lançou duas flechas e matou o jacaré. As mulheres olharam para cima e perguntaram: Por que você matou esse moço? Vaitsauê respondeu: Precisei matar mesmo. Esse marido de vocês! Desceu do jirau e bateu muito nas mulheres e voltou para a aldeia.

De tarde, ele foi buscar as mulheres que haviam passado o dia chorando sobre o morto. Elas não quiseram ir e continuaram na roça a chorar. Depois resolveram queimar o corpo do namorado numa grande fogueira, que ardeu por muito tempo até ficar reduzido a cinza. Como não queriam abandonar o local, o pessoal de Vaitsauê construiu uma casa ali. Quando as chuvas chegaram e molharam as cinzas, brotou no lugar uma planta, que as mulheres não conheciam. No outro dia, mais duas plantas desconhecidas tinham nascido lá.

Passado algum tempo, o Sol e a Lua foram visitar as mulheres, que convidaram-nos para ver as plantas, que viam todos os dias, mas não conheciam.

O Sol e a Lua examinaram as plantas e revelaram os seus nomes: eram a pimenta, a cabaça e o pequi. A Lua explicou que esta, daí algum tempo, quando crescesse ia dar flor e quando essa caísse, daria muita fruta. E assim aconteceu. Antes que os frutos amadurecessem, o Sol e a Lua voltaram à aldeia dizendo às mulheres que regressariam quando o pequi começasse a cair. Elas ficaram esperando para aprender mais sobre o pequi.

O Sol e a Lua voltaram quando este começava a cair e perguntaram às mulheres se tinham experimentado a fruta, que responderam negativamente. O Sol pegou uma fruta do chão, abriu, tirou o caroço e cheirou. Mas o pequi não tinha cheiro e ele disse que assim não era bom, abrindo em seguida alguns pequis e fazendo com que passassem a cheirar. A Lua mandou que juntassem bastante pequi para preparar mingau. O Sol, com medo de elas interromperem o serviço, disse que não comessem logo os pequis para não ficarem doentes.

Enquanto as mulheres iam abrindo os frutos e cozinhando os caroços, o Sol e a Lua tocavam aviraré (berimbau) e gritavam de alegria, dentro do tapâim (casa dos homens). Todo o pessoal esperava o pequi que as mulheres preparavam. Depois de pronto, a massa de pequi encheu grandes cuias, que foram entregues ao Sol para distribuir junto com beijus. Antes o Sol entoou um canto para que não contráissem doença e depois da refeição escarificou todo o pessoal ensinando que sempre deviam proceder dessa maneira para não pegar doença.

Vendo que os pequis continuavam caindo cada vez mais, durante os muitos dias que o Sol e a Lua ficaram na aldeia, as mulheres foram dizer ao Sol que haviam muitos frutos no chão. Ele mandou que juntassem tudo para fazer massa e guardassem na água em longos samburás. Passados alguns dias, o Sol mandou que experiemtassem e todos gostaram do mingau que foi feito. O pequi continuava a cair e as mulheres continuavam a guardar a massa na água. O Sol mandou fazer tucumaiá (refresco de pequi) e todos também apreciaram. O Sol e a Lua festejaram o pequi entrando em todas as casas, tocando aviraré. Estavam todos muito alegres, homens, mulheres e crianças.

Terminada a brincadeira, a Lua disse às mulheres que, em breve, seu marido voltaria e elas deveriam recebê-lo. Elas responderam que não gostavam dele e que seria bom que não viesse, mas a Lua insistiu que deveriam gostar do marido e que era feio ficarem sozinhas. Vaitsauê apareceu mesmo, todo enfeitado, com colares, adornos e brincos, mas as mulheres não quiseram saber dele e ficaram chorando. A lua repreendeu-as e disse para fazerem mingau e conversarem com ele. As esposas de Vaitsauê fizeram o mingau de casca de pequi e o Sol disse que ela não servia para isso, pois quem tomasse daquele

mingau, adoceria para toda a vida. As mulheres, então, fizeram o mingau de verdade, com a massa do pequi. Vaitsauê comeu e elas começaram a conversar com o marido, recebendo a aprovação do Sol e da Lua.

O pequi continuava caindo e as mulheres disseram ao Sol que estavam cansadas e enjoadas de trabalhar o pequi. O Sol e a Lua subiram nas árvores sacudiram os galhos e os frutos caíram no chão. O Sol disse que agora o pequi só voltaria a dar no começo das outras chuvas, como aconteceria a partir daí, pois senão, iam acabar enjoando mesmo. Depois de aconselharem às mulheres a tratar bem o marido, o Sol e a Lua foram embora, prometendo voltar no tempo do pequi.

ANEXO 2 -Lei do Pró-Pequi

LEI 13965 2001 de 27/07/2001

Cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - PRÓ-PEQUI.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - PRÓ-PEQUI -, com o objetivo de integrar as populações que tradicionalmente exploram o cerrado no uso e manejo racional desse bioma, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo, na administração e gerência do programa:

- I. identificar as áreas de incidência de comunidades tradicionais que vivam ou sobrevivam da coleta do pequi e de outros produtos nativos do cerrado;
- II. criar mecanismos de incentivo à preservação das áreas de ocorrência do pequizeiro e de outras espécies do cerrado suscetíveis de manejo;
- III. realizar estudos visando à recuperação da biodiversidade das terras públicas e devolutas localizadas em áreas do cerrado retomadas pelo

Estado que tenham sido objeto de contratos de arrendamento ou comodato ou outros instrumentos congêneres e utilizadas em projetos agrossilvipastoris;

- IV. criar mecanismos que assegurem a utilização, pelas comunidades tradicionais, organizadas em cooperativa ou outra forma associativa, de áreas de reserva legal para a coleta de frutos e produtos nativos do cerrado;
- V. desenvolver experimentos e pesquisas voltados à produção de mudas para o atendimento a novos plantios e para a recuperação de áreas degradadas;
- VI. pesquisar os aspectos culturais e folclóricos relacionados com o pequi e demais frutos do cerrado, divulgar seus eventos comemorativos e datas relevantes e identificar, dentro do programa, as áreas adequadas ao turismo e incentivar sua prática;
- VII. divulgar os componentes nutricionais e medicinais do pequi e de outros frutos e produtos do cerrado;
- VIII. incentivar a industrialização do pequi e demais frutos do cerrado, mediante sua transformação em doces, licores, batidas e outros derivados;
- IX. desenvolver ações que propiciem a melhoria da qualidade dos produtos;
- X. criar selo que identifique a área de produção e a qualidade do produto;
- XI. incentivar a comercialização do pequi e de outros frutos do cerrado e de seus derivados;
- XII. incentivar o aperfeiçoamento técnico e o desenvolvimento econômico dos produtores e trabalhadores envolvidos na exploração do pequi e demais frutos do cerrado, bem como sua organização em cooperativas e outras formas associativas.

Art. 3º - As ações governamentais relativas ao planejamento e à implementação das atividades do PRÓ-PEQUI contarão com a participação de representantes de instituições públicas e de organizações não governamentais ligadas à agricultura familiar, aos trabalhadores e produtores rurais e à proteção do meio ambiente, que atuem principalmente em áreas do cerrado.

Art. 4º - As terras públicas e devolutas arrecadadas pelo Estado, localizadas em áreas do cerrado e que apresentem potencial agroextrativista serão destinadas a projetos de assentamento de trabalhadores rurais, nos moldes de reserva agroextrativista.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante proposta da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES -, centro de

referência com o objetivo de coordenar pesquisas, manter banco de dados, produzir e divulgar material didático, promover ações de educação ambiental, resgate e valorização da cultura local e outras atividades associadas ao pequi e aos demais frutos e produtos nativos do cerrado.

Art. 6º - Esta lei será regulamentada no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 27 de julho de 2001.

Itamar Franco - Governador do Estado

ANEXO 3 - DECRETO 42646 2002 de 05/06/2002

Regulamenta a Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001, que cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado-Pró-Pequi.

O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 90, inciso VII, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no artigo 6º da Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001,

DECRETA:

Art. 1º - O Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado-Pró-Pequi, criado pela Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001, será desenvolvido e executado de acordo com o disposto neste Decreto.

Art. 2º - O Pró-Pequi será administrado por um Conselho Diretor, composto por:
I. um representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

- II. um representante da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;
- III. um representante da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;
- IV. um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- V. um representantes da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES;
- VI. dois representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG;
- VII. um representante do Instituto de Terras de Minas Gerais-ITER;
- VIII. um representante da Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Japonvar;
- IX. dois representantes do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas;
- X. um representante da Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas;
- XI. um representante do Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais;
- XII. um representante do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - Vale do Jequitinhonha.

§ 1º - Os integrantes do Conselho Diretor do Pró-Pequi, denominados Conselheiros, serão nomeados, com seus respectivos suplentes, pelo Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante indicação dos titulares dos órgão e entidades a que se refere este artigo.

§ 2º - O suplente substituirá o titular na impossibilidade de seu comparecimento a reunião do Conselho Diretor.

§ 3º - O Conselho Diretor do Pró-Pequi terá por Presidente o representante da Secretaria de Estado de agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 4º - O Presidente do Conselho Diretor será substituído, em caso de ausência ou impedimento, pelo representante da universidade Estadual de montes Claros - UNIMONTES.

Art. 3º - Conselho Diretor se reúne, ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus Conselheiros.

Art. 4º - Os membros do Conselho Diretor terão mandato de dois anos, renovável por igual período.

Parágrafo único - Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 2(duas) reuniões consecutivas ou a 3(três) alternadas no período de 1(um) ano, sem prévia e justificada comunicação.

Art. 5º - As deliberações do Conselho Diretor serão tomadas por voto da maioria simples dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente além do voto comum, o de desempate.

Art. 6º - Os membros do Conselho Diretor não receberão remuneração, sendo, porém, considerados relevantes os trabalhos por eles desenvolvidos.

Art. 7º - Compete ao Conselho Diretor:

- I. determinar o programa geral de ação do Pró-Pequi;
- II. examinar as sugestões de órgãos ou entidade governamentais, bem como, de setor organizado da sociedade civil para o pleno desenvolvimento do programa;
- III. desenvolver ações perante a Administração Pública e a iniciativa privada com o objetivo de garantir a execução de suas diretrizes;
- IV. elaborar projetos e propostas que objetivem o aprimoramento e desenvolvimento do programa, apresentando-os aos órgãos competentes;
- V. acompanhar e avaliar a execução do programa;
- VI. elaborar o regimento interno;
- VII. criar o selo de qualidade e o certificado de origem do pequi e demais frutos do cerrado, mediante proposta da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VIII. exercer outras atividades correlatas e afins.

Art. 8º - A execução das deliberações do Conselho Diretor serão de responsabilidade das Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Indústria e Comércio, de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

Art. 9º - Compete à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- I. promover pesquisas e experimentos voltados à produção de mudas para o atendimento a novos plantios e para a recuperação de áreas degradadas;
- II. identificar as áreas de incidência do pequi e de outros produtos nativos do cerrado;
- III. profissionalizar as populações que exploram o cerrado nas áreas de tecnologia, gerência e mercado;
- IV. apoiar a organização dos produtores;

- V. incentivar o aperfeiçoamento técnico e o desenvolvimento dos produtores e trabalhadores envolvidos na exploração do pequi e demais frutos;
- VI. identificar e viabilizar canais de comercialização para os produtos do cerrado;
- VII. promover e divulgar a qualidade dos produtos do cerrado;
- VIII. propor a criação de selo que identifique a área de produção e a qualidade do produto;
- IX. desenvolver ações que propiciem a melhoria da qualidade dos produtos;
- X. promover a difusão e a transferência de tecnologia;
- XI. prestar assistência técnica às populações que exploram ou venham a explorar o pequi e demais frutos do cerrado;
- XII. exercer outras atividades afins.

Art. 10 - Compete à Secretaria de Estado de Indústria e Comércio:

- I. incentivar a comercialização e a exportação do pequi e demais frutos do cerrado;
- II. incentivar a industrialização do pequi e demais frutos do cerrado;
- III. exercer outras atividades afins.

Art. 11 - Compete à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia:

- I. apoiar, por intermédio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, projetos desenvolvidos pelas entidades de ciência e tecnologia do Estado voltados à pesquisa agroindustrial e experimentos científicos do pequi e demais frutos do cerrado;
- II. apoiar o desenvolvimento e a implantação de um portal na internet, para a divulgação da cadeia produtiva do pequi e demais frutos do cerrado, viabilizando a inserção de um link de acesso ao respectivo site no PROSSIGA - Programa de Comunicação para Pesquisa do ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq;
- III. promover a articulação interinstitucional com vistas à difusão e transferência de tecnologia dos resultados dos projetos de pesquisa, e à assistência técnica às unidades de produção do pequi e demais frutos do cerrado;
- IV. promover a articulação interinstitucional com vistas à mobilização dos meios de comunicação para a divulgação e disseminação dos valores dos componentes nutricionais e medicinais do pequi e de outros frutos e produtos do cerrado;
- V. fazer gestão junto aos agentes financeiros, com a finalidade de apoiar financeiramente as minis e pequenas indústrias beneficiadoras do pequi e demais frutos do cerrado;
- VI. exercer outras atividades afins.

Art. 12 - Compete à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- I. criar mecanismos de incentivo à preservação das áreas de ocorrência do pequi e de outras espécies do cerrado suscetíveis de manejo;
- II. realizar estudos visando a recuperação da biodiversidade das terras públicas e devolutas localizadas em áreas do cerrado;
- III. criar mecanismos que assegurem a utilização pelas comunidades tradicionais de áreas de reserva legal para coleta de frutos e produtos nativos do cerrado;
- IV. exercer outras atividades afins.

Art. 13 - Compete à Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES:

- I. criar um centro de referencia, com objetivo de coordenar pesquisas, manter banco de dados, produzir e divulgar material didático, promover ações de educação ambiental, resgate e valorização da cultura local e outras atividades associadas ao pequi e aos demais frutos e produtos nativos do cerrado;
- II. identificar áreas de incidência de comunidades tradicionais que vivem ou sobrevivem da coleta do pequi e de outros produtos nativos do cerrado;
- III. elaborar estudos e pesquisas de mercado;
- IV. elaborar plano de marketing para o programa;
- V. monitorar e avaliar os resultados do programa;
- VI. realizar pesquisas visando desenvolver tecnologias para coleta, produção, processamento e comercialização do pequi e demais frutos do cerrado;
- VII. desenvolver trabalhos científicos na área de domesticação do pequi e demais plantas nativas do Cerrado, para o atendimento a novos plantios e para a reabilitação de áreas degradadas;
- VIII. exercer outras atividades afins.

Art. 14 - Compete ao Instituto de Terras de Minas Gerais-ITER:

- I. identificar as terras públicas e devolutas, com potencial agroextrativista, e reservá-las para esse fim, transferindo a posse ou o domínio coletivamente para organizações locais ou para o município;
- II. exercer outras atividades afins.

Art. 15 - As secretarias de Estado mencionadas no artigo 2º deste Decreto, poderão delegar suas atribuições a autarquia, fundação pública ou órgão a elas vinculados.

Art. 16 - As demais Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta colaborarão para o desenvolvimento de ações que propiciem a melhoria das condições de produção e comercialização do pequi e demais frutos e produtos nativos do cerrado.

Art. 17 - O Conselho Diretor poderá solicitar a manifestação de representante de órgão ou de entidade governamental, bem como de setor organizado da sociedade civil, sem representação no Conselho, acerca de assunto relacionado com os objetivos do Pró-Pequi.

Art. 18 - A autarquia, fundação pública, entidades ou órgãos vinculados à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que vierem a receber delegação para o exercício de atribuições a ela cometidas por este Decreto, darão apoio técnico e administrativo ao Conselho Diretor para o desempenho de suas funções.

Art. 19 - As Secretarias de Estado, com representantes no Conselho Diretor, poderão celebrar convênios, em nome do Estado de Minas Gerais, com entidades de direito público e privado para assegurar o desenvolvimento do Pró-Pequi.

Art. 20 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 05 de junho de 2002.

Itamar Franco - Governador do Estado